

ELSIENI COELHO DA SILVA

POLÍTICA CULTURAL NA "NOVA REPÚBLICA"

*Perfil adotado pela Secretaria Municipal de
Cultura de Uberlândia apresentado pela Imprensa*

1984 a 1989 – 1989 a 1993

Este exemplar corresponde à redação final da <i>Dissertação de Mestrado</i> defendida por <i>ELSIENI COELHO DA SILVA</i> e aprovada pela Comissão Julgadora. Data <i>26/02/1999</i> Assinatura: <i>Clisal Kosmuth</i> Orientador(a)

CAMPINAS-SP

1999



ELSIENI COELHO DA SILVA

POLÍTICA CULTURAL NA "NOVA REPÚBLICA"

*Perfil adotado pela Secretaria Municipal de
Cultura de Uberlândia apresentado pela Imprensa*

1984 a 1989 — 1989 a 1993

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação, da Universidade Estadual de Campinas,
como requisito parcial à obtenção do Título de
Mestre em Educação, na área de Ciências Sociais
Aplicadas à Educação.

Orientadora : Elisa Angotti Kossovitch

CAMPINAS-SP

1999

Capa

Luiz Alberto Sousa (Programador Visual da SMC nas duas gestões)
- imagem de fundo – capa documento proposta do 3º Encontro de
Política Cultural – imagem dança – V Festival de Dança do
Triângulo.

Si38p SILVA, Elsiene Coelho
Política Cultural na “Nova República: perfil adotado pela
Secretaria Municipal de Cultura apresentado pela Imprensa/
Elsiene Coelho Silva. -- Campinas, SP: [s.n.] 1999.

Orientador: Elisa Angotti Kossovitch
Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Cultura. 2. Política Cultural. 3. Democracia. I. Kossovitch,
Elisa Angotti. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação

A dissertação

Elaborada por *Elsieni Coelho da Silva* e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação e homologada pelo Conselho de Ensino da pós-graduação, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

DATA : 26.02.99

BANCA EXAMINADORA :



Professora Dra. Elisa Angotti Kossovitch (UNICAMP)



Professor Dr. Celso Fernando Favaretto (USP)



Professora Dra. Olga R de M Von Simson (UNICAMP)

Ao meu pai

*Que fez da terra seu meio de vida,
Ao produzir culturas
Construiu sua própria cultura.*

À minha mãe,

Pela confiança de sempre.

À Professora Doutora *Elisa Angotti Kossovitch* que tem me dado um grande apoio, especialmente, por respeitar e procurar entender o meu ritmo de trabalho.
Ponto fundamental para chegar até aqui.

Ao Professor Doutor *Cícero José Alves Soares Neto*, meu orientador na iniciação científica, e que me proporcionou ricos momentos de discussão e reflexão, nos grupos de estudos sob sua coordenação.

Ao meu companheiro *Antônio Neto Ferreira dos Santos* que, por sua presença física e intelectual, muito contribuiu para meu amadurecimento e para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha irmã *Ioni Coelho da Silva*, que em diversos momentos me auxiliou no registro dos dados levantados, na transcrição de fitas, na datilografia, sempre presente.

À minha irmã *Gláucia Coelho da Silva Lemes*, pelo seu apoio moral.

A *Helena Barroso Marques Pereira* pela diagramação, organização e apresentação estética do trabalho.

A *Maria José Torres*, funcionária da Secretaria Municipal de Cultura, pela sua colaboração.

Aos serviços prestados pelos *funcionários do Arquivo Público Municipal*.

À *CAPES*, o órgão financiador, de extrema importância no processo do meu aperfeiçoamento.

Eu só acredito em cultura quando ela for matéria-prima. Primeiro para a educação e depois que ela fosse também o instrumento ou o balizador do nosso desenvolvimento. Que seja um desenvolvimento tupiniquim, caboclo, negro, índio, pardo, mulato. Que seja um desenvolvimento da feijoada, da pinga com limão, da pelada de rua, do truco... Mas que fosse da nossa cor, do nosso ritmo, do nosso tamanho.

Sebastião Rocha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. REFORMA ADMINISTRATIVA E O SURGIMENTO DA SECRETARIA DA CULTURA	
1.1. Contexto Político	13
1.2. Prefeito e Comunidade: Momentos que antecederam a posse da primeira Secretária de Cultura de Uberlândia	21
2. POLÍTICA CULTURAL: O PERFIL VEICULADO PELA IMPRENSA(1984/1989)	
2.1. O Perfil da Política Cultural veiculado pela Imprensa	42
2.2. A promoção de encontros: A atividade destacada pela Imprensa	81
3. POLÍTICA CULTURAL: O PERFIL VEICULADO PELA IMPRENSA(1989/1993)	
3.1. O Perfil da Política Cultural veiculado pela Imprensa	140
3.2. Festival de Dança: A atividade destacada pela Imprensa	175
4. QUADRO COMPARATIVO	
4.1. Pontos Comuns	178
4.2. Pontos Diferentes	180
CONCLUSÃO	187
ANEXOS	190
RÉSUMÉ	230
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	232

QUADROS

I. Categorias	23
II. Número de artigos publicados por ano (gestão 1984/1989)	45
III. Número de artigos conforme divisão de Estado (gestão 1984/1989)	48
IV. Número de artigos conforme Enunciador (gestão 1984/1989)	50
V. SMC – Categorias Enunciadas (gestão 1984/1989)	53
VI. Comunidade – Categorias Enunciadas (gestão 1984/1989)	55
VII. Imprensa – Categorias Enunciadas (gestão 1984/1989)	57
VIII. Política Cultural em Manchete – SMC (Gestão 1984/1989)	58
IX. Programação temática/ conferencista	93
X. Número de artigos publicados por ano (gestão 1989/1993)	142
XI. Número de artigos conforme divisão de Estado (gestão 1989/1993)	143
XII. Número de artigos conforme Enunciador (gestão 1989/1993)	144
XIII. SMC – Categorias Enunciadas (gestão 1989/1993)	145
XIV. Comunidade – Categorias Enunciadas (gestão 1989/1993)	146
XV. Imprensa – Categorias Enunciadas (gestão 1989/1993)	147
XVI. Política Cultural em Manchete – SMC (Gestão 1989/1993)	147

GRÁFICOS

I. Número de publicações de artigos anual	46
II. Número de publicações total 1° ano – 1984	47
III. Número de publicações total 5° ano – 1989	47
IV. Número de publicações total dos cinco anos da gestão 1984/1989	49
V. Comparação entre os jornais referente ao número de manchetes	59
VI. Número de artigos por ano (gestão 1989/1993)	142
VII. Comparação entre os jornais referente ao número de artigos publicados (gestão 1989/1993)	146
VIII. Comparação publicações do Jornal Correio de Uberlândia (Correio do Triângulo) primeira e segunda gestões	148

RESUMO

Tendo em vista o papel assumido como educadora, houve uma preocupação: entender o processo de formação cultural da população uberlandense, situada no Triângulo Mineiro, Minas Gerais.

Entendendo que a política cultural pode vir a ser um dos caminhos determinantes nesse processo, procurou-se acompanhar, em especial, através da imprensa, o trabalho da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, implantada em janeiro de 1984. A partir de então, propôs-se uma análise comparativa do perfil da política cultural das duas primeiras gestões: 1984/89 e 1989/93. Um estudo de caso, no contexto da Política Cultural da "Nova República".

A imprensa, como fonte documental, foi utilizada como o meio mais fácil de acesso e não o menos trabalhoso. Foi feito um levantamento sistemático dos assuntos publicados, constituindo, assim, o corpus discursivo para a análise, conforme anexo. Outros documentos serviram de suporte à leitura crítica contextual.

Mesmo tendo feito outras consultas, estas não foram suficientes para a definição da linha de trabalho das secretárias em estudo. Isso implica dizer que o perfil que estará sendo apresentado é parcial. Corresponde ao discurso publicado pela

imprensa, podendo ser acrescentado e, até mesmo, contradito, por outras fontes. Acredita-se que essa segunda possibilidade seja remota.

Acatando sugestões, rompeu-se com a estrutura tradicional de monografia, em que se previa um capítulo de metodologia e outro de mapeamento teórico. Com isso, esses referenciais se integram à dissertação, resultante de uma pesquisa de campo. A estrutura encontra-se dividida em quatro capítulos.

No primeiro, aborda-se o momento político que precedeu o desmembramento da Secretaria Municipal de Educação, que deu origem à Secretaria Municipal de Cultura. Pela primeira vez na história da cidade, a cultura deixa de ser um apêndice de outras secretarias.

No segundo capítulo faz-se a análise de documentos complementares, como os projetos dos Encontros de Política Cultural, atividade mais destacada pela imprensa. Em seguida, através da análise do discurso publicado na imprensa, procura-se apontar elementos que constituem o perfil da política cultural da gestão 1984/89.

No terceiro capítulo, que constitui o perfil da política cultural, gestão 1989/93, busca-se seguir os procedimentos adotados no segundo capítulo, substituindo o enfoque dos Encontros pelo dos Festivais de Dança, quando se buscou seguir os projetos dos mesmos, para fazer uma análise. Tais projetos, entretanto, não foram encontrados.

No quarto capítulo, apresenta-se um quadro comparativo apontando semelhanças e diferenças entre as políticas culturais, conforme análise, das duas gestões.

Embora o trabalho tenha suas limitações, acredita-se que ele possa contribuir para os estudos futuros sobre política cultural, assim como para a reflexão sobre procedimentos de pesquisa, pois só a materialização da análise de dados permite uma revisão de idéias.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a política municipal de cultura de Uberlândia, Minas Gerais, divulgada pela imprensa local, ou seja, os programas de intervenção realizados pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC), que definem o perfil das suas duas primeiras gestões, 1984/89 e 1989/93, permitindo traçar uma paralelo entre ambas.

A importância da imprensa como fonte, nesta pesquisa documental define-se por ser um espaço onde se legitima e torna pública toda uma referência ideológica, nesse caso, que dá origem a uma política cultural.

O surgimento de uma SMC, antes, apêndice de outras secretarias, faz de Uberlândia um dos casos nacionais no contexto da chamada Nova República. Assim, os dados levantados constituem um rico material, para verificar aspectos e peculiaridades da política oficial de cultura, no regime de “democracia”.

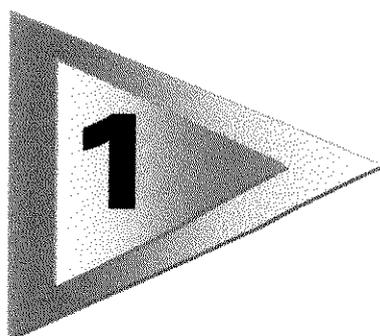
Tendo o Estado, no regime de ditadura, estabelecido, além de processos coercitivos, programas de ação cultural (PAC-1973 e 1975), a fim de manter a ordem nacional e, acima de tudo, para assegurar-se como entidade que cuida de todos e em nome de todos fala, qual o papel do poder público no regime de democracia? Questões como esta têm provocado a realização de várias

conferências e debates, que se prolongam diante da circunstância marcada pela necessidade, não só de definir novas posturas, mas, principalmente, de formar recursos humanos para a área da política cultural.

Na organização e análise dos dados divulgados pela imprensa, são levados em consideração alguns aspectos básicos, tais como: o papel do município na elaboração de política cultural e, em especial, o entendimento de cultura como objeto desta política pela SMC, em períodos distintos.

Para a análise dessas categorias e outras que vão constituindo essa dissertação – embora toda a referência bibliográfica e os dados empíricos tenham proporcionando a construção das mesmas –, as obras de CHAÚÍ, mais detidamente, as que constituem o conjunto publicado pela sua gestão como SMC de São Paulo (1989/92), e a obra de COELHO (1997) tornaram-se fundamentais, ao mapearem concepções de política cultural e termos relacionados.

Para uma análise comparativa dos dados, são utilizados dois jornais, que atendem aos critérios: um a serviço do grupo político no poder e outro apoiando um grupo contrário. Detalhamentos do processo metodológico encontram-se no corpo deste trabalho.



REFORMA ADMINISTRATIVA
E O SURGIMENTO DA
SECRETARIA DA CULTURA

1. REFORMA ADMINISTRATIVA E O SURGIMENTO DA SECRETARIA DA CULTURA

1.1 CONTEXTO POLÍTICO

Utilizando o slogan "Democracia Participativa" o candidato do PMDB, de Uberlândia, em novembro de 1982, vence as eleições para prefeito, propondo, como meta de governo, uma reforma administrativa.

A vitória representa o rompimento com a oligarquia, até então predominante, que depois retorna ao poder em 1989, permanecendo até os dias atuais. Tal fato pode ser verificado pela presença contínua e alternada dos prefeitos da cidade, como fica demonstrado no quadro abaixo.

	GESTÃO	NOME	PARTIDO
P R E F E I T O S	1967 - 1970	Renato de Freitas
	1970 - 1973	Virgílio Galami
	1973 - 1977	Renato de Freitas
	1977 - 1983	Virgílio Galami	PDS
	1983 - 1989	Zaire Rezende	PMDB
	1989 - 1993	Virgílio Galami	PDS/SEM
	1993 - 1997	Paulo Ferola	PFL(MDU)
	1997 -	Virgílio Galami	PPB(MDU)

Verificando a ideologia política, presente nos discursos dos políticos que constituíram a história da cidade, através de artigos e dissertações de pesquisadores que têm selecionado os seus objetos de estudo no interior de uma trajetória política como: João Marcos ALEM em “Representações Coletivas e História Política em Uberlândia”; Maria Clara MACHADO em “Muito Aquém do Paraíso : Ordem e Progresso Disciplina em Uberlândia”; Jane F RODRIGUES em “Trabalho, Ordem e Progresso : Uma Discussão sobre a Trajetória da Classe Trabalhadora Uberlandense”, entre outros, percebe-se que o rompimento que ocorre, em 1983 se dá não só no que toca ao representante e ao partido mas, acima de tudo, ao discurso.

O discurso do prefeito, do 1º período em questão, revela aspectos de preocupação humanística contrapondo-se ao ideário de “Ordem e Progresso” no qual se justifica uma política desenvolvimentista, em especial, pleiteada pelo outro prefeito que ocupa o cargo, em uma de suas gestões, no período, também em estudo, de 1989 a 1993.

Se por um lado, aparentam-se mudanças de postura política, por outro lado, torna-se necessário reflexões sobre condutas políticas locais pois, AVRITZER afirma:

[...] as análises do funcionamento da democracia brasileira desde 1985 apontam, entre outras, as seguintes características : a persistência de um comportamento não democrático das elites políticas, que continuam seguindo estratégias patrimonialistas ou corporativistas (Camargo 1989 e Mainwaring, 1991); a dissociação entre as práticas não democráticas no nível micro (Pinheiro, 1991); e a não aceitação da cidadania civil e social que se traduziria na rejeição ou desconhecimento dos avanços constitucionais nesse campo, assim como na impossibilidade de um pacto social. Todos esses problemas [...] nos levam a supor a existência de uma cultura política que se mantém ao longo do autoritarismo, sugerindo um entendimento da democratização como processo mais longo de transformação da cultura política e das relações Estado e Sociedade. (1995:108)

No âmbito local, então, o candidato a prefeito em 1982, Zaire Rezende, procura articular, com vistas às eleições, deste ano, o orçamento de associações de

moradores, apoiando movimentos sociais e civis que iriam legitimar a sua vitória. Nesse sentido, falar de democracia, não o diferencia de outros discursos. Embora o termo já indique participação, isso não basta, é preciso reforçar a proposta política que tem o objetivo de instaurar a “Democracia Participativa”. Expressão apresentada por McPherson que, ao criticar o modelo democrático, propunha um outro no qual utilizava esse termo como apresenta CHAUÍ:

McPherson propõe um outro que designa como “Democracia Participativa”. Sendo um projeto e não uma descrição empírica, o modelo mcphersoniano apresenta um conjunto de pré condições que seriam, então, as condições sociais da democracia : a) mudanças da consciência popular, que passa a ver-se não mais como consumidora, mas como agente e executor que desfruta de suas próprias decisões... b) grande diminuição da atual desigualdade social e econômica ... c) estimular procedimentos pelos quais se viabilizem as propostas de Marx (ditadura do proletariado) e de Stuart Mill (alargamento das franquias e aumento da participação) uma democracia participativa. Esses procedimentos seriam: associações de bairro e de vizinhança, lutas pela melhoria de qualidade de vida ... pela liberdade de expressão ... d) ... a consciência dos prejuízos causados pela apatia política. (1982:87-88)

Embora o prefeito faça uso dessa denominação de democracia participativa, e ainda, tenha procurado agir conforme essas pré condições, consideradas por MacPherson, ele não menciona, em momento nenhum, dos discursos já analisados, esse referencial teórico que dá sustentação a esse modelo político. Que, na verdade, constitui-se como uma proposta partidária Nacional.

As origens dessa proposta, no discurso do Prefeito Zaire REZENDE, são outras, como aparece em depoimentos dados a duas pesquisadoras em momentos diferentes:

Durante dois anos, 1981 e a 1982, o PMDB, em Uberlândia, organizou o setor de núcleos de bairros onde membros do partido se reuniram em 46 bairros periféricos da cidade, num total de 512 reuniões, em casas de famílias, alcançando um comparecimento de 6.709 pessoas onde os problemas do País, do Estado e do Município foram debatidos. Desses debates, nasceu a proposta de Democracia Participativa, uma alternativa e um projeto político para a cidade presa ao paternalismo das oligarquias dominantes. (Apud ALVARENGA – 1991:104-105)

Ele aponta, então, a origem da Democracia Participativa como sendo dos debates locais, ocultando o fato de que é uma proposta nacional. Depois em uma outra entrevista ele diz que a sustentação de todo o seu trabalho está na ideologia que move a organização do movimento da igreja católica, denominado “Ação Católica” (AC). Segundo SILVA:

A AC foi ‘movimento laico que fornece quadros para os mais dinâmicos programas sociais da Igreja Católica’. Criada no Brasil em 1929, a partir do modelo italiano, inicialmente a AC desenvolvia apenas trabalhos espirituais. Na década de 50 são adotados os modelos belga e francês, que além da divisão por especializações, introduz também o método francês de análise : ‘ver, julgar e agir’, que passa a ser utilizado não somente para a reflexão de problemas espirituais, também para debates e voltados para questões sociais do país. (1992:79)

O Prefeito atribui a base de sua formação política à AC, quando dela participa como membro da JUC, utilizando o método francês “ver, julgar e agir”, para a análise das questões sociais. Nesse sentido a ação inicia-se, efetivamente, com incentivo e a criação de associações que significam, por um lado, o desencadeamento de um processo embrionário, de organização das pessoas em bairros periféricos. Cria-se, então, um encaminhamento legal de se levar ao poder público as reivindicações de uma comunidade. E ainda, é uma forma de incitar a participação constante das pessoas nas decisões políticas. Enfim, tudo isso serve para legitimar a construção de um pensamento mais crítico transformado em ação, demonstrando, então, que a apatia política deveria ser banida.

O objetivo implícito dessa participação direta na organização de associações, durante os dois anos que precederam as eleições, revela-se no momento em que é lançado como candidato o nome do referido prefeito. O mesmo procura organizar as bases eleitorais com antecedência, para se fortalecer como oposição e substituir a oligarquia do poder.

A organização de associações continuou crescendo mesmo após a posse do prefeito, passando de onze associações inicialmente para trinta e duas posteriormente. O relacionamento entre o prefeito e os representantes das

associações foi aprofundado no estudo feito por ALVARENGA (1991). Nesse estudo fica demonstrada a fragilidade da proposta “Democracia Participativa” quando se coloca em risco o poder, diante de conflitos entre o desejo dos representantes populares e o interesse da elite econômica e política. Dessa forma, um dos conflitos apontados acontece entre os membros do Conselho Municipal de Entidades Comunitárias (CMEC) e os representantes da empresa de transporte coletivo, Transcol, que detém o monopólio na cidade, cabendo ao Prefeito, apenas o papel de mediador.

Nesse episódio, no entanto, o Prefeito não atua como mediador, já que tem que acatar uma decisão do CMEC que, por deter poder deliberativo, suplanta e contraria os interesses da empresa. Como consequência, o fato gerou um conflito que, segundo depoimento, de um dos membros deste Conselho, fez com que o Prefeito mudasse a sistemática do processo de participação popular em decisões. Dessa forma, o próprio Prefeito que, em sua proposta de reforma administrativa, dá abertura a esse processo de participação, elimina o poder dos membros do CMEC alegando que, pelo fato do Conselho ser deliberativo, acabaria emperrando questões, que exigiam decisões urgentes. Com isso o Conselho passa a servir apenas como órgão de pressão, os conselheiros passam a ter apenas a liberdade de se manifestar sem poder de decisão.

Se, por um lado, McPherson enquadra a associação como sendo uma das formas para viabilizar uma “Democracia Participativa” por outro lado coloca os riscos dessa democracia para o poder. Enfatizando essa questão CHAUI afirma :

As práticas populares, quando existiram, não puderam enraizar-se em instituições democráticas que as conservassem e ampliassem, mas foram medidas por aparelhos de controle produzidos e dirigidos pelas classes dominantes ... (1982:39)

Isso significa que, de um lado ainda não se verifica, na prática, a existência de uma real “Democracia Participativa”. E, do outro lado, mostra que por trás de uma proposta de democracia, que se tem analisado até então, encontra-se uma forma de controle. O controle e direcionamento da postura de indivíduos ou grupos se

instala nas diferentes formas de agir por parte dos dirigentes políticos. O controle, portanto, se estabelece tanto num regime de ditadura quanto num regime de democracia, só mudam os instrumentos de coerção.

Os estudos de ALVARENGA (1983), trazem dados que mostram como as associações são vistas pelo Prefeito. Elas são dirigidas por moradores independentes, mas aparecem atreladas à administração que as considera como mini-prefeituras instaladas em bairro, sendo regidas por um estatuto. Essa é mais uma versão dessa proposta de dar importância à descentralização do poder. O fato de se verem as associações como mini-prefeituras, revela a concepção do prefeito de que elas também estão inseridas dentro de uma forma de governo, como extensão da mesma. Isso significa que o papel da associação é muito mais de facilitar o seu governo do que de cobrar posturas e decisões em prol da comunidade. E ainda, através da liberdade de expressão, exercida dentro delas, mantêm-se o acesso constante a informações e posicionamentos dos líderes dos subgrupos facilitando, assim o controle da dinâmica social, sempre que essa possa ameaçar o poder.

Foram abordados até então, questões pertinentes à organização, a conscientização e a liberdade de expressão do indivíduo que, também, são elementos básicos para que aconteça uma "Democracia Participativa". Um tipo de política que visa também a melhoria da qualidade de vida.

Artigos publicados no jornal "O Correio de Uberlândia" que esteve a serviço da oligarquia, trazem um discurso sobre a melhoria da qualidade de vida, que favorece a política do prefeito, como pode ser observado na citação a seguir:

(...) de fato, a Democracia Participativa de Zaire Rezende tem permitido a elevação do padrão de qualidade de vida numa cidade voltada vertiginosamente para o desenvolvimento industrial. A ponto mesmo de provocar uma redução nas taxas de mortalidade adulta e infantil de Uberlândia, fato muito pouco comum na história das cidades brasileiras. (O Correio de Uberlândia; ago-1998:09)

Nessa proposição é possível verificar dois pontos importantes. O primeiro confirma a mudança de direção política, cuja preocupação deixa de ser o desenvolvimento de ordem industrial e econômico privilegiando, sempre, uma elite, passando para uma política que dá importância a aspectos sociais. O segundo, consequência do primeiro, é a elevação do padrão de qualidade de vida apontada pela redução da taxa de mortalidade, adulta e infantil de Uberlândia.

Embora essa matéria possa levantar dúvidas quanto à veracidade dos dados, que apontam redução da taxa de mortalidade, existem inúmeras obras realizadas pelo prefeito em benefício à melhoria de qualidade de vida. Explicitando melhor, o título dessa matéria é: "O Prefeito que estragou o negócio das funerárias". No seu desenrolar é apontada a contestação das funerárias, quando o prefeito autoriza a instalação de mais uma no mercado. Diante do fato, elas se defendem apontando dados estatísticos organizados por elas mesmas, argumentando que não haveria a necessidade de outra funerária, tendo em vista, a redução da taxa de mortalidade. É nesse sentido que deixa margem a dúvidas, necessitando de dados de fontes fidedignas.

Entretanto, ao verificar uma política visível cuja preocupação é mais com o bem estar social, faz-se do discurso que constrói essa matéria um fato que se constitui em um interesse real desse Prefeito. Entre outras obras que revelam essa característica podem ser enumeradas construções de creches em números significativos, postos de saúde e praças, contendo área de lazer e incrementadas com brinquedos e quadras de esporte. Fato esse até então relegado a último plano nas administrações anteriores e, todas essas construções aparecem, basicamente, em todos os bairros da cidade, sem privilégios.

É uma política tão significativa que, com a volta da oligarquia ao poder, se vê posteriormente, uma nova postura em relação a essas questões, vítimas de um descaso permanente. Dessa forma os postos de saúde que na gestão anterior surgem com simplicidade, agora aparecem em projetos arrojados, ou seja, saem de uma simples sala para se constituírem em mini-hospitais que, a passos lentos,

vão ocupando alguns bairros. O direito ao lazer, oferecido no interior das praças ganha outro espaço: o da escola. Assim, nelas são montados os mini-parques.

Desse modo observa-se que tal postura faz com que o povo não só aprove uma determinada política, mas mantenha a oligarquia no poder. Uma oligarquia se sobrepõe à oposição, dada a sua condição econômica, o que facilita na construção de obras mais planejadas visualmente.

Nesse panorama político, que luta por uma nova política, o prefeito tem como diretriz a proposta de uma "Democracia Participativa" e "modernização do sistema administrativo". Modernização essa, que deveria passar pela reforma administrativa indo desde a criação de novas secretarias à descentralização do poder. Fatos como a criação de Secretarias se consumaram, enquanto outros, como a descentralização do poder, não passaram da tentativa. Nesse contexto é que aparece a Secretaria Municipal de Cultura.

1.2. PREFEITO E COMUNIDADE

Momentos que antecederam a posse da primeira Secretária de Cultura de Uberlândia

A criação de uma Secretaria de Cultura em 1984 atende-se ao anseio de grupos artísticos existentes na cidade. Ao mesmo tempo, efetiva uma das propostas contidas no programa de governo, apresentada em 23 de setembro de 1982, durante a campanha eleitoral, do então prefeito, Zaire Rezende.

Nesse documento, o prefeito justifica a criação de uma Secretaria de Cultura, com o seguinte discurso :

A preocupação com a cultura e a memória histórica tem sua razão de ser, diante da inexistência, por parte do Poder Municipal, de uma política cultural traduzida num projeto a ser desenvolvido pela administração e pelo povo.

Uberlândia, em todas as camadas da população, possui elementos culturais (música, folclore, artes plásticas, etc.) que devem ser estimulados ao lado das manifestações mais eruditas (grupos teatrais, orquestra sinfônica, galeria de arte, etc.).

Por tudo isso, se justifica a criação da Secretaria Municipal de Cultura, que dará apoio a todas estas e a outras expressões da cultura.

Nota-se ainda, que dentro de um crivo de prioridades, nossa proposta abriga a idéia da construção do Teatro Municipal, reivindicação de expressivos grupos culturais locais, bem como o apoio decidido à preservação do nosso Patrimônio Histórico. (Ofício Cir.nr.06 – 15 de maio de 1984 – Secretaria Municipal de Cultura)

Nesse discurso, fica demonstrado a inexistência, até então, de uma política cultural explicitamente traçada, por parte dos governantes da cidade. Além disso, aponta que a idéia embrionária, quanto ao papel de uma Secretaria Municipal de Cultura (SMC), o de estimular manifestações culturais de origem popular, atreladas ao folclore e de origem erudita, representada pelas artes. Há ainda, uma visão patrimonialista, voltada para uma cultura estática, dando continuidade a uma

postura tradicional, no país, que é a de manter orquestras sinfônicas e preservar o patrimônio histórico.

Além do mais, existe uma determinada confusão, quando se tentam classificar as manifestações culturais. Assim, uma galeria de arte não seria uma manifestação, como está classificada, mas um espaço destinado a ela. Além disso, ao afirmar que as artes plásticas e a música, sem determinar o tipo, devem ser estimulados, ao lado de manifestações eruditas, dá a entender que essas manifestações se caracterizam como populares. Isso demonstra uma certa confusão ao se tentar em dividir e classificar as manifestações constitutivas da cultura, em cultura popular e cultura erudita.

Por último, o Prefeito ao ressaltar que dentro do crivo de prioridades da política de governo, visa-se a construção do Teatro Municipal, traz implícita a importância dos grupos teatrais da cidade, os quais pressionam a criação de uma SMC. Essa afirmativa se sustenta em fatos que os colocam como agentes culturais, que também vinham se movimentando, antes mesmo de se cogitar a criação da mesma.

No início dos anos oitenta, um novo grupo abre um espaço denominado "Teatro de Bolso". Um ponto para diferentes apresentações artísticas em diversos níveis. Esse grupo tem, como um dos seus líderes o Professor de Artes Cênicas, da Universidade Federal de Uberlândia, Zeca Ligiéro, um indivíduo atuante e dinâmico. O "Teatro de Bolso" representou, na época, uma referência cultural. E mais, essa proposta de governo alternativo voltado, com ênfase, para as questões sociais e culturais, passa a ser vista, pelo grupo, como uma esperança a mais. A esperança de ser uma política voltada para o desenvolvimento artístico da cidade. Esse grupo foi o primeiro a se manifestar e a cobrar a efetivação da proposta. Provavelmente, seja esse fato o motivo pelo qual, tão logo o prefeito tenha tomado posse, o assunto inicial, no primeiro ano de sua gestão, tenha girado em torno da construção de teatros, que constitui uma das quatro categorias, representando o conjunto de artigos publicados pelo jornal Primeira Hora, no ano de 1983.

CATEGORIA	ASSUNTO	ARTIGO	%
A	<i>Construção de Teatros e Anfiteatros</i>	5	36
B	<i>Manifestações de Artistas</i>	2	14
C	<i>Casa da Cultura</i>	2	14
D	<i>Manifestações : Escolha Secretário Cultura</i>	5	36
TOTAL		14	100

QUADRO I : CATEGORIA

A – CONSTRUÇÃO DE TEATROS

A primeira manifestação do Prefeito Zaire Rezende, classificada como A1, apresentada por esse jornal (24/03/1983:03) é publicada com o título “Uberlândia, enfim terá seu teatro”. E, nele estão contidos os seguintes assuntos:

A1.1 – Construção do Teatro Municipal

O Prefeito Zaire Rezende anunciou que Uberlândia terá a curto prazo, o seu teatro municipal atendendo, assim, os anseios da população e cumprindo a promessa feita durante campanha política.

Nesse discurso é possível verificar a existência de uma cobrança, por parte de grupos locais, quanto à construção de um teatro prometido em período de campanha. E, que o Prefeito propõe a construção do Teatro Municipal, como forma de atendê-los e de cumprir a sua promessa.

A1.2 – Construção de Salas Teatrais na periferia

Zaire Rezende frisou que o projeto de Construção do Teatro Municipal não exclui, do programa de governo, a construção de salas teatrais na periferia da cidade, uma reivindicação dos moradores dos subúrbios, prometida na campanha eleitoral.

Há dois aspectos importantes a serem analisados nessa fala: o primeiro é de que essa reivindicação dos moradores dos subúrbios, na realidade, parte dos grupos teatrais amadores, existentes nos bairros. O Teatro de Bolso, naquela época, significou um local de apresentações e de encontros para a maioria desses grupos. Além do mais, o professor Zeca Ligiéro, fez um trabalho de extensão, no sentido de apoiar e criar, nos bairros, grupos de teatro amador. Como o Grupo Davi, do bairro Tibery.

O segundo é a promessa de construir salas de teatro na periferia da cidade, além do Teatro Municipal. Uma continuidade da proposta de descentralização administrativa que se estende ao setor cultural, de responsabilidade pública.

A1.3 – Convênios : uma forma de viabilizar a construção do Teatro Municipal

Ao ressaltar a importância do Teatro Municipal, o prefeito Zaire Rezende disse que a proposta do convênio que lhe foi feita pela Universidade Federal de Uberlândia, veio de encontro aos seus anseios, pois a municipalidade não dispõe, no momento de recursos para uma obra de tal porte, que vai projetar Uberlândia no cenário cultural do país.

Nessa promessa do Teatro Municipal, para a cidade, está embutida a confiança dos possíveis convênios, para efetivá-la. Tal afirmativa pode ser constatada quando o prefeito assume que a municipalidade não dispõe, naquele momento, de recursos para uma obra de tal porte. Se, para a construção do Teatro Municipal, necessitava-se de convênios, as construções de salas teatrais na periferia, tornam-se remotas.

De um lado, então, o prefeito se compromete não só a fazer uma obra de grande porte, como também inúmeras de pequeno porte, para atender à demanda de pedidos dos que estão envolvidos com uma produção teatral. E, do outro lado, concomitantemente, assume a falta de verba da prefeitura para tais construções. Dessa forma, embutido nessa situação, vai se tornando mais transparente que, por traz da “boa vontade” não haverá um investimento efetivo dos cofres públicos. Pode acontecer sim, campanhas para arrecadação de fundos, junto às empresas privadas.

Ainda mais, ao falar do Teatro Municipal, como uma obra que vai projetar Uberlândia no cenário cultural do país, demonstra que, embora o prefeito tenha dito, em outros artigos, que está havendo um rompimento com as posturas políticas dos prefeitos anteriores, existem elementos que se perpetuam, pois já estão cristalizados. Nesse sentido o discurso se mostra conservador e mantém a ênfase à “Ordem e o Progresso” e o objetivo de projetar a cidade em nível nacional.

A1.4 – Espaços físicos de teatro da cidade

O único teatro de que a cidade dispõe é o Anfiteatro Galeria Rondon Pacheco que pertence à Escola Estadual Bueno Brandão.

Se, por um lado essa proposição revela o descaso público com esse setor que, até então, não dispunha de espaços adequados para apresentações teatrais, por outro, o prefeito justifica a necessidade do Teatro Municipal. Pelo fato de o único anfiteatro existente na cidade pertencer a uma escola estadual, poder-se-ia concluir que seria a escola que estaria oferecendo condições de existência e funcionamento do mesmo.

A2 – Polêmica na criação do Teatro

Os dois artigos seguintes (31/03/83 p.07 – 07/04/83 p.07) mostram o posicionamento de grupos artísticos, da Universidade Federal de Uberlândia, do Prefeito e do Secretário da Educação quanto a construção do Teatro Municipal.

Uberlândia necessita de um espaço cultural que atenda ao público local, assim como as necessidades dos grupos artísticos aqui existentes.

Nesse ponto todas as partes entram em concordância : O prefeito Zaire Rezende; os representantes do movimento cultural de Uberlândia (Zeca Ligiéro, Marta Panunzio, Gilberto Neves etc.); o Secretário de Educação e Cultura Nelson Bonilha; a Universidade Federal de Uberlândia. Mas onde, quando e como construir este espaço são os fatores que estão gerando muitas polêmicas...

Subjacente a essas questões sobre onde, quando e como construir o Teatro Municipal se encontra, em jogo, o Poder em torno da administração desse teatro. Tendo em vista uma proposta de parceria entre dois órgãos públicos, sendo um municipal e outro federal, os aspectos apontados como polêmicos na realidade ao serem definidos onde, quando e como construí-lo trazem implícito o jogo de poder relativos à administração futura do mesmo.

Na fala do Secretário de Educação, fica explícito o envolvimento da Universidade nesse projeto e, a forma, por parte da Prefeitura, como se vê o mesmo, ao entender que está sendo apresentado o projeto de um “Complexo Cultural”, portanto, um projeto arrojado, ou seja:

O Secretário da Educação confirma: ‘...de fato recebemos uma comissão de dois professores da Universidade que nos trouxe o projeto do ‘Complexo Cultural’.

Tal visão permite a elaboração de duas hipóteses, uma favorável e outra desfavorável à construção do espaço. A primeira seria de que o Secretário de Educação e Cultura o estaria vendo como um projeto mais amplo e necessário. Dando, então, a entender que estaria aberto à discussão e disposto a batalhar

pela construção do Teatro, a segunda, sendo a proposta de um “Complexo Cultural”, tornaria inviável diante das condições dos cofres públicos da prefeitura. O projeto, então, teria que ser descartado.

Contrários a essa interpretação de “Complexo Cultural” os professores da Universidade, propõem é a viabilização de um Teatro na cidade. Como?

Zeca Ligiéro ressaltou que um dos objetivos do Movimento Cultural é conseguir, através do governo estadual, a concessão do Teatro Rondon Pacheco, por um período satisfatório

.....
Martha comentou também a elaboração de uma carta-projeto que deverá ser entregue ao prefeito Zaire Rezende que visa a municipalização do Teatro Rondon Pacheco.

Com isso, a proposta apresentada pelos dois professores da Universidade não se prende à elaboração de um projeto arquitetônico, com idéias mirabolantes e utópicas, pelo contrário, a idéia de readaptar um espaço existente que, na realidade é um anfiteatro, e equipá-lo para que tenha as condições mínimas para apresentações de espetáculos teatrais, entre outros. A partir de então, inicia-se um processo de cobrança no sentido de reformar o anfiteatro Rondon Pacheco, para que se possa caracterizá-lo como um Teatro.

No início da administração, do prefeito Zaire Rezende, a reforma do anfiteatro não foi cogitada e tão logo o mesmo abriu espaço para discutir a viabilização da construção do Teatro Municipal, já em quatro de abril do ano de 1983, se posicionou que a construção só teria início no próximo ano.

A3 – O nome do Teatro

Antes mesmo de se ter o teatro, assunto que demanda um planejamento mais complexo e disposição por parte dos governantes para que seja efetivado, inicia-se a discussão, na Câmara dos Vereadores, quanto ao nome que se deve dar ao

mesmo. É esse o assunto dos outros dois artigos (09/11/83 p.07 e 17/11/83 p.07) de autoria de PÁDUA.

PÁDUA faz críticas, ao dizer que tudo na cidade, recebe nome de políticos, afirmando, em tons irônicos, como se fossem “pai da cidade”, em resposta ao posicionamento do vereador do PDS, Bailoni Júnior. O que está então em questão é a escolha do nome para o teatro, resultante da reforma, do até então, anfiteatro Rondon Pacheco.

Questiona também o fato de se atribuir ao anfiteatro o nome do ex-governador Rondon Pacheco, agora deputado, conceituado político da cidade. Enquanto que Grande Otelo que faz parte da história do teatro e do cinema brasileiro, nunca recebeu homenagem dos seus conterrâneos.

Dessa discussão, se manteve o nome do deputado Rondon Pacheco e, só depois da morte de Grande Otelo, em 1993, um outro teatro, antes, denominado Teatro Vera Cruz, foi reinaugurado como nome do artista, como homenagem da cidade.

B – MANIFESTAÇÕES DOS ARTISTAS

As matérias que se referem às manifestações dos artistas, publicadas pelo jornal Primeira Hora, apresentam os mesmos em duas situações: na condição de sujeito e objeto, ativo e passivo mediante situações que exigem deles uma postura que devem ir além da crítica, ou seja, de ação. Assim encontram-se subdivididas na análise abaixo.

A ATU, a ALTIM, os Grupos de Teatro e de Música, as Academias de Dança Forma e Estúdio se reuniram no sentido de debaterem as dificuldades encontradas em Uberlândia para a instituição e o avanço da cultura. E está claro que a comunidade uberlandense que, mais do que nunca, se faz urgente uma tomada de posição e de medidas por parte do povo e das entidades culturais, a fim de que se supere e desobstrua os problemas peculiares ao desenvolvimento da cultura em nossa cidade...

Até aí, verifica-se os artistas procurando se articularem, uma vez que a organização dos mesmos, faz-se necessária para uma tomada de posição, para traçar metas para o crescimento deste setor, que tem na SMC uma nova esperança. Os artistas demonstram a sua preocupação em assumir suas responsabilidades no processo de democratização “cultural”. O sentido de democratização da cultura, nesse caso, significa criar artifícios que propicie o acesso à produção e apreciação das artes, aos moradores dessa cidade, implicando “avanço cultural” e “desenvolvimento cultural”, tal como na citação. Ao dizer que existem dificuldades para a “instituição e o avanço cultural”, traz implícita a problemática da falta de um público apreciador da arte, como um dos itens dessas dificuldades.

A clareza das questões que emperram o desenvolvimento desse setor, é um ponto fundamental para que se elabore uma proposta, efetiva, de ação. O grupo traz um ponto de partida, ao reunir, com objetivo definido de superar e desobstruir, “os problemas peculiares ao desenvolvimento da cultura em nossa cidade”. Para tal, apresentam uma consciência de que se faz necessário ter um posicionamento e agir.

Apesar dos pontos positivos analisados, até então, pode-se fazer uma outra leitura, quando apenas dizem que “se faz urgente a tomada de posição e de medidas”; medidas que remetem a uma crítica já feita por COELHO (1986). A de que, durante o ano de 1984, que antecedeu a instalação da chamada “Nova República”, apesar de ter surgido intensa discussão em torno da cultura, a mesma

se apresenta como um discurso, na maioria das vezes, vago e adjetivado. Pode até ser que os grupos locais tenham se limitado a esse discurso vago e adjetivado, porém essa movimentação traz, em si, uma preocupação que é a de uma organização do grupo, o que já é um ponto positivo. Ao mesmo tempo demonstra uma expectativa de ação, diante da promessa política de uma “nova era”, cujo regime deve ser o de democracia.

Além desse conteúdo analisado, até aqui, o artigo se fecha fazendo uma nova convocação aos artistas, tendo como local de reunião, o Teatro de Bolso. O que demonstra, mais uma vez, a importância desse espaço, como ponto de referência para a organização dos artistas locais, na época.

B2 – Objeto

Nessa condição diversos artistas expõem o que pensam no artigo (10/05/1983:07) intitulado “Cultura se manifesta nos cem dias de governo Zaire Rezende”. As opiniões se dividem entre aqueles que acreditam que o prefeito está implementando uma política cultural, e outros que estão convictos de que não está havendo nenhum empenho político em relação à cultura, em Uberlândia. Fato que demonstra posicionamentos críticos, entretanto, faltando ações por parte dos mesmos, as quais, coloquemos como sujeitos de uma relação entre administração municipal e artistas na elaboração de uma política cultural.

Observando a relação do prefeito com os artistas, o que se verifica nas matérias jornalísticas, é que o mesmo se posiciona, na maioria das vezes, como ouvinte das manifestações e de reivindicações. Até aí, ele estaria cumprindo o seu papel em relação a uma política, cuja base se sustenta na “Democracia Participativa”.

Ao levantar o número de matérias publicadas pelo jornal “Primeira Hora”, criado exclusivamente para atender a essa gestão e, o do jornal “O correio de

Uberlândia”, que esteve a serviço da oligarquia, verifica-se a veiculação de quatorze artigos publicados pelo primeiro em torno da cultura, enquanto que o segundo publica apenas um, no ano que antecede à criação da SMC.

Esse dado quantitativo pode reforçar a idéia de COELHO, uma vez que, o jornal, que teve o interesse em levantar e apresentar os anseios da comunidade artística e dar cobertura aos assuntos culturais, foi o mesmo que esteve a serviço daquela administração. O que não há como negar, é que o prefeito, diante dessas matérias recebe o respaldo necessário para a efetivação da reforma administrativa, que prevê a criação da Secretaria Municipal de Cultura.

C – CASA DA CULTURA

C1 – Matéria de Capa (12/11/1983:01-05)

Da série de artigos, desse ano de 1983, o único destacado na primeira folha, diz respeito à situação do prédio solicitado ao Estado, que o acaba concedendo em doação, com entrega prevista para novembro. Local para acolher a Casa da Cultura, que deverá, na concepção da SMC, se transformar “[...] no próximo ano em um grande centro de dinamização da cultura uberlandense.” Casa, que posteriormente, serve para abrigar a equipe da SMC e uma galeria de artes. Ela é transformada, então, em um local, predominantemente, administrativo, enquanto se entende que deveria ser um espaço ocupado pela comunidade, uma vez que é apresentada como centro de dinamização cultural.

C2 – Questionamentos, Críticas e Conceitos

O jornalista Antônio de Pádua SILVA em “Uma Casa de Cultura Grande Otelo Vale?”, faz do assunto um pretexto, não só para pressionar uma homenagem ao ator “filho da cidade”, não contemplado na denominação do teatro mas, principalmente, para tecer críticas ao desenvolvimento cultural lançando expectativas em relação à “nova era”, com a Casa da Cultura e a SMC. Com isso, traz alguns conceitos. Para análise, o artigo foi subdividido em ordem temática.

C2.1 – A Cultura no desenvolvimento da cidade

[...] Na indústria e no comércio, Uberlândia é vanguarda na região, isso ninguém contesta, mas em termos de cultura, essa cidade parece o time: nunca disputa uma final do campeonato mineiro e muito menos chega à Copa Brasil.

Quando se associa cultura às artes e ao folclore, realmente, Uberlândia conta com pouquíssimos artistas plásticos locais, cujas obras têm estado em exposições; inclusive internacionais, e de grande importância para o país. Já os artistas comprometidos com o teatro na cidade, normalmente se mudam para a capital, dando continuidade a um trabalho iniciado aqui.

O fato de não haver algo que caracterize e diferencie a cultura de Uberlândia em relação à de outras cidades, e o fraco desenvolvimento artístico, em relação ao crescimento econômico e populacional, que envaideça seus governantes, acaba gerando uma inquietação naqueles que dão importância a um crescimento “cultural” na cidade.

C2.2 – Casa de Cultura e Secretaria da Cultura: uma nova era

[...] em 1984 com a Casa da Cultura e a Secretaria da Cultura, uma nova era, obrigatoriamente, deverá ser inaugurada, para que enriqueçamos manifestações locais que ainda estão incipientes e necessitam de uma boa injeção de ânimo.

A existência da Casa da Cultura e de uma Secretaria Municipal de Cultura, pela primeira vez, em toda a história da cidade, de fato marca o início de “uma nova

era". Agora, se a política de ação das mesmas, no desenvolvimento cultural da cidade, pode ser caracterizada como uma nova era, só as análises do conjunto de dados poderão demonstrar.

C2.3 – Uma Linha de Ação Cultural

Mas o que fazer para melhorar esse quadro (apresentado no fragmento anterior)? Primeiramente estimular a cultura popular para que ela se implante, tenha garantias em termos de estruturação e saia dos bairros, ou de bairro em bairro, numa constante prática para que o teatro, a música e o folclore, a dança não percam o pique e sejam freqüentes. Se há um exercício permanente a coisa cresce.

Estimular a cultura popular, conforme exposto, é criar condições para que os indivíduos ou grupos possam participar do processo de produção artística, portanto, de acesso à cultura erudita, da qual apenas um grupo minoritário usufrui. No uso do termo cultura popular, então, não se fez distinções das atividades expressivas que constituem a diversidade cultural e que devem ser levadas em consideração, nesse momento em que se procura traçar uma política cultural.

Um outro aspecto que chama atenção é a segurança com que esse jornalista, apresenta como se deve trabalhar para haver um crescimento cultural. Tal segurança aponta que o mais provável é que essa matéria tenha sido constituída a partir de diretrizes apontadas pelo prefeito, tendo em vista esse posicionamento definido e o fato de o jornal estar a serviço direto dessa gestão, deixando de ser o enunciador do discurso.

C2.4 – Conceito de Casa da Cultura

E esta Casa da Cultura seria um centro de apoio para todas essas manifestações.

Resta saber qual seria a postura de seus administradores e como se caracterizaria esse apoio. Agora é só explicitar, uma vez que a Casa da Cultura é

mais que um centro de apoio, entretanto não fica esclarecido que pode ser passivo ou ativo. A Casa pode ser colocada como um espaço que fica a espera das manifestações e, no máximo, oferece condições financeiras, que dão subsídios a determinadas produções. Ou, ela passa a servir de ponto de referência, que vai além do que se acaba de colocar. Nesse sentido, estaria formulando planos, metas e procedimentos que visem à estruturação, não só para que grupos possam se manifestar, mas também garantindo um espaço junto à população da cidade. O que requer uma política de ação efetiva.

C2.5 – O significado da Cultura

[...] Esta área(da cultura), entre todas, é a mais efervescente, e também aquela que aponta caminhos para a sociedade. É claro que muita gente vê no capital, nos investimentos, os maiores lucros. A cultura também se vende e seus negócios são altamente incentivadores, pois os produtos não desaparecem no tempo, pelo contrário, bebeu desse vinho o sujeito fica por toda a vida embriagado. Ela lhe acompanha sempre dando as dicas para os modos de viver, além de dar forças para combater as injustiças que são muitas e espalhadas por todos os lados. Portanto, a cultura não pode ser injustiçada. Ela deve ficar e exercer o papel que lhe compete.

Nesse fragmento há várias formas de ver e entender a cultura. Ser efervescente indica o quanto o processo cultural é dinâmico contrariando a idéia de cultura estática. E, dizer que a cultura aponta caminhos para a sociedade é chamar a atenção quanto ao seu poder de transformar e de redirecionar todo um modo de viver. Só que, para isso, é necessário investir na educação do indivíduo, torná-lo consciente de si e do contexto social em que vive. E ainda, falar dos objetivos, para que se possam traçar metas e chegar onde se quer.

Depois, ao se colocar que cultura se vende, há uma outra forma de entendê-la. O de caracterizá-la como *produto*, o que remete ao “mercado de bens simbólicos”. Nesse sentido, o produto cultural pode ser visto a partir de três ângulos: o primeiro a partir da produção de espetáculos, shows, obras de caráter artístico, arte popular

e artesanato, que encontram maior dificuldade de sobrevivência nesse mercado. O segundo, a partir de uma produção com alto teor de criatividade e com capacidade de disseminação, ao ditar modelos. No Brasil, temos o exemplo da Bahia, que pode ser considerada o berço da música e de estilos de dança que passam a ser incorporados pelos brasileiros, nos mais diferentes estados, independente das características culturais, regionais. O terceiro, o mais lucrativo, sem dúvida, perpassa pelo viés da indústria cultural, veiculado especialmente pela TV. Uma cultura de efemeridades, mas eficiente ao ditar regras, sobre comportamento e consumo. Aqui se vê uma sucessão interminável de programas destinados a este ou aquele público, cujo objetivo principal é o consumo. Além do mais, exerce o papel no processo de descaracterização de uma cultura regional para transformá-la em uma cultura com características universais.

A matéria reforça ainda a necessidade de se canalizar a distribuição dos recursos municipais para a cultura, que não deve ser injustificada, tendo em vista o seu papel no contexto social.

C2.6 – O nome da Casa da Cultura

“Se o Antônio Nunes der uma força para Grande Otelo, a sua terra natal faz reconhecimento definitivo de sua grandeza artística que tem glorificado essa país imensamente.”

Enfim, um artigo aberto com o título “Uma Casa da Cultura Grande Otelo vale?”, pouco fala da questão. Só retoma uma manifestação, que provavelmente revela o desejo de uma comunidade, quanto ao reconhecimento do valor artístico de Grande Otelo. Enquanto isso, a forma de mostrar esse reconhecimento seria dar o seu nome a uma Casa de Cultura, já que o teatro não pôde contemplá-lo. Só para adiantar, nem mesmo a Casa da Cultura chegou a receber o seu nome.

D – MANIFESTAÇÕES: ESCOLHA DO SECRETÁRIO DE CULTURA

A criação da Secretaria de Cultura, se torna uma realidade, a partir da Lei 3955, do dia nove de setembro de 1983, quando se instala uma discussão sobre quem vai assumir o cargo de Secretário, cuja administração se inicia em primeiro de fevereiro de 1984.

Os cinco artigos, publicados pelo Primeira Hora, foram agrupados em três categorias:

D1	<i>Pressionando o Prefeito...</i>	1
D2	<i>Indicativo de nomes pela Imprensa</i>	3
D3	<i>Vitória Feminina...</i>	1
TOTAL		5

D1 – Pressionando o Prefeito

As últimas e penúltimas jogadas culturais (04/11/1983:07)

Há pouco tempo foi aprovada na Câmara Municipal, a nova Secretaria de Cultura. Nesta época, um verdadeiro ti-ti-ti se estabelece nos meios culturais. A turma do teatro elaborou sugestões, outros segmentos também se manifestaram. Mas a curiosidade geral estava em saber qual seria o nome a assumir tal responsabilidade. Muitos nomes são até hoje reverenciados e/ou cogitados [...]

Nessa primeira parte do artigo, encontra-se uma certa ansiedade por saber quem realmente será indicado(a) para assumir a Secretaria da Cultura. Entre outras manifestações, não explicitadas, destaca-se uma turma do teatro, verifica-se pois, o apoio a alguém do teatro. Na seqüência está colocado:

Diffícil mesmo vai ser Zaire Rezende conseguir uma pessoa que agrade; trabalho difícil mas necessário, pois contrariar artista é o mesmo que tirar os chifres do diabo. Ele vem de tridente e tudo mais.

Entretanto, esse discurso provoca um efeito contrário, aos próprios objetivos da imprensa quanto à indicação de nomes para o respectivo cargo. Ao fazer uso de figura de linguagem como meio de pressão, fica patente uma fragilidade de articulação, condição básica de um cargo de confiança.

D2 – Indicativo de nomes pela Imprensa

Entre os abaixo assinados, com indicação de nomes, para assumir o cargo de Secretário da Cultura, o jornal Primeira Hora, se limita a dizer que cogitam a existência de outros abaixo assinados, com nomes diferentes. Mas, só apresenta o indicativo do nome do (jornalista) Edsel Brito, em primeira instância. E, no segundo momento, defende o nome de Zeca Ligiéro para o cargo.

Assim, Antônio de Pádua e SILVA em seus artigos (01/12/1983:07 “Zeca Ligiéro ainda não dormiu com Judas” e (02/12/1983:07) “Queremos Zeca para a Secretaria de Cultura” apresenta justificativas ao apoio dado ao Diretor, professor e fundador do Teatro de Bolso. Nesse sentido têm-se as seguintes:

Zeca ao abrir o Teatro de Bolso, abriu também um espaço imprescindível para a cultura local. O anfiteatro Rondon Pacheco que sempre é destinado a instituições, também sempre foi falho por não abrigar a cultura em sua totalidade. O Teatro de Bolso, sem preconceito, sem politicagem, teve seu palco disponível para músicos iniciantes, para grupos de teatro iniciantes, para grupos marginais – aqueles que convencionalmente são rejeitados pela cultura oficial – e também para espetáculos de muita sofisticação, como por exemplo a ópera ‘A Voz Humana’ com Max Daniel e Edimar Ferretti.

.....
Então apontem quem mais fez peça e trabalhou no teatro em Uberlândia, em 1983. E não trabalhou como muitos dizem de uma forma elitista, porque foi Zeca o primeiro a descobrir o Grupo Davi, do bairro Tibery.

.....
Então é impossível negar o valor e a competência do rapaz em questão, pois, bem ou mal, Uberlândia que sempre foi uma cidade exclusivamente voltada para a indústria e o comércio, e nestas áreas conseguiu um desenvolvimento invejável, com Zeca deu seus primeiros lampejos de que poderia crescer também nesse sentido.

Sintetizando todos esses argumentos, favoráveis a Zeca Ligiéro, para o cargo de Secretário da Cultura, e reforçando o apoio é apresentado:

Zeca Ligiéro é o homem que entende de cultura popular, cultura punk, clássica ou erudita. O homem tem jogo de cintura, dança tango ou "rock and roll". O homem não tem a cintura dura: dança samba, jazz ou cha-cha-cha, não gosta de festa Tônico e Tinoco e aprecia muito Janes Joyce.

No entanto, apesar de tanto empenho e justificativa, a vitória é feminina, como é divulgada. O que parece é que a questão não é a de ser uma vitória feminina, mas a da perpetuação da velha prática política, sob a qual, prevalecem os critérios na hora da escolha do representante do cargo de confiança. Ou seja, o que importa não são as qualidades do indivíduo em torno do trabalho que tem que assumir, mas o bom relacionamento político.

D3 – Vitória Feminina

Ao ser oficializado o nome da Secretária de Cultura, teve-se a preocupação de dar justificativas à comunidade:

'foi uma vitória feminina. A afirmação é de Iolanda de Lima Freitas, a primeira Secretária da Cultura de Uberlândia que tomará posse no início do ano que vem. Em entrevista ao Primeira Hora, Iolanda explicou que a escolha para o cargo se deveu muito porque um grupo de mulheres uberlandenses reivindicaram de Zaire Rezende a necessidade de colocar alguém que representasse a classe no seu governo. Mas ela ressalta, no entanto, que não foi uma vitória 'feminista', mas sim feminina.'

(23-12 – 1983:07)

Iolanda de Lima procura justificar a sua indicação como uma forma de convalidar o desejo coletivo de um grupo, tendo em vista a sua indicação por um grupo de mulheres. Entretanto, ao se preocupar em afirmar que não foi uma vitória feminista, e sim feminina, independente dos significados implícitos, dos termos, deixa transparecer que a vitória não tem a ver com a representatividade de um grupo, mas apenas por ser mulher. Com isso, observa-se que a justificativa não passa por uma “manifestação popular”, mas por uma questão de articulação política, visando para o cargo uma representação feminina.

As contradições em seu discurso permanecem. No fragmento a seguir encontra-se:

Perguntada sobre o protesto dos ‘britistas’, anunciado por canais de televisão, Iolanda de LIMA considerou ‘um direito deles, isto faz parte da democracia participativa. Se houve manifestações a favor de BRITO, aconteceram também outras em meu favor, só que as minhas de forma mais oculta, pois não eram pessoas ligadas à imprensa, mas as mulheres que defendiam sua posição’.

Ao colocar que as manifestações a seu favor, ocorreram de forma oculta, reforça-se a leitura acima, demonstrando que, enquanto os outros dois indicados buscaram uma aceitação da opinião pública, o grupo que a apoiava procurou, em silêncio, força política.

Tal fato reforça, mais uma vez, a idéia posta anteriormente de que fazer política nessa “nova era”, ainda parte dos moldes tradicionais. Quando, para se conseguir um cargo administrativo de confiança, os métodos mais eficazes estão na boa relação da pessoa com o partido, o seu comportamento diante da hierarquia de poder, com o respaldo e a indicação de um político, com determinado peso e influência no meio predominante, não dependendo, pois do desejo da comunidade, como propõe a democracia participativa, que está aqui em questão.

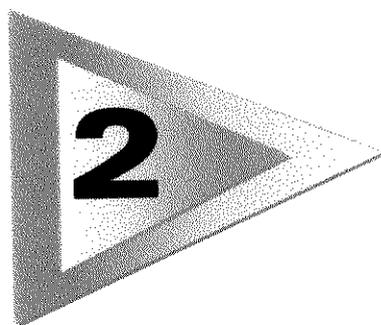
Após esse processo de articulação, apresentado pela própria Secretária de Cultura, não é possível acreditar em sua fala, no momento em que diz:

[...] quando recebeu o convite relutou muito em aceitá-lo, porque já tinha a sua vida profissional estruturada, trabalhando no Centro franco-brasileiro e lecionando na Universidade Federal de Uberlândia. Mas, ela explicou, diante da convicção de mulher, ela terminou por aceitar tal convite.

Quem batalhou por esse convite, não iria relutar em aceitá-lo, por essas justificativas. Isso revela, só uma forma de apresentar-se e enaltecer-se com o seu currículo. Ela colocou-se coerentemente, em sua defesa, ao ser rotulada como elitista.

[...] é preciso saber a conotação da palavra elitismo, se dentro daquilo que eles pensam que sou elitista existem razões para tanto [...] o meu trabalho é que realmente irá mostrar até onde posso chegar, comprometida ou não com a cultura elitista.

Nesse sentido, Iolanda de Lima está com toda razão. Só analisando o perfil de sua gestão, é que se poderá verificar se essa conotação apresentada pela oposição tem sentido. Pois, apesar de ela ter todo um comprometimento, até então, com a cultura 'erudita', considerado também elitista, não quer dizer que, nesse novo momento, não possa olhar para as outras áreas da cultura. É isso que se procurará fazer no próximo capítulo.



POLÍTICA CULTURAL:
O Perfil veiculado pela Imprensa
Gestão 1984 - 1989

2. POLÍTICA CULTURAL

O PERFIL VEICULADO PELA IMPRENSA –
GESTÃO 1984/1989

2.1 O PERFIL DA POLÍTICA CULTURAL VEICULADO PELA IMPRENSA Gestão 1984/1989

2.1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Vários poderiam ser os procedimentos adotados para se chegar ao perfil de uma política cultural. Nesse sentido, há algumas opções de fontes de dados para análise: entre elas, a distribuição orçamentária; atividades oferecidas à comunidade; discursos dos integrantes administrativos, em especial daqueles que vêm acompanhando todas as gestões, além dos documentos internos, como projetos, dentre os quais, os que foram arquivados pelo setor; o conjunto de matérias publicadas, e que estão relacionadas com a atuação da Secretaria de Cultura, sendo esta a fonte, de dados, utilizada aqui, para análise.

A imprensa, tornou-se então, fonte para a coleta de dados, tendo em vista, o entendimento de sua importância como veículo, formador de opinião de que faz uso um público leitor. Tal fato, exigiria um conhecimento mais aprofundado do papel da imprensa como espaço configurador de ideologias. Porém, por questões diversas, o jornal vai ser utilizado apenas como fonte documental, ou seja, o foco de estudo não vai ser o papel da imprensa, mas o teor dos discursos ali contidos.

A denominação de discurso, aqui, utilizada é a concepção clássica que o define como um conjunto de enunciados que, relacionados entre si, num determinado período, dizem respeito a um mesmo referencial. Entretanto, para este trabalho, faz-se útil a noção de FLORIN (1988:16) quando afirma “o discurso é o lugar de reprodução do discurso das classes e das frações de classes”. Na reprodução, a fala, de fato, não é do indivíduo mas, de uma instituição, uma teoria, ou ideologia que leva à concepção de que o sujeito é assujeitado, conforme teoria de Pêcheux. Discurso, portanto, como enunciação.

Compartilhando essa linha de pensamento, ALTHUSSER (1985:93), em seus estudos sobre “Aparelhos Ideológicos de Estado” diz: “só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos”. Enquanto sujeito, os indivíduos são induzidos a ocuparem um determinado lugar num sistema, por isso, ideológico, tornando-os assujeitados.

O discurso ideológico, é aquele do qual os dirigentes políticos fazem uso, conforme a definição de CHAUÍ:

É aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. (1982:03)

É nesse contato, do discurso ideológico, que uma Secretária de Cultura assume seu posto e, automaticamente, papéis regidos por regras e convenções sociais, dentro da facção política que ocupa o poder. A situação é reforçada, principalmente, pela circunstância de nomeação, caracterizando-se, pois como cargo de confiança.

Circunscrito a uma instituição, a Secretária de Cultura tem um papel a cumprir, um comportamento regido por regras. Regras que pressupõem serem as instituições as únicas capazes de atribuir-lhes sentido. Dessa forma, embora o

indivíduo seja interpretado como sujeito para ocupar um lugar, ele o assume a serviço de uma ideologia. Assim, essa gestão, a qual estará sendo analisada a seguir, é representante da ideologia administrativa - "democracia participativa".

A análise do discurso, no sentido colocado, até então deveria ter como pressuposto básico, na construção do perfil da política cultural dessa gestão, a relação EU-TU, a partir de papéis, regras e convenções sociais estabelecidas pela instituição. Como propõe a pragmática, apresentada por MAINGUENEAU (1987), que considera a "cena enunciativa", não se limitando à análise da língua como instituição, que exclui os atos de circunstâncias. Todavia a análise será feita através de comentários descritivos sobre determinados temas relevantes, destacados no discurso das personagens: Imprensa, Secretária da Cultura, Comunidade (Artistas).

No procedimento de análise, acrescenta-se a análise contextual, em nível macro e categorias de fundo conceitual e de quantificação, em nível micro.

Quanto à delimitação da fonte, dentre os quatro jornais existentes na época, adota-se como critério de seleção: O jornal "Primeira Hora", por ter sido montado, para atender à gestão do prefeito do PMDB, da qual faz parte essa SMC e o jornal "O Correio de Uberlândia" por ter se colocado, historicamente, a serviço da oligarquia política e econômica, mesmo porque representava o jornal de maior circulação na cidade e região.

Em relação ao período, cabe lembrar que, embora o prefeito tenha tomado posse no início de 1983, a SMC só veio funcionar no ano seguinte. Seu florescimento, resultou de uma reforma administrativa. O período de cinco anos, constitui-se entre janeiro de 1984 a dezembro de 1988.

Na primeira etapa da pesquisa foi feito um levantamento dos artigos existentes sobre política-cultural no âmbito da Federação, do Estado e do Município. Para tal foi preparada uma ficha em que foram registrados os títulos encontrados em toda a publicação do período, bem como as datas e as páginas, para localização e

cópia posterior, para análise a seguir, conforme anexo. Esse fichamento, encontra-se anexado, e tem por objetivo servir a outros pesquisadores, que tenham interesse pelo assunto, minimizando tempo de pesquisa. Há ainda, um outro ponto que precisa ser focalizado: é que apesar de ter procurado, no trabalho de levantamento, registrar a totalidade dos artigos, podem ter ocorrido alguns deslizes que não permitiram alcançar o objetivo proposto mas, com certeza, caso alguns artigos tenha ficado omissos, estes estarão aqui representados em pequeno número.

2.1.2. UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

A tabulação dos dados permite uma visualização do procedimento de recorte dos enunciados a serem analisados e, ainda, proporciona elementos para reflexão e apontamento de novas questões. Nesse sentido, pode-se verificar no quadro a seguir:

ANO	Jornal O CORREIO DE LIBERLÂNDIA		Jornal PRIMEIRA HORA	
	Número	%	Número	%
1984	16	14,41	28	30,43
1985	23	20,72	11	11,96
1986	21	18,92	38	41,30
1987	20	18,01	11	11,96
1988	31	27,93	04	4,35
TOTAL	111	100,00	92	100,00

QUADRO II : NÚMERO DE ARTIGOS POR ANO (Gestão 1984/ 1989)

Observe-se, abaixo, um aumento basicamente progressivo no “Correio de Uberlândia” enquanto o “Primeira Hora” apresenta oscilações.

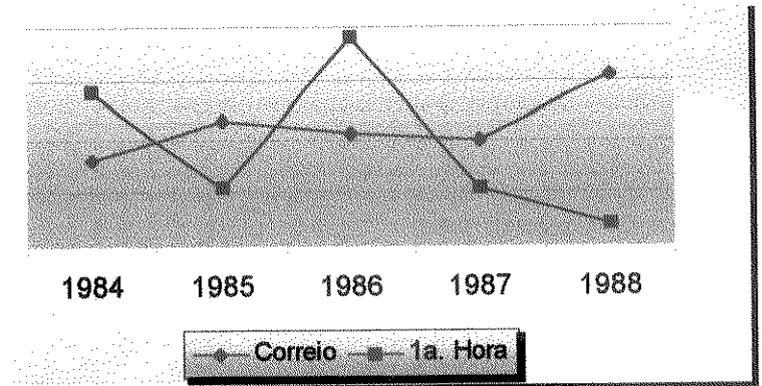


GRÁFICO I

Embora, a equipe do Prefeito e Secretários contassem com uma Secretaria de Imprensa e Divulgação, dada as suas limitações houve a necessidade de poder contar com um jornal, com maior potencialidade de divulgação das atividades desenvolvidas por essa gestão.

Levando-se em consideração o motivo de criação do jornal “Primeira Hora” e, sobretudo, em função do discurso, tanto do Prefeito quanto da Secretária de Cultura, de que o homem era o centro de toda uma proposta política, que o coloca num plano de prioridade, a cobertura dessa política cultural por esse jornal deveria se destacar em relação ao outro, entretanto, os dados revelam o contrário.

Uma das hipóteses, possíveis, poderia ser a de que o “Correio de Uberlândia” teria se ocupado em policiar as atitudes da SMC, para em seguida, tecer críticas negativas, mas não foi isso que aconteceu. A dúvida intensifica, na medida em que a maior parte dos artigos não são assinados e em entrevistas com integrantes da SMC, houve relatos que indicam que os artigos eram escritos pela própria equipe da SMC e enviados para a publicação. Isso, por falta de um repórter com conhecimento específico sobre o assunto.

Outro aspecto, que o quadro permite analisar é que enquanto “O Correio de Uberlândia” publicou apenas 36,36% do total de quarenta e quatro artigos do primeiro ano, o “Primeira Hora” publicou 63,63%, que assim fica:

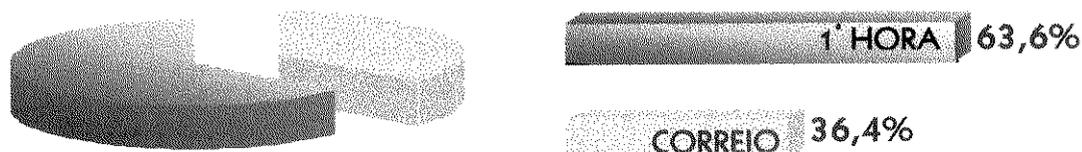


GRÁFICO II

O fato marca uma coerência com o discurso político, apresentando, então, um certo interesse em tornar pública essa “nova” filosofia política, que perpassa pela importância dos aspectos socioculturais. Contrariamente, é o que se observa, no ano expressamente político, quando ocorre uma inversão no número publicado pelos mesmos. Como se constata no gráfico III correspondente ao total de trinta e cinco artigos, do ano de 1988.

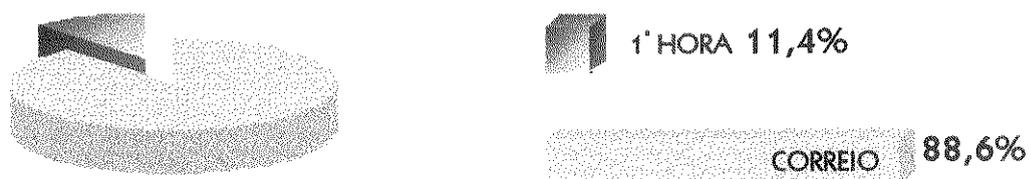


GRÁFICO III

Da enumeração dos artigos fichados, além dos municipais, que são de interesse direto, constam os relacionados com política cultural nacional e estadual, pois, passarão a subsidiar um entendimento contextual. O quadro a seguir permite, então, verificar:

Categorias	Subcategorias	Jornal O CORREIO DE UBERLÂNDIA		Jornal PRIMEIRA HORA	
		Númer	%	Númer	%
NACIONAL	Política do MinC	08	-	-	-
	O primeiro Ministro	01	-	04	-
	A Cultura na Nova Republica	02	-	-	-
	Lei Incentivo	05	-	-	-
	Críticas	01	-	01	-
	Funart/ Inacon	02	-	01	-
	Subtotal	19	17,12	06	6,52
ESTADUAL	Relação Estado e Município	01	-	01	-
	Apoio - Cultura - MG	02	-	01	-
	Subtotal	03	2,70	02	2,17
MUNICIPAL	Políticas SMC	84	-	69	-
	Manifestações da Comunidade	03	-	10	-
	Manifestações da Imprensa	02	-	-	-
	Política Externa - SMC	-	-	05	-
	Subtotal	89	80,18	84	91,30
TOTAL		111	100,00	92	100,00

QUADRO III : NÚMERO DE ARTIGOS CONFORME DIVISÃO DE ESTADO(1984/1989)

No contexto global, verifica-se que 80,18% dos que foram publicados pelo primeiro jornal encontram-se ligados diretamente ao objeto de estudo, enquanto no segundo, 85,86%, tendo em vista a exclusão dos cinco artigos que estão ligados com política externa à SMC (Lei incentivo e opiniões sobre aspectos

culturais de empresários que investem em eventos do gênero). A soma, para comparação entre os jornais correspondem a 168 (cento e sessenta e oito artigos), sendo 89 (oitenta e nove) do primeiro e 79 (setenta e nove) do segundo, que fica, conforme o gráfico IV, com uma diferença mínima de 5,95%.

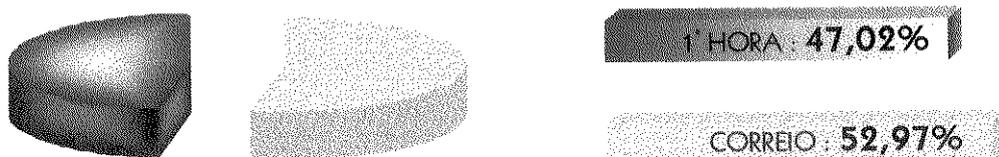


GRÁFICO IV

Ao agrupá-los, conforme o enunciador, significava que o conjunto de enunciados poderiam estar estruturado em um discurso direto, subentendidas as entrevistas e matérias escritas, as quais são assinadas, ou, deixa transparecer nas entrelinhas, o enunciador. Nesse sentido a imprensa se torna locutora do enunciado, e não, Autora da enunciação, ou seja, a autora dos atos de fala é a Secretária de Cultura ou a comunidade.

Dessa forma, 94,38% dos artigos, publicados pelo "Correio de Uberlândia" são discursos predominantes da SMC. São predominantes, porque, em alguns casos existem, pequenas falas da comunidade, que servem para reforçar o assunto de interesse dos dirigentes da SMC. Do outro jornal estão calculados em 87,34%. Em relação à fala da comunidade o "Primeira Hora" apresentou 12,66% de sua totalidade, enquanto o outro apenas 3,37%. À primeira vista, parece que o Primeira Hora cumpriu sua tarefa, ao trazer um número maior de enunciados da comunidade, do que o Correio de Uberlândia. Isso, porém, merece outras observações, que são encontradas a seguir, ao serem apresentadas as categorias nas quais os enunciados estão enquadrados. Agora, a omissão de críticas e

comentários por parte da imprensa revela uma determinada indiferença em relação à Política Cultural. Tais dados encontram-se no quadro abaixo.

Enunciador	Jornal O CORREIO DE UBERLÂNDIA		Jornal PRIMEIRA HORA	
	Número	%	Número	%
Secretaria Municipal de Cultura	84	94,38	69	87,34
Comunidade	03	3,37	10	12,66
Imprensa	02	2,25	-	-
TOTAL	89	100,00	79	100,00

QUADRO IV : NÚMERO DE ARTIGOS CONFORME ENUNCIADOR (1984/1989)

Na seqüência, com o intuito de entrar no campo qualitativo, foram sistematizadas subcategorias, que possibilitaram o agrupamento dos assuntos de cada matéria e, ainda, passaram a delinear os primeiros elementos facilitadores na construção do perfil dessa política cultural, que serão utilizados para análise da outra gestão. Explicitar-se-á, então, o que se entende da abrangência de cada uma.

- a) Política Cultural – representa o grupo de artigos onde se explicitou, mesmo que nas entrelinhas, uma postura conceitual e a ação da Secretária de Cultura, bem como a sua visão da proposta de implementação de uma política cultural e seu processo da construção, desta atrelado à participação da comunidade.

- b) Preocupação com espaços físicos – visa a observação das estruturas físicas oferecidas à SMC e a própria ação da Secretária de Cultura em proporcionar ambientes propícios para o desenvolvimento cultural e de sobrevivência da cultura vigente.

- c) Política Regionalista – agrupa a linha *Criacionista* que proporciona à população vivenciar e desenvolver o processo criativo, em especial, no campo artístico, através de oficinas, cursos, palestras e eventos com a participação da mesma.

Para a linha *Patrimonialista* o interesse está em tomar, preservar, restaurar prédios considerados históricos e, em especial, manter viva uma história presente nas ferramentas de ofício, além da tentativa de ampliar o conceito de patrimônio, registrando uma história político-social, que se encontrava presente apenas na memória daqueles que participaram de determinados acontecimentos vendo-os ocorrer.

A linha da *Preservação da Cultura Popular*, cujo entendimento está contido na documentação, apoio e incentivo à permanência de festas como as de Nossa Senhora do Rosário (congado), de Folia de Reis e do Carnaval.

A linha de *Eventos e Congratulações* engloba as atividades esporádicas de divulgação de bens culturais regionais, de inserção da comunidade que vive às margens do processo criacionista, que participa de concurso de pipas e, por último, as homenagens aos artistas locais.

A linha *Sistêmica* se constitui de projetos de atividades contínuas, cujo fim é a divulgação de bens culturais e a formação de um novo público consumidor. A título de exemplo, shows, danças, exposições, encenações em espaços públicos ou, através da abertura gratuita de espaços fechados, como os do teatro.

- d) Política Nacionalista – inclui ações que expressam patriotismo, enfatizando datas comemorativas de cunho político, nacional, bem como compartilha com o ideal de uma cultura unificada pela identidade nacional.

- e) Política Pluralista – prevê intercâmbio cultural entre produtores artísticos da cidade com outras regiões do país (como no Festival de Dança) e, ainda, oferece uma programação de produtos culturais de cunho profissional. Tais produtos não poderiam ter outra origem, senão na cidade de São Paulo. No campo erudito, podem ser citados espetáculos de teatro e, no campo popular, shows que atendem ao gosto de grande parcela da população.
- f) Política Globalizante – perpassa por uma política não protecionista à cultura local e nacional, proporcionando o consumo de bens culturais e um contato maior com modelos de cultura, vindos de outros países. Embora esse campo não tenha tanta influência numa política cultural, em termos municipais, a categoria foi aberta em função de atividades ligadas ao cinema de cunho global.

A elaboração das categorias de análise, cumpre o papel de agrupar os artigos com diferentes temáticas, mas interligados por similaridade, proporcionando uma síntese dos mesmos. Dessa forma, as categorias foram construídas com base nos dados empíricos e teóricos. Enquanto, as subcategorias ficaram restritas aos primeiros dados, evitando a perda de particularidades, que caracterizam, melhor, o material em análise.

A partir desses pressupostos, encontram-se expostos, as categorias, quantitativamente:

Verifica-se, então, que o Correio de Uberlândia apresentou, como perfil da política cultural dessa SMC, uma política expressamente regionalista, representada por 47,62% de suas matérias, cujo destaque, foi a linha criacionista e a linha patrimonialista. Uma política, no que tange a assuntos publicados, equilibrada. Nesse sentido, existe uma preocupação com o criar e o preservar, com o novo e o velho, não perdendo a possibilidade do duplo, evitando o erro da unilateralidade. Já o Primeira Hora não se deteve tanto nesse aspecto, cuja porcentagem foi apenas 21,73%. O Primeira Hora procurou divulgar mais o perfil reflexivo da SMC representado pela categoria Política Cultural representado por 39,13% e numa porcentagem quase que equivalente a inauguração de espaços físicos com 36,23%. Sendo os primeiros espaços para apreciação das artes eruditas e o Circo apresentado como Centro Cultural Itinerante, para o público popular. Espaço considerado, em diversos momentos, pela Secretária de Cultura como o auge de sua política cultural. Assim, procurou-se fazer do Circo, até mesmo, o símbolo de sua gestão, tendo em vista a sua proximidade e envolvimento com um público mais amplo, um público popular.

A comparação, aqui, proporcionou uma complementação do perfil da SMC, embora possibilitasse um confronto de contradições. A ênfase dada em cada jornal é que foi diferenciada mas, ambas vieram reforçar a política cultural da época, sem depreciá-la.

Quanto à manifestação da comunidade, esta ocorreu em momentos diferentes, como forma de reafirmar a fala da SMC, sendo que as iniciativas explicitadas foram exclusivamente da comunidade artística, que pode ser conferida no quadro XII, a seguir, sobre os assuntos comentados.

Categorias	Subcategorias	Jornal O CORREIO DE UBERLÂNDIA		Jornal PRIMEIRA HORA	
		Número	%	Número	%
SUBVENÇÃO	Requerente: Teatro de Bolsol Anoc. Teatro/ Grupo Capoeira	-	-	6	60
REIVINDICAÇÕES	Reforma do Teatro Rondon Pacheco	-	-	01	10
	Pontos Prioritários a serem atendidos - Prefeito	1	33,3	-	-
COMENTÁRIOS/ CRÍTICAS	Exposição Acervo Artes Plásticas/ Projeto Circo	1	33,3	2	20,0
	Gestão - Prefeito e SMC	1	33,3	-	-
PARABENIZAÇÃO	Parabeniza - Gestão	-	-	1	10,0
TOTAL		3	100,0	10	100,0

QUADRO VI: CATEGORIAS ENUNCIADAS PELA COMUNIDADE (1984/1989)

Representado por apenas três artigos, a fala da comunidade, no primeiro jornal, foi no sentido de reivindicar, pontos considerados prioritários, em que se inclui a cultura, transparecendo, assim, que a política cultural ainda estava deixando a desejar. A segunda fala veio no sentido de tecer comentários, que, nos dois artigos foram de elogios à gestão.

A busca de subvenção, que significa 60% dos dez artigos publicados pelo Primeira Hora, permite dois enfoques para análise: o primeiro sobre o papel da SMC que traz à tona discussões sobre paternalismo cultural e o segundo, referente a autonomia dos grupos na produção de bens culturais. Assim, de um lado, o comportamento da SMC, ao se ver diante de pedidos que não lhe interessam subvencionar, ela se defende dizendo que não cabe a ela o paternalismo cultural. Paternalismo que, normalmente, ela mesma criou, através de sua política de incentivo. Do outro lado, o comportamento dos artistas é o de pedir sem aceitar

que seja cobrado, ou seja, querem liberdade de expressão, apesar de contar com a subvenção da SMC. Uma situação no processo dessa relação polêmica, pois o ato criativo necessita de liberdade de expressão, e o órgão público ao financiar normalmente quer estabelecer regras, conduzindo, ainda que indiretamente, à produção subvencionada.

A incompatibilidade dessa relação entre SMC e os produtores de bens culturais, nesse sentido, demonstra a necessidade de se estabelecer outro tipo de relação; ou seja, acredita-se que uma política cultural é necessária e que ela não deve se extinguir mas, mudanças fazem-se necessárias. Tanto na forma de encarar o que é cultura, quanto sobre o entendimento de seu papel no contexto sociocultural.

O segundo enfoque está na manifestação, incisiva, do grupo de Teatro de Bolso, no primeiro ano de gestão da Secretária de Cultura e a cobertura da imprensa. Esses fatos são facilmente entendidos, ao retornar ao capítulo dois dessa dissertação, quando se vê a imprensa fazendo lobby a dois possíveis candidatos à SMC, no processo que antecedeu a escolha do futuro Secretário Municipal de Cultura. Uma vez que o prefeito não atendeu aos pedidos, nomeando uma outra pessoa, o grupo que pretendia estar no poder fez cobranças incisivas à Secretária de Cultura, principalmente, ao atribuir-lhe a responsabilidade de ter que fechar o Teatro de Bolso, que foi considerado pelo mesmo grupo como importante espaço cultural, por falta de subvenção.

O Primeira Hora não se colocou como enunciador direto, enquanto o Correio de Uberlândia apresentou, ainda que um número restrito, duas matérias, como pode ser visto a seguir:

IMPRESA	Categorias	Subcategorias	Jornal O CORREIO DE UBERLÂNDIA		Jornal PRIMEIRA HORA	
			Número	%	Número	%
	COBRANÇA	Teatro Municipal	01	50	-	-
	COMENTÁRIO	Cultura na Cidade	01	50	-	-
	TOTAL		02	100	-	-

QUADRO VII: CATEGORIAS ENUNCIADAS PELA IMPRESA (1984/1989)

No que tange à área cultural, só o Correio de Uberlândia fez uma cobrança quanto à demora da reforma do teatro, prometida pela gestão da SMC e tece comentários sobre a cultura da cidade e a necessidade de haver uma política cultural para o seu desenvolvimento.

Sobre os assuntos destacados na primeira página veja:

Categorias	Assuntos	Jornal O CORREIO DE UBERLÂNDIA		Jornal PRIMEIRA HORA	
		Número	%	Número	%
ESPACO FÍSICO	Sede da Secretaria Municipal de Cultura	-	-	01	7,69
	História e doação - Prédio - Casa da Cultura	-	-	02	15,38
	Reinauguração do Teatro Rondon Pacheco	-	-	01	7,69
	Casa da Cultura - Espaço Legitimidade - Homem	01	3,70	-	-
	Galeria recebe nome - Artista da Cidade	01	3,70	-	-
	O Circo	02	7,41	01	7,69
	Subtotal	04	14,81	05	38,46
POLÍTICA CULTURAL	Relação homem cultura	01	3,70	-	-
	Dialogo SMC c/ Conselho Entidades Comunitárias	01	3,70	-	-
	Encontro: Política Cultural	05	18,52	08	61,53
	Encontro Popular Cultural - BH	01	3,70	-	-
	Orçamento: Apoio Min.C - Projetos Locais	01	3,70	-	-
	Política Cultural de Curitiba-PR - Política Local	02	7,41	-	-
	Subtotal	11	40,74	08	61,53
POLÍTICA REGIONALISTA	Projeto: Arte nas Escolas	01	3,70	-	-
	Projeto: Ubatuba	01	3,70	-	-
	Projeto: Conheça o Escritor de sua cidade	03	11,11	-	-
	Homenagem: Maestro Bonfim	01	3,70	-	-
	Oficina Teatro	01	3,70	-	-
	Festa Popular: Congado	01	3,70	-	-
	Patrimônio Histórico	03	11,11	-	-
	Subtotal	11	40,74	-	-
COMENTÁRIO	Exposição do Acervo Artes Plásticas - SMC	01	3,70	-	-
	Subtotal	01	3,70	-	-
TOTAL		27	100,0	13	100,0

QUADRO VIII: POLÍTICA CULTURAL EM MANCHETE (1984/1989)

A frequência das manchetes, comparada entre os jornais, é de 67% no Correio de Uberlândia, e 33% no Primeira Hora em relação ao total de 40 artigos. Assim, representado graficamente:

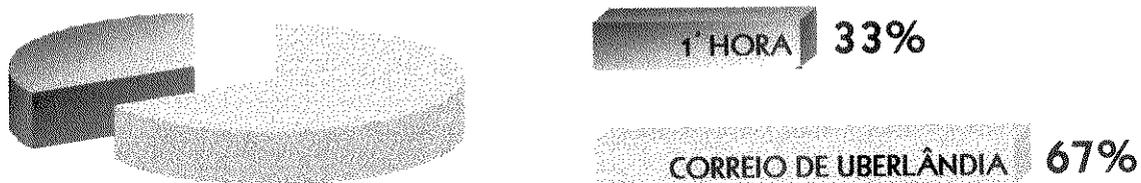


GRÁFICO V

O Correio de Uberlândia não só manteve uma constância maior como, também, apresentou uma grande diversidade de assuntos distribuídos nas categorias Espaço Físico, Política Cultural, Política Regionalista, tendo como enunciadora a SMC, e ainda, Comentários de artistas.

Entre os assuntos mais destacados, por ambos, esteve o Encontro de Política Cultural. Mesmo assim, dos quatro encontros promovidos pela SMC, apenas o I e II foram destacados pelo Correio de Uberlândia, enquanto o Primeira Hora se limitou a divulgar o II e o III. O IV encontro não foi motivo de manchete. Nesse sentido, parece que os motivos estiveram atrelados às leis de mercado, da imprensa. Em outras palavras, em função das características, em especial do Correio de Uberlândia, que busca um monopólio na área, os dois primeiros encontros, serviriam para despertar o interesse de compra, dada a presença de figuras ilustres na cidade, como o Ministro da Cultura, Secretário Estadual de Cultura, entre outras. O III encontro já contava com uma representação tímida e o IV, então, nem foi motivo de destaque já que para a realização do mesmo, só representante das Secretarias Municipais de Cultura e da comunidade de Uberlândia e região, fizeram comunicações orais, debates e troca de experiências.

Outro dado, que diferencia a postura dos jornais, está vinculado ao conteúdo da Categoria Espaço Físico. Assim, enquanto o Correio de Uberlândia abordava o pensamento da SMC sobre o que vem a ser os espaços físicos, abertos por ela, o Primeira Hora, se limitou a divulgá-los e a promover os políticos, ali presentes. Em termos de uma política regionalista, o Correio de Uberlândia deu destaque maior aos concursos literários e aos encontros de Patrimônio histórico.

Sobre a participação da imprensa, quanto aos espaços e o número de divulgações, esta ainda foi pequena mas, tal fato representa o lugar que a cultura tem na sociedade e principalmente na política, um acessório no interior do contexto administrativo. Cabe à equipe da SMC, em suas ações e projeto, desfazer essa conotação, pejorativa do seu papel.

2.1.3. O PERFIL DA POLÍTICA CULTURAL (1984/ 1989)

O discurso publicado pela imprensa

A construção do perfil dessa política cultural, em questão, far-se-á pela constância de determinados assuntos reforçados pela ausência de outros, conforme o que consta no quadro IX (folha168). E, no que tange ao conteúdo discursivo, procurar-se-á verificar se existe uma coerência constante de princípios, nos quais a SMC diz fundamentar sua linha de ação, em concomitância com seus procedimentos, orçamentos, organogramas, atividades e, principalmente, como tudo isso encontra-se exposto nos jornais.

Nesse sentido cabe esclarecer o procedimento utilizado para a definição dos artigos a serem analisados: a) todas as subcategorias terão artigos analisados; b) serão selecionados artigos representativos, com ênfase nos que estão contidos nas subcategorias, cuja frequência encontra-se a partir de 9%, em relação ao total de artigos publicados por um dos jornais.

POLÍTICA CULTURAL: Princípios e Procedimentos

Dos princípios sobre cultura e a linha de ação cultural apresentados pelo programa de governo, bem como os procedimentos intermediados, por viagens, promoção de encontros e diálogos com a equipe da SMC e com os Conselhos Comunitários, incluindo os balanços feitos pela Secretária Municipal de Cultura, constituirão uma referência para essa análise.

A exposição dos princípios, raramente foi publicada com outras palavras, que não fossem as contidas no programa de governo. Constata-se sua reutilização em “Uberlândia valorizando a sua Cultura”, no balanço dos cinco anos de Democracia Participativa (caderno especial, um encarte tanto do Primeira Hora, como do Correio de Uberlândia de 15/04/1988:13) e, também, na publicação “Cultura quem faz é o Povo” (Correio de Uberlândia 05/07/1988:03). Confira os fragmentos correspondentes aos títulos respectivos:

O que torna um povo vivo e sábio é a possibilidade de estar continuamente fazendo e refazendo sua cultura, preservando e desenvolvendo suas raízes, aprofundando a compreensão de seu valor e de seu significado. Foi com esse pensamento que em 1982 o então candidato Zaire Rezende conclamou a comunidade para uma reflexão profunda sobre cultura [...]

Enquanto informação histórica faz sentido, mas daí, repetir a mesma fala no outro artigo, que não possui esse caráter, é que permite questionamentos do porquê disso. Veja a seguir:

A alma de um povo é a sua cultura, seus valores, histórias e lendas. O que torna um povo vivo e sábio é a possibilidade de estar continuamente fazendo e refazendo sua cultura, preservando e desenvolvendo suas raízes, aprofundando a compreensão de seu valor e de seu significado. Para isso, ele necessita de memória. Uma memória dinâmica que une, graças a um presente libertário, o passado e o futuro.

O Correio de Uberlândia, ao colocar-se como repetidor do mesmo discurso, mesmo que seja um recorte desse, está sendo, claramente, locutor da SMC como sujeito da enunciação. Nesse caso, este jornal, se coloca como porta-voz, ou seja, objeto da enunciação.

Quanto a idéia veiculada é de que a cultura é dinâmica, mas ao mesmo tempo faz-se necessário que o homem preserve e entenda o valor de suas raízes. É um conviver com o novo, sem perder o passado como referência. E, a memória exerce um papel importante nesse processo daí um presente libertário, ou seja, de livre expressão. Só assim é possível registrar e preservar a memória.

Outros pontos, sobre a forma de ver a cultura, aparecem na entrega do Teatro Vera Cruz :

Em seu pronunciamento, a Secretária de Cultura do Município, Iolanda de Lima Freitas disse que 'acreditamos que sem o homem não pode haver vida cultural. Os tempos geram novos sentimentos. Temos que participar livremente da vida cultural de nossa gente.' (Correio de Uberlândia, 25/06/1985:01)

Ressalta-se aí a importância do homem como centro desencadeador da existência de uma vida cultural, a mesma referência do poder executivo. E que, ao mesmo tempo ocorre na outra publicação desse jornal. Antes, não pode deixar de ser colocado, o entendimento da SMC de que sua participação, deve ser de forma livre, na vida cultural da gente dessa cidade. Esse participar livremente demonstra a falta de uma proposta de trabalho sistematizado, mesmo porque a inexperiência no setor, naquela época, não permitia que fosse diferente. Voltando ao assunto do início deste, no fragmento com referência exposta acima que integra o título "Casa da Cultura surge para assegurar a legitimidade dos princípios do Homem":

Em seu discurso, a Secretária de Cultura, Iolanda de Lima Freitas referiu-se inicialmente à proposta de assegurar a legitimidade dos princípios que envolvem o homem, considerando como caminhos básicos para que a vida cultural da cidade possa crescer: o da preservação do patrimônio incluindo não só o arquitetônico, mas também o acervo artístico-cultural, o saber popular, o ambiente ecológico e do apoio às diversas atividades culturais. (Correio de Uberlândia, 21/08/1985:01)

Embora diga assegurar a legitimidade dos princípios que envolvem o homem, em sua política cultural, a Secretária traz, em sua fala, uma idéia de cultura, que passa mais pela sua representação nos bens simbólicos do que propriamente pelas atividades do cotidiano. Que ficam dispersas, ao não serem definidas, referindo-se apenas “às diversas atividades culturais”.

Essa forma de ver a cultura se repete até mesmo quando o assunto é “o Circo”, um espaço para uso popular, que assim foi intitulado “Projeto Circo – É preciso garantir o direito à Cultura”, a cultura como lazer, a cultura como meio de se expressar artisticamente, e quando muito a cultura como meio profissionalizante, assim se constata no trecho a seguir:

A trajetória do circo é marcada, principalmente pela emoção da descoberta de novos valores, novos talentos, novos caminhos. [...] A estréia do circo é uma grande explosão de alegria, e, a partir daí, até o final de sua permanência no bairro, as atividades são incessantes, trazendo crescimento para todos. Música, teatro, dança, poesia, jogos, esportes, cursos profissionalizantes, tudo produzido e organizado pelos próprios moradores, que, ali se encontram, trocam idéias, discutem, fazem novos amigos. (O Correio de Uberlândia, 29/08/1987:04)

Dos princípios aos procedimentos adotados para a elaboração de uma Política Cultural, depara-se com viagens, encontros e diálogos com a comunidade. Nesse sentido as viagens têm entre outros, o caráter da busca de um modelo como referência. Veja no discurso a seguir:

Secretária de Cultura, Iolanda de Lima e o Prefeito Zaire Rezende estiveram em Belo Horizonte ‘mantendo contato com diferentes setores das artes, com o objetivo de implantar alguns modelos em Uberlândia e tentar alguns convênios para um maior benefício’. (Primeira Hora 24/02/1984:04)

Outras viagens, para encontros no Rio de Janeiro e em Curitiba, tiveram o caráter de troca de experiência, entre administradores que se propõem a atuar através da democracia participativa. Assim, encontrou-se:

Secretários participam do Encontro do Ibase no Rio

Na primeira parte do encontro acontecerá uma troca de idéias entre as prefeituras municipais que têm como prática a discussão de seus orçamentos com a população, com relatos de experiência, análises e exposição dos avanços obtidos. (Primeira Hora 30/05/1986:03)

Iolanda comenta Encontro de Cultura em Curitiba

[...] Iolanda observou que este Encontro foi organizado prioritariamente para a participação dos municípios do Paraná, porém foi estendido a outros Estados onde se desenvolve um trabalho de democratização dos equipamentos culturais. Assim, a nível de Minas Gerais, diz Iolanda, Uberlândia foi a única cidade a integrar a este encontro. (Correio de Uberlândia, 11/07/1985:01)

Além desses papéis, as viagens tiveram a de fazer contatos tanto para trazer espetáculos, shows e exposições para Uberlândia, como também levar um pouco do que a cidade produz, conforme fragmento:

De sua ida a Belo Horizonte [...] Márcio Velloso formalizou o convite para apresentação da Banda Municipal de Uberlândia na posse do Presidente eleito Trancredo Neves, no dia 15 de março. A participação da Banda Municipal na posse do Trancredo Neves – explica Iolanda – foi resultante de um selecionamento entre as melhores Bandas. (Correio de Uberlândia, 16/02/1985:06)

Se, por um lado, é destacado a banda local entre as melhores bandas do Estado, por outro, marca a existência de um patrimônio cultural, que sedimenta os cuidados do poder público. A Banda tem, não só, razão de existir, como também torna-se um símbolo da cidade.

Sendo as viagens um dos primeiros procedimentos, constata-se, via imprensa, um segundo propósito, o de discutir com a comunidade, com intuito de elaborar uma política cultural, que se embasa numa democracia participativa. É o que sugere o título “Iolanda discute política cultural no Conselho de Entidades Comunitárias”, porém, no desdobramento da matéria, mostra a Secretária de Cultura como a expositora de uma política cultural e, no máximo, como esclarecedora de dúvidas à comunidade, observe a seguir:

Inicialmente a Secretária discorreu sobre as divisões setoriais do órgão Municipal de Cultura citando, entre outros, a Divisão de Patrimônio Histórico e de Cultura Local que abrange as áreas de música, artes literárias, artes plásticas.

Em especial, Iolanda destacou a importância da preservação do patrimônio histórico da cidade que, segundo ela, não se limita apenas ao imobiliário e se estende nas manifestações culturais de Congado, Folia de Reis, dança Catira. 'Daqui a pouco os bairros perderão sua história em consequência, entre outras, pela especulação imobiliária'.

Elucidando que a Secretária tem centrado suas atuações na divulgação e valorização da cultura local, Iolanda acrescentou que 'a indústria cultural não valoriza as produções culturais populares e que cabe então ao poder público respeitar e valorizar estas produções sem que faça interferência nas mesmas'.

A Secretária de Cultura enfatizou que 'não é objetivo prioritário da Secretaria Municipal de Cultura promover eventos e, sim apoiar através de fornecimento, entre outros, dos equipamentos de som, iluminação, tablado' [...] Inúmeros componentes do Conselho dirigiram indagações à Secretária de Cultura que em suas respostas destacou a preocupação de implantar um Museu Histórico Municipal, de criar uma consciência de preservação do patrimônio histórico local, de apoiar, valorizar e respeitar as produções culturais de nossa cidade. (Correio de Uberlândia, 18/07/1987:01)

A imprensa não explicita o discurso encontrado nos documentos complementares, que estão servindo de suporte para essa análise, em que ficou posta a construção de uma política cultural, em conjunto com a Equipe da SMC e com os Conselhos de Entidades Comunitárias, via sugestões, debates e questionamentos. Do conjunto de matérias levantadas, essa foi a que sinalizou uma relação de democracia participativa.

No segundo ano de atuação da SMC, essa matéria permite, ainda, verificar uma postura predominante de Protecionismo e Regionalismo. Daí a ênfase ao Patrimônio histórico para evitar que a especulação imobiliária destrua uma história presente nas construções de pedra e cal. A necessidade de proteger as produções artísticas e manifestações populares (Congada, Folia de Reis, dança Catira) frente à postura da Indústria Cultural, tomando para si, ou seja, para o poder público a responsabilidade de respeitar e valorizar as mesmas.

Outro ponto é o desejo da Secretária de Cultura que não pretende fazer uma política de eventos, mas de apoio ao crescimento e à continuidade da “cultura local”. Quando se diz desejo, é porque se observa, tanto na fala dessa Secretária de Cultura como da outra, que fará parte do estudo, é que elas têm consciência de que uma política cultural que se caracteriza por eventos, dificilmente permitirá um crescimento cultural. Fazendo-se necessário, então, investir em projetos que permitem um viver contínuo da cultura, mesmo porque, entende-se que a cultura permeia o cotidiano das pessoas. Mas, não é dessa cultura que falam, é daquela que é negada pelas condições sócio-econômicas, a artística e a intelectual, e nesse sentido concordam que a SMC precisa formar um novo homem. E para isso, precisa-se de uma política sistêmica, nos termos já colocados nessa dissertação. Porém, esse tipo de trabalho não favorece a promoção de políticos, um dos fatores que acabam influenciando na construção de uma política de eventos, sobrepondo ao desejo, que passa a ser individual.

O terceiro procedimento adotado pela Secretaria Municipal de Cultura, foi a realização de Encontros amplamente divulgados pela imprensa. E, o conteúdo discursivo simplesmente reforça o que foi apresentado na análise dos projetos, dos discursos dos conferencistas e dos documentos-proposta nos subcapítulos. Nesse sentido é apresentado os objetivos, a síntese dos pontos-chave, abordados pelos conferencistas, bem como, as propostas dos documentos, a serem levados ao MinC e ao conhecimento do executivo, da cidade e região. E, mais, uma única matéria apresenta uma avaliação da Secretária de Cultura sobre o II Encontro.

No sentido supracolocados confira alguns fragmentos como do I Encontro:

O objetivo maior é a incrementação dos administradores das áreas de cultura no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Durante o encontro, serão discutidos todos os problemas da região, para que possa ser feito um trabalho mais agilizado no sentido de se promover uma completa integração nesse setor. Já confirmaram a presença de importantes personalidades [...] (Correio de Uberlândia 07/11/1985:12)

A proposição traz, implicitamente, a necessidade emergente, diante do quadro político daquele momento, de repensar a política cultural e definir novas diretrizes. Para tal, o Encontro estaria exercendo, então, o papel de mediador e agilizador do processo em termos municipais. A SMC de Uberlândia com essa iniciativa, assume a liderança e faz com que outros administradores, não só da região do Triângulo Mineiro, mas também do Alto Paranaíba, participem do processo. Da mesma forma oferece uma infra-estrutura e contato com personalidades que ocupam cargos superiores, na administração pública da cultura.

Já nos objetivos do II Encontro, foram apresentados outros enfoques acrescentando o anterior, conforme citação:

Para Iolanda de Lima Freitas, Secretária de Cultura do município, o encontro proporcionará reflexões sobre a relação poder/movimentos populares, Estado e comunidade dentro da democratização da Cultura e o aprofundamento da lei n.º. 7805 que concede benefício, através do Imposto de Renda, para as implicações de caráter Cultural.

Iolanda de Lima Freitas destacou inicialmente os objetivos do encontro [...]. Disse da importância da troca de Experiências e discussão em torno dos valores culturais com autoridades presentes e da necessidade de sensibilizar o meio empresarial para a preservação e desenvolvimento dos valores da cultura brasileira.

(Primeira Hora, 21/11/1986:05 e 27/11/1986:04)

O segundo fragmento demonstra uma preocupação, embora já estejam no terceiro ano de existência da SMC, com a formação do administrador e técnicos administrativos do setor cultural. Mas a atenção se volta, para a relação dos mesmos com a comunidade, como explicita a primeira citação e com o meio empresarial, como forma de levantar verbas para aplicação em projetos culturais.

Observa-se aí uma nova conotação de cultura, que passa pelos movimentos populares e uma preocupação sobre o papel da SMC diante dos mesmos. Mas a velha preocupação permanece, com a democratização da cultura.

Sobre a postura do poder executivo municipal, que faz apelo à sensibilização empresarial, revela que apesar de ter colocado o homem como centro de suas preocupações, com a fala da Secretária de Cultura, não houve uma diferenciação, no que tange a uma distribuição orçamentária, mais adequada às necessidades do setor.

Em relação ao significado dos encontros, existem duas avaliações, uma feita pela Secretária de Cultura de Uberlândia e uma outra pelo conferencista de Curitiba, Carlos Marés. Ambas são resultantes do II Encontro, e possuem a mesma fonte de referência, embora tenham títulos diferentes. O discurso de avaliação da Secretária foi de que:

[...] o evento se revestiu de pleno êxito quanto aos objetivos propostos, destacando a importância do intercâmbio de experiências obtido, face a surpreendente participação de representantes de órgãos culturais de outras cidades como Uberaba, Campina Verde [...] [...] a meta de repensar a cultura foi totalmente atingida, em decorrência de reflexões positivas e abrangentes, oriundas dos debates e palestras proferidas por conferencistas de renome nacional [...]

‘É através deste repensar com outros municípios que nos podemos nos situar dentro do processo cultural, e ver se estamos lutando dentro da realidade ou se estamos defasados em relação a outros centros.’

(Primeira Hora, 29/06/1986:06)

Essas falas caracterizam bem uma busca de fundamentação, exclusivamente em experiências dentro de órgãos públicos, principalmente de grandes centros. Onde ficou a comunidade com sua visão, com seus anseios, com sua participação nesse processo de repensar políticas culturais? Por que em momento algum a Secretária de Cultura mencionou-a? Se realmente a SMC abriu-se à participação da comunidade no processo de elaboração de sua política cultural, infelizmente essa participação não aparece nas matérias analisadas. Quem falou um pouco sobre o assunto foi Carlos Marés, como apresenta a imprensa:

Para Carlos Marés, que também participou do encontro realizado anteriormente, o trabalho de cultura realizado em Uberlândia, hoje, se coloca entre os melhores trabalhos do Brasil, destacado o Projeto Circo implantado pela Secretaria Municipal de Cultura e a organização de movimentos culturais de bairro, fato que representa uma experiência

muito rica para Curitiba que apesar de não ter nenhuma identificação em comum com Uberlândia, existe, no entanto, a vontade de fazer com que tanto a cultura de Uberlândia, quanto de Curitiba se valorizem por si e se reproduzam cada vez mais, sendo que as experiências concretas de uma colabore com a outra. (Primeira Hora, 29/11/86:06)

Quanto ao conteúdo das conferências, dada a abordagem, não faz sentido reprisá-lo, pois não houve interesse por parte da imprensa em ressaltar pontos específicos. O que foi apresentado, foram os pontos chaves, enfatizados pelos próprios conferencistas.

Em resumo, a análise dos princípios e procedimentos, na elaboração de uma política cultural por parte dessa SMC, que foram publicados pela imprensa, permite chegar às seguintes conclusões:

Primeira, embora a SMC tenha se proposto a conhecer e repensar a política cultural, entendendo que a cultura é o próprio meio de vida, predominou o tradicional pensamento de direito à cultura, ou seja, da produção e apreciação artística e intelectual, além de explicitar uma política de cunho protecionista e regionalista.

Segunda, o trabalho em regime de democracia participativa, se deu sem dúvida alguma, no processo de administração interna, ou seja, na relação dos membros que constituem a equipe. O mesmo não pode ser dito em relação à comunidade. Uma avaliação difícil, quem da análise incide sobre a fonte documental em uso. É característica da imprensa ir atrás, não da voz do povo, mas, de pessoas com algum poder, principalmente, de reforçar aspectos ideológicos de seu interesse ou do grupo político no poder.

Terceira, os encontros promovidos anualmente pela SMC, devem ser vistos como um marco de trabalho de constante reflexão e troca de experiência. Mas, a Secretária de Cultura, em nenhum momento, usou do espaço da imprensa para

divulgar balanços de sua administração, como forma de reforçar o discurso de “democracia participativa”.

ESPAÇOS FÍSICOS: Populares e Eruditos

Para traçar o perfil dessa política cultural em relação à categoria B (espaços físicos), considerou-se a subcategoria de maior frequência, em cada jornal. Assim, espaços populares com 9,52% ganharam destaque no Correio de Uberlândia que numa análise horizontal, representa 61,53% se comparado ao segundo. Já o Primeira Hora deu ênfase aos assuntos ligados aos espaços eruditos com 18,84%. O que confrontado com primeiro jornal representa 92,86%, encontrando equilíbrio maior no primeiro caso.

Nesse sentido, constata-se a projeção do circo como um dos “trabalhos mais bem sucedidos” dessa SMC, apesar de ter surgido só no quinto mês do ano de 1986 e de não ter sido uma proposta original daquela administração. Nesses parâmetros os discursos trazem sua criação, seus objetivos, a sua proposta, em termos pragmáticos e relatos da comunidade.

Com referência à origem da idéia:

O Projeto circo de Uberlândia, semelhante à vários outros iniciados no País, garante a Secretária de Cultura, ‘tem sua própria filosofia de trabalho e levou por esse motivo, um ano para ser elaborado’. Segundo Iolanda de Freitas ‘todos os projetos semelhantes, executados, serviram como experiência, mas procurou-se principalmente olhar pela realidade da cidade criando o circo de Uberlândia’.

(Primeira Hora, 15/08/1986:10):

Assim como se buscaram conhecer linhas de políticas culturais de outras cidades, a experiência com o circo de outros locais, também serviu de referência para ser montado o daqui. A preocupação da Secretária de Cultura foi ter cautela, sempre, dizendo que, o que se buscou, não foram modelos, mas referências,

mesmo porque, diz ter consciência das peculiaridades da cultura local, que exige, então, o “circo de Uberlândia”. Mas as características culturais, em nenhum momento, foram explicitadas, nem mesmo os pontos que fazem esse circo ser diferente dos outros, o que deixa uma interrogação: se essa fala não passa de um discurso de fundo teórico.

Quanto aos objetivos, conferiu-se à exposição dos mesmos, o tempo todo em que se falou do circo. Veja algumas falas da Secretária de Cultura:

1º fala:

‘É necessário valorizar cada vez mais as expressões populares e o desejo de que um número cada vez maior de pessoas possa utilizar o acervo municipal de cultura’

.....
/o Circo possibilitará a democratização da cultura ‘levando-a a todos os contingentes populacionais, na medida em que será um espaço, onde o homem será sujeito e agente das atividades culturais e de outras de seu interesse’./ Citou Iolanda de Lima Freitas entre os objetivos do Projeto Circo, despertar a vida cultural do bairro e promover o homem e sua cultura. (Primeira Hora, 06/05/1986:04)

2º fala:

‘o circo cumpre dessa forma um de seus objetivos que é descobrir valores, fazendo com que cada bairro sinta-se como um verdadeiro espaço cultural. (idem, ibidem, 15/08/1986:10)

3º fala:

Os principais objetivos do Centro Cultural itinerante são: valorizar, apoiar e difundir a cultura local; oferecer à comunidade um espaço para as mais diversas atividades de interesse comum; possibilitar maior integração entre a comunidade, e acima de tudo, deixar fortalecido e sedimentado o movimento que se desperta com sua presença. (idem, ibidem, 20/11/1987:04)

4º fala:

[...] o Projeto Circo valoriza cada vez mais todas as expressões populares e o desejo de que um número cada vez maior de pessoas passe a utilizar o acervo municipal de cultura,

propagando os objetivos fundamentais do projeto, cujo personagem principal é a população organizada, que ali manifesta seus sentimentos, suas aspirações e seu saber.

.....
Além de área de lazer, o circo é um ponto de encontro onde tudo pode acontecer, fazendo emergir um movimento cultural latente. Com ele, este movimento cresce e quando o circo vai embora, a comunidade organizada estará movida para continuar se expressando, com o apoio da SMC, quando necessário. (Correio de Uberlândia, 16/04/1988:07)

Os objetivos apresentados, inicialmente, conforme o Primeira Hora, estão sintetizados em: a) valorizar expressões populares; b) democratizar a cultura; c) descobrir valores (poetas, músicos, atores, etc.). Observa-se aí, a existência de uma concepção de cultura, restrita aos valores artísticos. O papel do Circo, então, seria o de proporcionar um espaço onde se pudesse descobrir a existência de artistas que estavam no anonimato. A SMC, ao valorizá-los, estaria promovendo a cultura do bairro. Isso, além de proporcionar o desenvolvimento cultural, na medida em que a comunidade também teria acesso a produções oferecidas pela mesma.

Nas terceira e quarta falas, encontra-se presente uma extensão do papel do circo, ao ficar estabelecido que um dos seus objetivos é o de oferecer à comunidade um espaço para as mais diversas atividades e auxiliar na organização da comunidade, para que a mesma possa expressar seus sentimentos, aspirações e seu saber. Um espaço constituído por uma relação direta entre administradores culturais e comunidade, uma experiência importante, que propicia, ao administrador, uma percepção, melhor, da realidade cultural da comunidade uberlandense.

Já o objetivo de fazer emergir um movimento cultural com continuidade, não passa de um desejo, na medida em que não se concretizou devido a presença do circo de apenas três meses em cada bairro.. Um tempo muito curto diante da inexistência de uma história de organização dos moradores. O espaço do circo, na medida em que passou a ser utilizado para encontros, com certeza proporcionou

esperanças, da mesma forma que elas foram “embora” com sua saída, como ficam explicitadas em falas de moradores:

‘Circo, Projeto Circo... Ele chegou e abriu suas portas e seu coração para todos, e uniu todas as partes que estavam esquecidas [...] Com sorriso e satisfeito com o que fez, ele vai: Vai mas deixa saudades, deixa marcas no coração de todos, cada um fica com uma mensagem no peito, guardada para sempre. São marcas difíceis de esquecer.’(morador Santa Mônica/ 1986) (Correio de Uberlândia, 16/04/1988:07)

As saudades e as marcas inesquecíveis, apontam que o circo construiu momentos significativos, que estarão presentes na memória daqueles, que ali estiveram. Entretanto, por ser um circo itinerante, ao deixar o bairro, a comunidade fica desprovida de espaço efetivo para a continuidade do que havia iniciado. Para evitar essa situação, não só a permanência de um espaço, estabelecido para que os moradores pudessem se reunir, mas também a presença de coordenadores da SMC, fazia-se necessária até que a própria comunidade pudesse gerir a organização de sua própria cultura de forma independente.

Embora o Circo tenha se tornado um projeto permanente da SMC com atividades contínuas, pela SMC, para o bairro, ele representa um evento, com durabilidade de três meses. Tempo insuficiente para a sedimentação de atividades a serem mantidas pela própria comunidade. Mas, os outros objetivos foram cumpridos e confirmados em algumas falas da comunidade, na mesma matéria supracitada. Assim, na opinião de uma moradora do Bairro Jardim Brasília: “Ela diz que o circo é a própria comunidade. ‘Gostei de tudo, principalmente pelo lazer proporcionado para nossas crianças. Nós, os idosos também tivemos a nossa oportunidade. Foi muito válido.’”

Em outra parte deste mesmo depoimento, certifica-se o crescimento do trabalho da SMC, no sentido de agir coerentemente com o discurso de que a “cultura quem faz é o povo, e nele está”. Confira o fragmento a seguir:

Foi no Bairro Jardim Brasília que surgiu uma atividade para os anciãos: o projeto Conviver. Durante um dia da semana os anciãos do bairro se reúnem para ‘contar

casos', cantar e até dançar. É um projeto que deu certo e que vai se estender em outros bairros por onde passar.

Sobre esse projeto, a citação abaixo, resume tudo o que veio sendo exposto aqui:

O Circo – segundo palavras da própria Secretária de Cultura de Uberlândia é um espaço democrático, através do qual, as pessoas podem encontrar soluções para os seus problemas desde a busca do aprimoramento artístico até as dificuldades diárias do bairro. É a comunidade mobilizada que decide como e quando as coisas vão acontecer, propiciando a integração entre comunidade, SMC e Associações de bairro, já que, sendo local importante para troca de experiências, tanto pode um artista do bairro passar para os outros o que sabe, como pode a Secretaria também passar os conhecimentos que sabe em todos os campos artísticos.

Observa-se que na inter-relação da SMC com a comunidade e associações de bairros, vai se remodelando uma política cultural mas, que ainda insiste nos valores artísticos, como elemento central. Com isso, não dá para perceber nos discursos da Secretária da Cultura, a sua percepção do crescimento, de fundamental importância, para que a cultura deixasse de ser vista como mero lazer, inclusive pela comunidade e, passasse a ser percebida como um modo de vida, sujeito a transformações, com as quais, os habitantes dos bairros, conscientes das mesmas e de suas raízes, poderiam se fortalecer culturalmente.

O segundo ponto, em relação aos espaços físicos, como ficou colocado na introdução sobre essa categoria, foi o do espaço erudito, onde a construção e reforma de Teatros, representam a maior parte dessa subcategoria, que se soma à de galerias de arte, biblioteca e centro cultural.

A construção de um Teatro Municipal, prometido pelo Prefeito, desde sua campanha, bem como as reformas de anfiteatros e a manutenção do Teatro de Bolso, foram assuntos que movimentaram não só o discurso da SMC, como também de pessoas envolvidas com a produção de teatro, incluindo a imprensa.

Embora, existisse na cidade, apenas grupos amadores, a presença marcante de alguns líderes da produção teatral da Associação de Teatro de Uberlândia (ATU) mostrou-se uma organização, que se fez presente nas cobranças de espaços com qualidade. Nesse sentido o presidente da ATU se manifestou: *“A comunidade teatral e municipal de Uberlândia está aguardando, com ansiedade, uma decisão do Governo Municipal sobre o Teatro Rondon Pacheco, cedido através de convênio ao município, pela Secretaria de Estado da Administração.”* (Primeira Hora, 27/01/1984:07)

O anfiteatro, Rondon Pacheco, era o único espaço público para apresentações teatrais, mesmo assim, até então, não era do município, pertencia ao Estado. Com o convênio firmado, criou-se a expectativa de o espaço ser administrado pela prefeitura, como posteriormente passou a ser.

Embora a construção do Teatro Municipal não tenha acontecido, como em 1984, cobrou o Correio de Uberlândia (07/08/1984:06), duas reformas foram feitas, no sentido de se terem Teatros em Uberlândia. Assim, a Secretária de Cultura disse:

‘O Cine Vera Cruz é uma esperança para o setor cultural de Uberlândia, na medida em que será um novo espaço e proporcionará – quando ficar pronto – oportunidade de reforma do anfiteatro Rondon Pacheco, não deixando a cidade desprovida de espaço para as manifestações culturais.’ (Primeira Hora, 01/08/1984:07)

Para as reformas, a SMC procurou, antes, ouvir daqueles que necessitam desse espaço, sugestões, como segue no mesmo artigo: *A Secretária de Cultura destacou ainda o fato de que foi realizada uma pesquisa com grupos de teatro e academias de dança, para determinar pontos importantes da reforma, como o formato do palco, visando atender bem a todos, por isso a reforma será um pouco demorada.*

A reforma, ou melhor, a reconstrução do que passou a ser Teatro Vera Cruz e, principalmente, do Teatro Rondon Pacheco, foi uma decisão, apontada, pela inviabilidade das condições municipais de efetivar o projeto da construção do

Teatro Municipal. Assim, o Teatro Rondon Pacheco, conforme a Secretária de Cultura (Primeira Hora, 10/10/1986:12) tornou-se uma das melhores casas de espetáculos do Triângulo Mineiro. Isso, além de comportar uma galeria de Arte. Se o nome de Grande Otello não serviu para nomear um dos teatros, o que causou algumas discussões apresentadas pela imprensa, a galeria recebeu o nome de Lurdes Saraiva de Queiroz. Uma pessoa da cidade que foi homenageada, por ter em seu acervo, obras de artistas brasileiros, como Di Cavalcanti, por exemplo.

Além dos Teatros e Galerias, inclui-se a reforma da Biblioteca, conforme anúncio da Secretária de Cultura:

'A biblioteca precisa ser o cartão de visita de uma cidade, e o nosso, está em péssimo estado', disse Iolanda de Lima, acrescentando que 'se nós queremos valorizar a literatura e aumentar o número de usuário da biblioteca, então nós temos que oferecer boas condições, pois até um tempo atrás ela não oferecia nem segurança aos estudantes'.

(Primeira Hora, 03/07/1984:07)

Inclui-se no perfil do trabalho dessa SMC, a sua atuação, no sentido de abrir espaços físicos, principalmente no seu primeiro ano de gestão, estendendo até 1986. Com isso, para uma cidade, que antes contava apenas com espaços alternativos, cuja existência se dava por iniciativa de alguns artistas, a SMC ofereceu uma nova estrutura para manifestações do gênero. Manifestações essas em que se buscou permitir que, até mesmo as camadas da sociedade que sempre estiveram à margem, pudessem se expressar e ser valorizadas, mesmo que só por alguns instantes, como no caso do Projeto Circo.

POLÍTICA REGIONALISTA: Criação e Preservação

Promovendo anualmente, concursos na linha criacionista e encontros sobre Patrimônio Cultural, a SMC, coloca, através da imprensa, mais um perfil de seu trabalho.

No primeiro caso, a ênfase maior, foi sobre os concursos literários, com o projeto “Conheça o Escritor de sua cidade”, em que a Secretária de Cultura diz:

‘Este projeto faz parte da política adotada pela Secretaria da Cultura. Antes de trazermos escritores, artistas plásticos e de teatro, músicos de outras localidades temos por princípio prestigiar os artistas locais. Uberlândia não é rica apenas na economia, indústria e comércio como também em valores culturais e espirituais.’

(Correio de Uberlândia, 04/06/1985:01)

Procurando, o tempo todo, valorizar a produção artística da cidade, esse projeto se torna mais um dentre as atividades da SMC. O mesmo tem como objetivos específicos, conforme um dos membros do setor de literatura:

Seus objetivos visam não só integrar o escritor na comunidade uberlandense, como também dinamizar as atividades literárias, no intuito de desencadear um processo dialético entre o público leitor e a obra literária. Com essa proposta, a Secretaria Municipal de Cultura incorpora a perspectiva de debates e discussões em torno de questões referentes a produção literária e os mecanismos que agilizam sua consecução.

(Primeira Hora, 31/05/1985:09)

Nesse caso, a SMC se propõe a assumir o papel de incentivadora, oferecendo premiações além de bolsa de publicação e de intermediadora entre produtor e consumidor, a partir de debates e discussões. Proporcionar o ato criativo, na literatura, tornou-se um desafio, que foi maior ainda, no sentido de atrair e formar um público leitor.

Uma política inicialmente fechada à produção local, posteriormente abriu-se à participação de escritores de qualquer naturalidade. E, quando isso aconteceu, nenhum uberlandense foi premiado. Daí a hipótese de que a abertura deve ter sido motivada, ou pela baixa qualidade da literatura produzida por artistas locais e/ou, pela constatação de que uma cultura não se faz só com regionalismo. A troca de referências, também se faz importante, no desenvolvimento cultural de qualquer comunidade.

Na linha criacionista, mesmo não tendo sido enfatizado pela imprensa, o “Festival de Pipas”, do departamento de artes plásticas, que esteve presente em todos os anos dessa gestão, foi um projeto que, sem muito discurso, conseguiu envolver a comunidade, sem distinção de classe ou grupo, em um processo altamente criativo, cuja beleza, apresenta-se em tons poéticos, na matéria escrita por REZENDE:

A Secretaria Municipal de Cultura, desde 1984, promove, através da seção de Artes Plásticas, o Festival de Pipas de Uberlândia, que é realizado todos os anos, por ocasião do aniversário da cidade (31 de agosto), com o objetivo de possibilitar à comunidade a compreensão, valorização e acesso a uma das formas mais populares de lazer, participando do processo criador e resgatando esta arte que é tradição [...] Em tempos um pouco distantes, era comum vislumbrar no céu das cidades objetos coloridos, que dançando ao sopro dos ventos assemelham-se a aves raras, ou, dependendo da imaginação infantil, poderiam ser estrelas que, travessas, resolviam brilhar, durante o dia, a despeito da presença do senhor sol. O progresso constante e o corrente crescimento das cidades, parecem ter banido do azul, os papagaios, e roubado das mãos dos seus criadores o incentivo à arte de confeccioná-los.

No entanto, resta-nos a possibilidade de trabalhar pelo resgate desta atividade tão curtida por tantos e trazer de volta a prática dessa arte tão prazerosa e natural.

É belo ver o braço do criador empunhando firme e orgulhoso a sua obra, e presenciar a integração de tantos, crianças e adultos, unidos por um único objetivo – transportar o grande papagaio, que com certeza, momentos depois, deverá invadir o céu, subindo soberbo.

Depois, vislumbrar o céu incrustado de borboletas, barcos, peixes, estrelas... é como voltar no tempo, e descobrir de novo a beleza que sempre existe na simplicidade.

A verdade é que quanto o papagaio sobe – não sobe sozinho. Nós subimos com ele, colocando a alma na ginga que ele dá.

E o melhor de tudo. Nós todos num segundo, nos esquecemos dos problemas, do mundo, e com uma expressão infantil, paramos e olhamos o céu. (Correio de Uberlândia, 29/08/1987:04)

Uma proposta plausível, que rompe com a tradicional forma de ver as artes plásticas, no meio intelectual. As pipas, nesse contexto, podem ser entendidas como verdadeiras obras de arte porque está em avaliação a criatividade. Sem falar que, em termos culturais, a pipa possui um grande significado, pela presença marcante no lazer, em especial, de crianças, na cidade.

A preocupação com a interferência do progresso, tem sua razão de ser, na medida em que a formação cultural, de crianças de classe média, está nos meios eletrônicos distanciando-se cada vez mais, da criação o seu próprio brinquedo. Porém, a criação de pipas é um dos poucos brinquedos construídos pelas crianças, ainda muito presente, e se comprova por um passeio pelos bairros periféricos.

Proporcionar a confecção de papagaios e a participação dos uberlandenses (através de cursos e oferecimento de materiais a àqueles que não têm condições de acesso, a elementos que enriquecem plasticamente o poder criativo, e que se propõe a participar do evento) significa valorizar, principalmente, um lazer enquanto cultura popular, e ainda, desenvolver uma formação pedagógica, no sentido de orientar a criança quanto ao uso de espaços e materiais adequados para evitar tragédias. Além de trazer de volta, mesmo que por um tempo curto, o envolvimento das crianças que, até aquele momento encontravam-se em frente a uma TV ou um microcomputador e ainda, os que precisam de um pretexto para ter o seu momento de lazer, para revivenciar o que estava na memória de infância.

O oposto dessa linha de trabalho criacionista encontra-se na linha de preservação do Patrimônio Cultural, uma não excluindo a outra, sendo trabalhadas paralelamente. Para se posicionar em relação à preservação cultural, a imprensa mostra, mais uma vez, um trabalho pautado por encontros. Nesse sentido, a SMC, torna pública a origem e os objetivos de seminários acerca do assunto:

É notável o interesse cada vez maior pela preservação de bens culturais no Brasil. A popularização das questões relativas a este assunto, junto às largas camadas da sociedade brasileira, traduz uma nova etapa do processo de conscientização cultural.

.....
Diante disso a SMC de Uberlândia, através da Divisão de Patrimônio Histórico, com intuito de ampliar as discussões suscitadas no decorrer dos seus trabalhos realizará [...] a 'Semana de Patrimônio Cultural'. (Correio de Uberlândia, 2/05/1986:12)

A origem foi apresentada principalmente pela popularização do assunto em âmbito nacional e, pelas discussões surgidas na própria SMC, de forma que o objetivo foi o de ampliar essas discussões. As mesmas proporcionaram uma concepção de patrimônio cultural, que vai além do que constituíam bens imóveis. O que fica claro no pronunciamento do Prefeito na abertura da “II Semana de Patrimônio Cultural”, quando lembrou:

“[...] a importância da cultura para a humanidade já que ela faz parte da memória popular que é fator que mantém sua identidade. Falou ainda da necessidade do cidadão preservar seus valores culturais, artístico e histórico [...]” (Correio de Uberlândia, 12/08/1987:01)

Dessa concepção surgiu o Museu e o Arquivo como forma de registrar e resguardar a memória. O fato de ter ressaltado a memória popular, a princípio, conduz a uma leitura de que as histórias contadas pelo cidadão comum passariam a fazer parte desse acervo que se propôs fazer. Entretanto, na prática a ação se modifica, prevalecendo concepções tradicionais. Assim, apesar de algumas tentativas de modificações, o museu passou a resguardar a história do trabalho na cidade, representada por objetos do ofício e, o arquivo Público teve o papel de “localizar, recolher, recuperar, organizar e preservar a documentação pública [...]” (Primeira Hora, 15/04/1988:13). A memória popular ficou restrita a festas como a Folia de Reis, a festa de Nossa Senhora do Rosário (Congado) e ao artesanato.

A política cultural da SMC, conforme foi veiculado pela imprensa, sobre a categoria em questão, caracteriza-se por eventos, porém, de caráter anual e, valoriza a cultura regional no aspecto criacionista e patrimonialista.

2.2. A PROMOÇÃO DE ENCONTROS: ATIVIDADE DE MAIOR DESTAQUE PELA IMPRENSA

A constância dos encontros promovidos anualmente, pela SMC, exceto no primeiro ano de existência da SMC de Uberlândia, gestão 1984-1989, aponta para a necessidade da busca e análise de documentos complementares, uma vez que passa constituir um elemento importante na caracterização do perfil da política cultural, que se estabelece nesse período.

A promoção desses encontros, intitulados ora como “Cultura e Poder”, ora como “Política Cultural”, visa um levantamento de conceitos e de experiências com o intuito de instrumentalizar técnicos administrativos, do setor cultural, de Uberlândia e região. Essa realização, pensada sob a categoria espaço-temporal, permite uma análise do conteúdo discursivo do antes, do durante e do depois dos encontros. Nesse sentido, respectivamente os conteúdos discursivos, encontram-se em três tipos de documentos, que serão analisados a seguir:

- 1) Os projetos que propõem os encontros.
- 2) As transcrições das falas dos participantes (conferencistas, debatedores, plenária) contendo uma diversidade conceitual e diferentes experiências e posicionamentos.
- 3) Os documentos-propostas: uma sistematização de idéias surgidas nos encontros e que revelam o grau de entendimento e de reflexão em torno do que foi colocado durante os encontros.

2.2.1 Os Projetos

A construção das categorias, para análise desses documentos, segue a própria estrutura dos projetos:

- a) Os títulos
- b) Justificativas/ Objetivos

c) Programação temática/ convidados/ custos

a) Os Títulos

O primeiro e segundo encontros, propostos pela SMC, recebem o título "Cultura e Poder no Brasil" para o terceiro e o quarto foi proposto o título "Política Cultural". Assim, os próprios títulos trazem à tona dois momentos, com preocupações diferenciadas.

No primeiro momento, buscar definições de cultura e poder, como elementos autônomos. Já, no segundo, há um redirecionamento do assunto, que passa a ser explorado como política cultural. Nesse sentido, passa-se de uma visão fragmentada para uma visão de unidade, cujas causas estão sendo apresentadas como hipóteses, atreladas aos seguintes aspectos: do intelectual e do artista no poder; da falta de uma tradição, em explicitar políticas culturais; o redirecionamento político, com a "Nova República".

O Intelectual e o artista no poder

Nesse caso, a equipe se encontra numa situação de impacto entre o crítico e o agente. Daí inicia-se uma experiência de conflito entre ser aquele que se propõe conceituar, refletir, criticar e produzir, como intelectual e artista e aquele que, depois de tudo isso, tem o poder, oferecido por um órgão público, de planejar, traçar políticas culturais e *conduzir* a vida do outro. Mais ainda, o de ser agente e tendo ao mesmo tempo que assumir um papel de burocrata. O de ser aquele que está, ao mesmo tempo, preocupado com o direcionamento cultural de uma cidade mas, antes de tudo encontra-se subordinado a um sistema político e regido por uma linha ideológico-partidária.

A situação leva o intelectual a ser o sujeito, ao mesmo tempo que assume um papel respaldado pelo poder público. Assim, numa condição privilegiada, ele vive uma relação de teoria e prática. O embate dessa relação o força a crescer; a formular novas idéias, e a fazer uma nova conexão entre cultura e poder.

Nesse sentido, o intelectual pode assumir um papel, conforme GRAMSCI (1978), de: intelectual tradicional, identificado com as elites, é aquele que não se preocupa se a sua atuação tem efeito de mudanças, influenciando na democratização da sociedade. E intelectual orgânico, que luta pela hegemonia cultural, cujo papel consiste em transformar uma classe "em si" numa classe "para si", tornando-se ele parte dessa classe.

Encontram-se ainda, outros tipos de intelectuais, presentes na história brasileira, como mostra SILVA (1992): o intelectual populista fala sobre o povo e pelo povo e, como povo, que não é. Nega a cultura erudita com a pretensão de mostrar a importância da preservação da cultura popular, enquanto criação coletiva. E o intelectual revolucionário que se encontra na mesma condição do intelectual populista, mas com preocupações diferenciadas. Ao invés de preservar uma cultura popular, folclorizada, ele pretende que o seu papel seja o daquele que detém o saber, colocando-se como um indivíduo crítico e consciente, que propõe a transformação das massas. Coloca-se no papel conscientizador político do operariado. Exemplo desse intelectual, no Brasil, está na metodologia de alfabetização de adultos, utilizada por Paulo Freire e no trabalho feito, pelos CPCs, nos anos sessenta.

Não basta que um indivíduo apenas se caracterize, é, na prática, que prova coerência com seus princípios. Entre os diversos espaços para atuação, o de um órgão público, como a SMC, é o espaço que legitima seu poder de ação. Só que, junto ao poder, vêm as regras, as limitações e conseqüentemente, os conflitos.

Devido essas condições, muitos intelectuais progressistas se frustram com a experiência e, até mesmo, se negam a participarem como membros de órgãos públicos. Com perspectivas de mudanças socioculturais, alguns persistem em experiências alternativas, individuais ou em pequenos grupos. Entretanto, ignorar o espaço de uma realidade, torna-se um ato ingênuo diante da correlação de forças.

Diante disso pode-se concluir que, mais importante que as elaborações conceituais auto-identificadoras, o intelectual precisa se preocupar com suas estratégias frente ao poder estatal. E ainda, mais importante que definir cultura e poder é pensar como agir, enquanto político que tem o papel de traçar uma política cultural. É isso que o terceiro e o quarto encontro parecem estar trazendo. Porém, para chegar-se a esse nível faz-se necessário, antes, ter esclarecido o que é cultura e o que é poder, já que ser administrador de cultura significa gerir idéias.

Entende-se a necessidade de o intelectual se assumir como político, tendo em vista que este, como define ARANHA é:

[...] aquele que atua na vida pública e é investido de um poder de imprimir determinado rumo para a sociedade. (1986:207)

Com esse conceito de político o intelectual pode ultrapassar barreiras, indo além do papel do político apresentado por GRAMSCI :

O político imagina o homem como ele é e, ao mesmo tempo, como deveria ser, afim de alcançar um determinado fim; seu trabalho consiste, precisamente, em fazer com que os homens se movimentem, com que saiam do seu estado presente, afim de se tornarem capazes coletivamente de alcançar a finalidade proposta, isto é, de se 'conformarem' à finalidade. (1978:13)

Se o trabalho do político é esse apresentado por GRAMSCI, o do intelectual político pode ir além. Isso quando ele tem a capacidade não de imaginar o homem como ele é, (em sua realidade ou em sua atualidade) mas, avançar, em busca da virtualidade ou de ir além da realidade do homem (um devir do homem, um devir político), entendendo sua cultura presente, propondo um trabalho de transformação, sabendo o que nesse processo, faz parte do senso comum e, a partir daí, procurar sua transcendência.

Frente à inexperiências políticas e de elaboração de Políticas Culturais, mas com pensamento de intelectual, justifica-se o fato dos dois primeiros encontros receberem o título de “Cultura e Poder”. Uma necessidade primeira de suprir carências primárias, de uma equipe quase que completamente despreparada. É o momento de busca de conceituações básicas. Enquanto os dois últimos refletem uma necessidade de repensar uma prática, sendo então, denominados “Política Cultural”. Se antes tinham questões abstratas às suas experiências, depois já tinham questões de ordem prática, que emergiram no dia-a-dia de convivência numa SMC.

A falta de uma tradição em explicitar Políticas Culturais

Tudo indica, esse é o aspecto central dos rumos iniciais dos Encontros. Ao invés de discutir política cultural, antes a equipe da SMC teve que ir para questões de base. Antecedendo a discussão de um programa de ação, a mesma procura o papel que a equipe acaba de assumir e sobre o que se está chamando cultura.

Do ponto de vista organizacional, trata-se de uma situação inusitada. É a primeira vez, na cidade de Uberlândia, que se cria uma Secretaria responsável diretamente, pela cultura. Esta, antes, era apenas, apêndice de outras Secretarias, por isso a pouca experiência no setor. Do ponto de vista racional, até então, o Estado só teve a preocupação de explicitar uma política cultural duas vezes. Ambas num regime de ditadura. Uma nos anos 30, durante o “Estado Novo”, e a outra nos anos 60/70, no regime militar, está marcada, principalmente, pela explicitação de Programas de Ação Cultural (PACs – 1973-1975).

A institucionalização da cultura, se esboçara na criação de órgãos como o Instituto Nacional do Livro (INL), Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entre outros, em que o papel

assumido pelo Estado, em relação a cultura, conforme CHAUI, ocorrera da seguinte forma:

[...] o poder público na qualidade de sujeito cultural e, portanto, de produtor de cultura, determinando para a sociedade formas e conteúdos culturais definidos pelo grupo dirigente, com finalidade de reforçar sua própria ideologia, legitimando-a através da cultura. Tradição antiga, que teve seus momentos mais altos durante o Estado Novo e a ditadura dos anos 60/70, apanha a cultura como instrumento justificador do regime político e, pela distribuição dos recursos e encomenda de trabalhos, passa a submetê-la ao controle estatal. (1992:5)

O ponto básico dessa relação era o controle estatal, tanto de um produto cultural quanto do produtor, evitando as possíveis ameaças de ordem política nacional.

Saindo dessa condição real de política cultural, existiriam outras concepções quanto ao papel do Estado, mas que não haviam passado de desejo e, no mínimo, haviam permanecido em ações fora desse espaço. Entre elas, a populista que, segundo a mesma autora, tornara-se

Mais forte no final dos anos 50 e início dos anos 60, pretende que o órgão público de cultura tenha um papel pedagógico sobre as massas populares, apropriando-se da cultura popular para, depois de transformá-la, devolvê-la em sua 'verdade verdadeira' ao 'povo'.

.....
Não, por acaso, o populismo cultural esteve intimamente ligado (no final dos anos 50 e início dos anos 60) ao vanguardismo político do Partido Comunista.

Isso vem consolidar a afirmativa que antecede as citações. Quanto à atuação da equipe da SMC de Uberlândia, via encontros, pode-se concluir que: esse contexto que carece de políticas culturais explicitadas, ano após ano pelo Estado, seja uma outra causa a provocar a busca inicial de conceitos, para só depois colocar em discussão a política cultural.

O Redirecionamento Político

Esse momento, vivido pela SMC, denominado “Nova República” em termos discursivos, implica romper com um regime político autoritário e implantar um regime democrático. O que já seria um fato suficiente para se colocar em discussão, o significado de uma política cultural num regime democrático, os conceitos de cultura, e o papel do Estado Democrático.

Sendo essa situação a causa central da origem dos encontros, poder-se-ia chegar a um estágio avançado em que se estaria pensando diretamente a política cultural. Porém, a situação não é bem aquela, o que se observa é que naquelas condições foram criados órgãos administrativos, distribuídos cargos, para só depois buscar o papel de cada indivíduo, no “novo” contexto político. Assim, só depois de três anos de gestão é que surge a preocupação com a política cultural enquanto tal. Isso, faz com que se entenda que, entre as causas dos encontros que, começam a emergir nos próprios títulos, esteja a causa principal que move os mesmos. Para entender melhor tal afirmativa, recomenda-se a leitura da dissertação de Terezinha SILVA que, além de ter participado como membro da SMC de Uberlândia, nessa gestão, fez um estudo extensivo sobre a situação do confronto vivida pelo intelectual, no interior desse órgão.

b) Justificativas/ Objetivos

O primeiro aspecto contido nesse documento, considerado importante, é o endereçamento dos encontros, ou seja, *para quem* eles foram realizados. Embora haja uma preocupação em debater temas de interesse comunitário, e trocar experiências, estas ficam restritas e endereçadas a um grupo específico. Em especial, nos dois primeiros encontros, quando se debateu a busca de experiências administrativas no setor cultural, cujo fim era preparar administradores e técnicos da cultura. Todos eles, integrantes das Secretarias Municipais da Cultura, dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

O terceiro encontro apresenta uma abertura à participação da comunidade, o que se consolida no quarto e último. Observa-se então, que os próprios organizadores, sentem a necessidade de abertura, ao perceberem a importância da participação daqueles que compõem uma sociedade complexa e heterogênea.

Inicialmente, a razão dos encontros fechados não é difícil de ser entendida, levando-se em consideração o papel do intelectual de levar cultura ao povo, com poder legitimado para tal. E ainda, levando-se em consideração o conceito que se tem de cultura.

Sem entrar em contradição, em momento algum dos textos, o conceito de cultura vai se esboçando nas expressões : “produtor cultural no Brasil”, “objeto cultural”, “democratização da cultura”. Essas expressões trazem implícita uma idéia clássica de cultura associada às Belas Artes, que passam a objetos culturais. Ser culto, dentro dessa forma de ver a cultura, significa o estar produzindo esses objetos ou, pelo menos, ter conhecimento para falar sobre esses produtos, além de apreciá-los. Nesse sentido, a cultura é o meio classificatório que gera o par oposto culto/inculto. Com esse entendimento, cabe à SMC, a democratização da cultura no intuito de elevar o padrão cultural.

Assim, a SMC não só estaria tornando os homens mais cultos mas, principalmente, devolvendo-lhes o direito de se expressarem através das artes como uma necessidade nata, em que as artes tem em si mesmas, importância para o homem (FISCHER-1987). Porém, esse discurso não encontra ressonância no próprio homem, que foi levado, por força das circunstâncias, impostas pela luta da sobrevivência, a desprezar os aspectos que envolvem a subjetividade. Resultado de uma condição sócio-econômica, imposta pelo capitalismo, à maioria da população desse país. Situação essa que impõe um distanciamento entre o afetivo e o racional. Com isso, essa idéia de democratização da cultura fica “órfã” daqueles que seriam os geradores de cultura.

Não se está querendo, com isso, desmerecer o papel das artes enquanto cultura, mas mostrar que essa justificativa é insuficiente, e que esse conceito de cultura é limitado, diante de uma sociedade complexa. Agora, apesar de os discursos contidos nas justificativas e objetivos dos projetos desses encontros, apresentarem, de um lado, uma tendência do que se acaba de criticar, por outro, fica patente a vontade de aprender, assumindo as limitações existentes, o que pode ser considerado um ponto relevante.

Essa vontade, com certeza, é uma das causas provocadoras de uma nova visão de cultura, como vem expressa na justificativa do último encontro:

Na sua política cultural e nas suas atividades-afins, a Secretaria Municipal de Cultura inclui uma explícita dimensão da sua filosofia: desenvolver perspectivas novas tanto na implantação de propostas desafiadoras quanto na execução de programação, no sentido de fundamentar o processo de participação da comunidade, respeitando a multiplicidade dos valores da nossa cultura.

Não se fala mais em democratização da cultura, mas em fortalecimento dos processos culturais, em função da diversidade de valores. O que demonstra um grande avanço, do ponto de vista discursivo.

Um outro aspecto, presente na justificativa inicial, é a criação de órgãos oficiais da cultura, e só então, o surgimento de preocupações diretas, do tipo:

Como e em que nível deverá o Estado participar como administrador da cultura? Qual o momento em que o poder público deve se retirar das questões culturais para não cair no risco da manipulação política?

São questionamentos que provocam uma reflexão sobre o papel do Estado, em especial, do regime militar, cuja política cultural adotada visou o controle da produção cultural, tendo-se tornado produtor de cultura impondo, através da censura, limites aos conteúdos das manifestações artísticas.

Essas questões fazem-se necessárias num contexto de transição política. Agora, o problema mais sério, que se encontra por trás disso tudo é que, só depois da criação da SMC passou-se a preocupar-se com uma meta a ser traçada, ou seja,

com uma política cultural, cujos objetivos ainda não estavam definidos. O mapeamento dessa realidade se confirma no fragmento a seguir:

A existência e criação de órgãos oficiais de cultura, tanto no âmbito municipal, estadual como federal, implica na elaboração de programas e projetos a serem desenvolvidos nos diversos setores ligados a esta questão, o que torna imprescindível o conhecimento e discussão deste trabalho, da estrutura e funcionamento destes órgãos para que a comunidade e mais, especificamente, os produtores culturais tenham participação neste processo, já que são os mais próximos da realidade e os próprios criadores das atividades e objetos culturais.

Na proposição surge um novo elemento que precisa ser ressaltado: a preocupação em entender a estrutura e o funcionamento administrativo. Isso implica entender o funcionamento dos órgãos culturais no âmbito da administração da prefeitura e na relação de hierarquia entre os órgãos de nível municipal, estadual e federal. Com isso, mais uma vez, torna-se clara a situação de enfrentamento do novo, da desestruturação inicial e da necessidade que se sente, de buscar experiências para fundamentar e sustentar a elaboração de uma política cultural, no estágio, de um vir a ser.

Entre esses aspectos abordados até então, há um considerado o fio condutor de todos, a preocupação em definir o espaço do “agente cultural”, ou seja, dos administradores e técnicos culturais que compõem a equipe da SMC. Isso vem apresentado nos seguintes termos: “...em primeiro lugar, uma questão social a ser resolvida e só então poderão os agentes de cultura transformarem o espaço em que habitam.”

É uma conclusão que advém de um trabalho antecedente, da própria equipe organizadora dos encontros, tendo como ponto de partida o estudo da “Nova Constituição”. Estando em processo de discussão e aprovação, a questão social levantada, refere-se à condição do “produtor cultural no Brasil”. Daí a expressão:

Deverá aquele (o produtor cultural), através da Nova Constituição, merecer o reconhecimento por aquilo que realiza sem, no entanto, continuar sobrevivendo nesta

oscilação ansiosa que é a busca da sua autonomia e a dependência do pseudo-mecenato ou dos favores dos órgãos oficiais competentes e das empresas privadas.

A “Nova Constituição” passa a ser esperada, como o documento que deverá redefinir o espaço do produtor cultural, numa situação sócio-econômica. Com isso, servirá de referência para a definição do espaço do próprio administrador da cultura, que se encontra em condição de organizar uma política cultural.

Diferentemente da postura inicial, o último encontro traz elementos novos, do ponto de vista discursivo, o que a própria equipe faz questão de demonstrar, em termos de concepção, mudanças do que é e quem são os produtores de cultura. Assim, é explicitada e reforçada durante todo o texto da justificativa, que passa a ser ilustrada com o trecho a seguir:

Quer enfim, mostrar a fixação da nova imagem da cultura latente e heterogênea. E, na essência deste princípio, são fundamentais todas e quaisquer iniciativas que garantam novas possibilidades de análise e prática em favor da transformação individual e da comunidade.

Os dados, contidos nesses fragmentos, permitem, até então, uma leitura do conjunto discursivo, que revela o perfil parcial da política cultural da SMC de Uberlândia, gestão 1984-1989. É parcial por entender que a administração de uma política cultural se divide em dois níveis: no primeiro estabelece uma política interna, da relação entre os elementos da equipe e, no segundo estabelece uma política externa, de ação junto à comunidade, como o todo que forma uma cidade. A política interna da SMC, é uma política com diretrizes democráticas provocadoras de reflexões e de revisões constantes de posturas e atos.

Sem esse perfil, dificilmente se chegaria a uma nova postura, como a explicitada a seguir:

[...] desde 1985, aconteceram encontros sobre política cultural que, neste ano, vem denominado de IV Encontro de Política Cultural e trás uma marca própria: consolidar a mobilização e as iniciativas culturais da cidade, estabelecer um clima de discussão e reflexividade, intercambiar experiências, reavaliar o papel das estruturas administrativas

da área cultural e explicitar as relações reais entre as bases da ação cultural e os órgãos administradores de cultura.

A própria marca se resume em abandonar os encontros fechados e semi-fechados, dando lugar à participação efetiva da comunidade. E ainda, diferentemente dos momentos anteriores, cuja preocupação era buscar referências fora da cidade, para que pudessem elaborar as propostas e ações de uma política cultural. Nesse encontro, se propôs olhar para a política cultural adotada até então.

Verificou-se uma condição importante no momento de reestruturar e dar continuidade a um trabalho interrompido na gestão seguinte, uma vez que houve uma troca de partido no poder. Isso constitui um dos principais problemas, diante da falta de um Plano Diretor, que provoca, muitas vezes, uma política de eventos no lugar de uma política de programas, que ultrapassaria gestões. Assim, a alternância dos ocupantes dos cargos de confiança, uma prática comum no meio político, no país, impede a continuidade de um trabalho, provocando enfraquecimento e até mesmo seu desaparecimento.

c) Programação Temática/ Conferencista

<p><i>A Questão Cultural no Brasil</i> Conferencista : Secretária do Estado da Cultura de Minas Gerais – Deputado Delfim Ribeiro</p>	<p><i>Democratização da Cultura : Movimentos Populares</i> Conferencista : Antropóloga Professora Doutora USP/PUC – Carmem Cinira de Andrade</p>	<p><i>Paternalismo Cultural</i> Conferencista: Sociólogo, Professor, Pesquisador MG – José Márcio Pinto de Moura Barros</p>	<p><i>Política Cultural do Município de Uberlândia</i> Conferencista: Secretária Municipal de Cultura de Uberlândia – Professora Iolanda de Lima Freitas</p>
<p><i>A Constituição e a Cultura</i> Conferencista: Diretor Presidente da Fundação Cultural de Curitiba – Carlos Frederico Marés S Filho</p>	<p><i>Democratização da Cultura : D Estado e a Comunidade</i> Conferencista: Chefe da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná – José Guilherme C Magnani</p>	<p><i>Cultura e Educação</i> Conferencista: Diretor Presidente da Fundação Cultural de Curitiba-PR – Carlos Frederico Marés S Filho</p>	<p><i>Preservação e organização Popular</i> Mesa redonda</p>
<p><i>Cultura e Poder</i> Conferencista: Chefe do Gabinete do Ministério da Cultura – Paulo Vicente Guimarães</p>	<p><i>Patrimônio Cultural e a Constituinte</i> Conferencista: Presidente do Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – Modesto Souza B Carvalhosa</p>	<p><i>Troca de Experiências</i> <ul style="list-style-type: none"> ➢ Cultura Negra ➢ Arte-Educação ➢ AICA – Artes Integradas do Camaru ➢ Trabalho Cultural desenvolvido pela Casa da Cultura – Araguari-MG </p>	<p><i>Agentes Culturais : Movimentos Espontâneos</i> Mesa redonda</p>
<p><i>Administração da Cultura</i> Conferencista: Diretor Presidente do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – Membro da Comissão Mineira de Fôldore – Sebastião Rocha</p>	<p><i>Lei 7505 de Incentivo à Cultura</i> Mesa Redonda: Representantes MINC, Empresários, Advogados, Receita Federal</p>		<p><i>Circo Voador do RJ</i> Workshop: Administradores – Prefeito - Fortuna</p>
<p><i>Movimentos Populares de Cultura</i> Conferencista: Secretário Municipal de Cultura de Campinas – Antônio Augusto Avantes – envia a assessora – Maria Eulinda C Palerozi</p>	<p><i>Troca de Experiências</i></p>		
<p><i>Cultura e os Meios de Expressão</i> Conferencista: Secretário Municipal de Cultura de SP – Gianfrancesco Guarnieri</p>			
<p><i>Cultura, Educação e Liberdade</i> Conferencista: Ministro da Cultura – Aloísio Pimenta – Envia assessor – Fernando Corrêa Dias</p>			
<p><i>Troca de Experiências</i></p>			

QUADRO IX: PROGRAMAÇÃO TEMÁTICA/ CONFERENCISTA

Esse quadro traz um mapeamento da programação temática dos quatro encontros, assim como dos conferencistas, e além dos temas, cuja sistemática utilizada é a de mesa redonda e troca de experiências. Tal fato permite apresentar uma leitura comparativa, de encontro para encontro, utilizando dois tipos de análise: quantitativa e qualitativa.

Em termos quantitativos, verifica-se uma queda contínua do número de conferências, sempre reduzindo à metade, passando de oito no primeiro encontro, a uma no último. Isso implica automaticamente, diminuição de gastos. Como pode ser certificado na discriminação de custos nos projetos. Enquanto o primeiro se fecha no total de Cr\$18.697.900 (dezoito milhões, seiscentos e noventa e sete mil e novecentos cruzeiros), que equivale Cz\$ 5.222.693 (cinco milhões, duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e três cruzados), o último prevê o gasto de Cz\$476.698 (quatrocentos e setenta e seis mil e seiscentos e noventa e oito cruzados).

Encontra-se aí, um fator negativo, que traz implícita uma atenção reduzida, no âmbito da administração, ao setor cultural. O apoio intensivo à cultura, prometido pelo prefeito, e dado efetivamente no início, vai se diluindo tornando-se mais moral e menos financeiro.

Ao contrário da conclusão que parte da análise quantitativa, a análise qualitativa aponta para questões positivas como: a sistematização da troca de experiência no terceiro encontro; os administradores e técnicos culturais do município e região, que antes se colocavam mais na condição de ouvintes, ou seja, de receptores de informação, passam depois a membros diretos nas comunicações orais, saindo, assim, de uma condição passiva para uma condição ativa; a abertura à participação da comunidade, sob a sua ótica de cultura na heterogeneidade de grupo; a postura em relação à cultura e ao Estado, na programação temática, deixa de ser fragmentada para ser unitária, passando à temática para Política Cultural.

Com isso o grande ganho do último encontro em relação ao primeiro, embora mais pobre em termos numéricos, de temas oferecidos, é a presença da comunidade que passa ser realidade e a reflexão em torno de fatos com que a equipe dessa SMC se defrontou. O que é muito diferente de estar na condição de espectador, quando quase tudo se tornava abstrato, diante da falta de vivência em administrar cultura em órgãos públicos.

2.2.2 O Teor dos Discursos nas Conferências

Os quatro encontros propiciaram a existência de um conjunto diversificado de informações, experiências e conceitos. O que deve ter sido de grande valia para aquele momento de “transição política” na constituição de uma SMC. Nele, novas idéias não faltaram para subsidiar uma política cultural, da qual se espera, seja, no mínimo, diferente das políticas culturais adotadas pelo Estado, tendo em vista a “Nova República”.

Os responsáveis pela transmissão desse conjunto mencionado acima foram, especialmente, os conferencistas. Sendo, predominantemente, os que já tinham ocupado, ou estavam ocupando cargos públicos, na área cultural – como representantes do Ministério da Cultura, das Secretarias de Cultura dos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e seus municípios. Entre os conferencistas, alguns professores pesquisadores, antropólogos e sociólogos. Em menor escala, nos dois últimos encontros, representantes de grupos da cultura negra, da cultura popular, da arte-educação, etc., participaram, expondo experiências em mesas redondas. Maiores detalhes, dos participantes, encontra-se no Quadro IX da folha 93.

O teor dos discursos, para essa análise, foi subdividido e agrupado, entendendo-se que existiram três linhas de informações:

- A) Conceitual
- B) Experiências Administrativas
- C) Histórica

Em síntese, elas trouxeram embutidas formas de pensar, cuja sustentação estavam não só numa praxe administrativa e de pesquisa, como também, algumas vezes, num discurso político, pautado pelo idealismo.

A) Conceitual

Aqui, encontram-se conceitos independentes, porém, na maioria das vezes, estão imbricados na relação Estado e Cultura. Tal fato justifica, então, abordar inicialmente conceitos básicos como Cultura; Cultura Brasileira; Patrimônio; Democracia Cultural; Política Cultural; Administração Cultural; etc., buscando observar as interdependências necessárias para a elaboração de uma política cultural.

Política Cultural, para CORREIA (conferência 1985) “é uma política para ampliar essa idéia de cidadania”. Que idéia, então, é essa que aparece na sua própria fala?

O termo cidadania pertence ao contexto liberal. Significou sempre como alguma coisa, com direitos políticos, com o fato de alguém súdito de um determinado Estado, deve lealdade a esse Estado e o Estado tem que proteger esse súdito. Essa é a concepção liberal de cidadania, é uma concepção, importante, mas limitada. Cidadania hoje é mais do que isso, há novos direitos econômicos e sociais que são incorporados à idéia de cidadania. Para dar alguns exemplos, hoje é importante que as pessoas tenham direito, não a benemerência do Estado, mas tenham o direito garantido de condições comunitárias de lazer.

Essa idéia de cidadania que traz, entre outros, o direito, de ter acesso às condições comunitárias de lazer, encontra-se incorporada por essa administração em estudo. Assim, a iniciar pelas construções de praças, com parques e área para futebol de salão, em cada bairro da cidade; o projeto “Forró na Praça”, no teatro de arena da praça Sérgio Pacheco, que reunia, mensalmente, o povo numa animação total;

“O Festival de Pipa” que acontecia, reunindo pessoas das mais diferentes formações, adultos e crianças. Esses atos, entre outros, estão caracterizando uma gestão que cujo olhar esteve voltado, também, para uma “cultura popular”. Isto é, para uma cultura, que satisfaz aos gostos de uma grande parcela da população, fazendo assim, cumprir o direito à cidadania.

Dentre, os direitos do cidadão, volta-se a mencionar a participação da comunidade, em conselhos deliberativos, nas decisões e elaborações de projetos para a comunidade. E assim, em muitos momentos, a própria comunidade, com suas necessidades específicas, redireciona a programação do “Circo Itinerante”, onde aconteciam cursos, grupos de dança de rua, contadores de histórias etc. onde apareciam e se descobriam novos talentos na cidade. Com certeza, os organizadores do projeto “Circo” têm hoje, histórias a contar e um conhecimento da cultura da cidade, que, até então era apenas imaginada.

Para trabalhar pelos direitos do cidadão, surge a figura do administrador que, para ROCHA tem um compromisso social: o de devolução. E na sua fala, ele reforça: “[...] essa deveria ser a obrigação primeira e única daqueles que, além de privilegiados, ocupam cargos públicos.” (Conferência 1985)

O ser privilegiado, aí implica em não ter morrido nos primeiros anos, como acontece com milhares de crianças, que morrem de fome, de doenças e abandono; é ter tido apoio, carinho e onde morar; é ter freqüentado uma universidade enquanto milhares de outros jovens nem se quer puderam sonhar com o estar lá um dia e nem mesmo, acesso à alfabetização.

No caso da cultura, privilegiado é aquele que teve a oportunidade de conhecer as mais diferentes culturas, conforme os costumes, as condições geo-climáticas, a economia, enfim, a vida nos diferentes países e regiões, em termos macro. Em nível micro, ele é capaz de enxergar o modo de ser diferenciado dos grupos sociais, étnicos e de gênero e, finalmente, perceber a complexidade, ao tentar

definir a cultura de um País, Estado e Município. Isso enquanto milhares de pessoas nesse país mal conseguem pensar na luta pela sobrevivência.

É um quadro mais do que pessimista, embora super realista, que mostra o privilégio de poucos diante de uma maioria desprovida de oportunidades. Nesse sentido, o papel do político é o de devolver os privilégios a que a população tem direito, enquanto cidadãos.

Cabe então ao administrador cultural, aquele que faz parte de uma equipe investida de “poder”, em um órgão público, como o de uma SMC, propor uma política cultural. O que implica organizar, planejar e “gerir idéias” tal como define, administrador, o mestre Aurélio. E, para propor uma política cultural, que respeite o direito à cidadania, faz-se necessário assumir algumas prioridades, que foram bem colocados por CHAÚÍ e que seguem essa mesma linha de pensamento de ROCHA:

Numa cidade polarizada por carências profundas e privilégios cristalizados, propor uma política cultural supõe decisões mais amplas, definição clara de prioridades, planejamento rigoroso dos recursos, sobretudo em tempo de crise econômica, quando um órgão público precisa fazer mais tendo menos. Numa perspectiva democrática as prioridades estão claras: trata-se de garantir direitos existentes, criar novos privilégios e desmontar privilégios. (1992:5/p)

A proposição traz de volta a questão da cidadania, a de ter, além dos direitos existentes, o de criar novos direitos. E ainda a de fazer valer direitos iguais que, de fato, desmontariam privilégios.

O direito à cidadania, nas conferências, foi apresentado como questão central, para o direcionamento de uma política cultural. Ficando sob responsabilidade do administrador cultural o ato de gerência, que, na concepção de ROCHA vai além

“[...] administrar a cultura, para mim, passa fundamentalmente por isso: administrar conceitos. Se os nossos conceitos não estão metabolizados efetivamente, é claro que nós corremos o risco de servir de testa-de-ferro para interesses de grupos [...]”(Conferência 1985)

Importante noção para aqueles que buscam um posicionamento próprio, e que pretendem fazer valer, ao máximo, um papel de sujeito. Dessa forma, uma linha de trabalho, consciente, deve estar respaldada por conhecimento das diversidades conceituais, de cultura e suas ramificações, e ainda, os possíveis papéis do político. Isso, porque, embora haja as limitações e exigências impostas, a partir do poder que se constitui numa hierarquia, sempre haverá lacunas, das quais um bom profissional pode tirar proveito, para fazer um bom trabalho. Para tal, são necessárias pessoas dinâmicas, que possuam uma ampla visão de mundo, adquirida pela vivência e/ou pela leitura. Isso é claro, falando do administrador, o que não exclui a necessidade de representantes de grupos, que possuam conhecimento de causa, e que trabalhem junto. Pelo contrário, essas pessoas também se fazem necessárias, no momento de elaboração de uma política cultural.

Um bom exemplo desse profissional está caracterizado no caso vivido e relatado por MAGNANI, referindo-se à experiência do Paraná, quando se propôs o tombamento da Serra-do-Mar, aqui, por enquanto, será apresentada o fechamento do relato em que ele diz:

[...] então em vez da Secretaria tentar fazer sem recursos técnicos e humanos, que é complicada a produção técnica desse processo de tombamento, nós tentamos comprometer órgãos de obras, de planejamento, e que ajudasse, na visão da cultura a produzir o processo de tombamento. (Conferência-1986)

Tem-se pois, uma postura que traz uma visão ampla da política cultural, pela qual foi possível extrapolar os limites da Secretaria de Cultura envolvendo outras secretarias e outros órgãos públicos. Ao mesmo tempo, de forma mais genérica, se discutia o papel de uma Secretaria de Cultura, no contexto administrativo, que tem sido mero acessório.

Ao fazer um trabalho conjunto, o administrador cultural pode mostrar, conforme a sua capacidade, que é, verdadeiramente, um profissional que se faz necessário em outras estâncias da Prefeitura, como no caso do município.

Esclarecendo melhor essas idéias, utilizar-se-á um exemplo corriqueiro: um processo de desfavelamento. Habitualmente, não se vê a equipe da Secretaria de Cultura sendo convidada a participar do planejamento do novo conjunto habitacional, que irá abrigar as famílias faveladas. Porém, no momento da entrega do mesmo ela é encarregada da organização de shows, espetáculos, etc..., para atrair a atenção das pessoas e assim, os políticos podem proferir os seus discursos, em busca da popularidade. É então, que a Secretaria de Cultura está sendo vista como acessório, pois se antes, existisse uma postura de respeito, a equipe teria sido convidada a participar do planejamento.

O aspecto da vida cultural dos novos moradores, deveria estar sendo levado em conta na construção de suas moradias. O que tornaria os espaços das casas mais úteis e agradáveis, amenizando a revolta e, conseqüentemente, a agressividade dos moradores.

Em se tratando de política cultural, antes de se pensar numa política cultural específica, é necessário que o administrador cultural conquiste espaços no interior da própria prefeitura. E, se hoje, a Secretaria de Cultura se encarrega do "supérfluo", cabe ao administrador não só mostrar mas, fazer com que os políticos possam vê-la com outros olhos. Para isso, um bom trabalho, no qual se encontra ampliada a visão clássica de cultura é imprescindível. Devendo pois, o administrador cultural, assim concebido, procurar argumentar quanto à importância de sua participação em outros órgãos, que exigem decisões e planejamentos, ligados aos interesses da população, cujo reflexo seja de ordem cultural. Agir em busca desses espaços vai depender da visão de cultura que tem aquele que administra a cultura.

Passam-se, então, aos conceitos de cultura, apresentados nos encontros. Tendo eles as mais diversas formas de entendimento, porém, com uma tendência: ampliar o conceito de cultura limitado na classificação do homem culto ou inculto.

ROCHA lança uma questão aos ouvintes, a partir de dois conceitos apresentados: “Segundo o Professor Darci RIBEIRO, a ‘cultura é o óbvio’. E segundo o Professor Marcos VILAÇA, antigo Secretário do MEC, ele dizia que ‘cultura é o objeto não identificado, o ovni’.” (1985) Com qual das duas situações ficar? Trabalhar com o óbvio, que pode ser o tudo, e também pode ser o nada, ou trabalhar com o desconhecido? O óbvio pode caminhar para um conceito fechado monolítico de cultura, enquanto o desconhecido, uma vez buscado, pode trazer uma riqueza de conhecimento, que, nem sempre não está presente em livros, que o administrador, muitas vezes, desconhece. O que implica a necessidade, do mesmo, investir em pesquisa empírica, para acompanhar o dinamismo cultural e colocar em questionamento conceitos de cultura, já apresentados por teóricos do assunto.

Um terceiro conceito, abordado por mais de um conferencista, está exemplificado na definição de ROCHA: “cultura engloba tudo: todos os fazeres, a forma de pensar, sentir, de agir das pessoas. Envolve todas as categorias, as classes, os sexos, as etnias, etc.” (1985). Todos, no entanto apontam um senão: se existe um discurso aberto e amplo de cultura, este na prática tem sido restrito. Por isso é que o autor da citação reafirma a necessidade da “metabolização dos conceitos”, para que haja uma renovação da prática e a formação de uma nova política cultural. Depois que ocorre a desmistificação do discurso é o momento de operacionalizar os conceitos. Até mesmo, na escolha dos participantes da equipe de uma SMC, pode estar a incoerência daqueles que dizem acreditar nesse conceito. Nesse sentido, verifica-se a participação de músicos, artistas plásticos, atores, intelectuais e outros mas, não se vê a presença de representantes da área agrícola, do comércio, da indústria, de estudantes e associações comunitárias. Se a cultura é vista como patrimônio de todos, a administração não pode ser só para aqueles que são “cultos”.

Democratizar a Cultura, para DIAS (1985), é dar espaço a todas as faces da cultura, sendo a mesma dividida em:

a) Cultura Consolidada:

"[...] representada pelo patrimônio histórico constitui uma espécie de testemunho de momentos chaves da nossa evolução como povo."

Há necessidade de se pensar nesse tipo de cultura, só que, a visão do patrimônio é que deveria estar sendo colocada no sentido exposto, em toda a fala de PALEROZI (Conferência, 1985), de que o mesmo vai além dos bens, representados por pedra e cal. Sua postura rompe com uma visão tradicional de patrimônio, no país, apontando para a importância da memória, como bem a ser resgatado, em registro de relatos orais. Uma idéia que se viu reaproveitada pela SMC, ao começar por organizar o arquivo de memórias, que passou a integrar o patrimônio histórico da cidade de Uberlândia.

b) Cultura em Processo

"Uma cultura que está sendo criada hoje, inclusive a cultura artística brasileira. A cultura de vanguarda que está sendo criada."

Pensar numa cultura em processo, é aceitar a existência de uma cultura em formação. É romper com uma visão antiga, nesse país, em que a cultura esteve direcionada politicamente para a preservação, cujas últimas conseqüências, visam a manutenção da "identidade brasileira", representada pela cultura de grupos em torno dos quais se constituíram mitos.

A cultura em processo, passa, então, a ser uma preocupação que obriga o administrador cultural, a pensar nos processos de aculturação inevitáveis, como a do homem sertanejo integrado à vida urbana, que passa a adotar uma cultura importada, transmitida pelos meios de comunicação. Dessa forma, uma cultura em processo não é cópia de um estilo de dança americana, por exemplo, mas a forma

como este estilo é visto e reelaborado pelo povo, constituindo, então, uma nova cultura.

Propor uma política cultural, conforme o que coloca o conferencista DIAS (1985), faz-se necessário um traslado entre a cultura em processo e a cultura consolidada.

Quanto à cultura brasileira e identidade nacional, como foi colocado a questão nesses momentos de encontro? Na fala de DIAS fica:

[...] a cultura brasileira, então, tem que ser vista como algo múltiplo, tanto do ponto de vista regional, mesmo do ponto de vista espacial, como do ponto de vista destas dimensões históricas que são vividas por diferentes classes sociais [...] Então, quando se fala freqüentemente na identidade cultural brasileira, na identidade nacional, isso é correto, mas temos que pensar a cultura brasileira do ponto de vista da diferenciação.
(1985)

Uma diferenciação, que não se esgota no aspecto regional, geográfico, na estrutura de classe, mas se encontra também, a partir de outros critérios como da etnia, da religião, da localização e assim por diante. A identidade nacional, então, está na grande diversidade da cultura brasileira.

Em contrapartida a esse ponto de vista, ele também colocou, questão a respeito do processo de uniformização cultural. A qual vem ocorrendo, conforme os fatores de integração, como as ligações territoriais, os transportes e as comunicações modernas, vão se ampliando. Principalmente pelo avanço da indústria cultural. Mas, mesmo assim, as diferenças se perpetuam.

Diante dessa postura de DIAS, abre-se um parênteses para tecer comentários sobre os discursos trazidos pela imprensa nacional, diante do processo de Globalização. O discurso predominante é o de que esse é um processo irreversível, cuja tendência, no setor cultural, é a de homogeneização.

As aparências levam a crer numa tendência de homogeneização cultural, na medida em que se tem fácil acesso à informações de diferentes lugares, através dos modernos meios de comunicação, via antena parabólica, TV a Cabo, internet, entre outros. O que deveria ser um processo de intercâmbio e de universalização cultural acaba sendo o de padronização cultural. No caso do Brasil, ocorre a imposição Americana, de modelos políticos, econômicos e sócio-culturais. Vários exemplos poderiam ser mencionados. No campo da música, nos anos 80, os cantores Michel Jackson e Madona tornam-se símbolos, não só, da música mas, também, sexuais. Brasileiros passam a imitá-los na forma de vestir e, em especial, na maneira de dançar, em que, na expressão corporal se explora a sexualidade.

Outro exemplo, nos anos 90, na telinha da TV mais uma vez, produção americana como “A Família Dinossauro” e “Os Simpsons”, refletem e influenciam o comportamento da família. Entre outros valores, fica reforçado o da família sentada no sofá, diante do televisor. Imagem, em que sempre termina a família Simpsons.

Entretanto, se o consumo de modelos culturais altera valores e coloca em risco uma identidade cultural, há elementos que não permitem uma perda total de identidade e, nem mesmo, à importação dos mesmos. Aspectos peculiares, como as condições climáticas, que caracterizam uma nação ou região, ainda serão responsáveis pela manutenção de uma identidade cultural, por mais que haja uma tendência à homogeneização cultural.

Dai a importância de se pensar a cultura, no aspecto local, mas também, no aspecto universal. Assim o que se propôs, nas conferências, quanto à cultura brasileira, é que seja pensada do ponto de vista nacional, e principalmente, do ponto de vista regional, além dos outros critérios de diferenciação. Com isso o administrador cultural precisa ser capaz de diferenciar entre o que é permanente, ou seja, características que revelam a identidade de uma comunidade, com a qual se propõe trabalhar, do que é aparente, em razão da tendência de consumo, e de uma determinada moda.

c) *Cultura prospectiva*

“que é a cultura que mostra o futuro do país, o desenvolvimento tecnológico e científico.”

Nesse tipo de cultura, está a capacidade de visão e de planejamento, não só, quanto ao desenvolvimento tecnológico e científico mas, também, quanto à formação cultural do país.

Enfim, essa é apenas uma das formas propostas por DIAS (Conferência, 1985) pelo autor, que divide e classifica a cultura, para que se comece a pensar numa política cultural. No que diz respeito aos níveis da cultura, ele propõe um outro agrupamento. Nesse sentido, a cultura passa a ser analisada a partir dos níveis:

x) adaptativo – que revela a capacidade de o homem se transformar e se adaptar na sua luta pela sobrevivência.

y) associativo – que mostra como o homem se organiza, na sociedade, conforme suas características e diversidade de classe.

z) cognitivo – que traz a concepção do homem, a sua interpretação da realidade em que vive.

Nesse sentido, o administrador cultural precisa, não só observar como se encontra a cultura dos diferentes grupos, presentes na cidade, como também levantar dados quanto a concepção de cada um, ou seja, como eles se vêem no contexto da cidade, quais as suas expectativas em relação a uma SMC e, automaticamente, a uma política cultural.

Novas contribuições trazem a conferência de MAGNANI para a organização do pensamento em torno da cultura e, para a elaboração de uma política da cultura.

Ele se vê numa condição privilegiada, tendo em vista sua formação como antropólogo, pesquisador acadêmico e como alguém que atua dentro do aparelho de Estado. É que, segundo ele, essa condição permite sair do nível excessivamente teórico do acadêmico e do praticismo, que, muitas vezes, caracteriza o trabalho daqueles que estão dentro de uma Secretaria de Cultura. Diante disso, afirma:

[...] é preciso ter alguns cuidados quando se pensa a questão da cultura, não só do ponto de vista antropológico, mas fundamentando a própria ação política, dentro de um órgão de Estado. O que tem como ação, exatamente, planejar, gerenciar ou fomentar os processos culturais. Isso, na visão de Estado que toma posições políticas e, portanto, fundamentam uma política cultural. (1986)

O primeiro cuidado, na sua concepção, é diferenciar o que é senso comum, daquilo que se faz necessário refletir, a partir de dados pesquisados. O segundo cuidado, consiste em, antes de se propor uma política cultural, ter-se clareza quanto às condições internas da sociedade que se divide em sociedade simples e sociedade complexa. Exemplo de uma sociedade simples é aquela organizada em tribos, cujos valores e regras de convívio, são padrões culturais repassados de geração a geração. Uma realidade cultural que não pede, diretamente, uma intervenção, fazendo-se, assim, desnecessária, uma política cultural.

Para se pensar numa política cultural, para uma sociedade complexa, que não seja uma política de eventos e sim uma política de programas, o autor aponta um terceiro cuidado: o de não se fechar em conceitos absolutos, previamente fixados, mono direcionados. Caso contrário, perde-se o caráter da dinâmica cultural, ou seja, o processo da produção cultural. Com isso, cultura passa a ter o sentido de produto, perdendo, a riqueza e a complexidade, que fazem parte do processo. Para que isso não aconteça, propõe a relativização do conceito de cultura, devendo o mesmo ser pensado a partir da construção de pares de opostos. Assim, ao mesmo tempo em que o oposto faz-se necessário para afirmar a existência do outro, é a que pode ser vista como cultura popular e podendo, amanhã ser classificada como cultura erudita. Dessa forma, obriga-se a pensar o processo da dinâmica cultural, evitando a rotulação do pensamento numa única direção.

Essa é uma proposta que se faz necessária, na medida em que enriquece e auxilia a organização de idéias do administrador. Para que se possa perceber claramente como é importante pensar cultura dessa forma, organizaram alguns binômios. Nesse sentido, pode-se pensar a cultura:



Essa forma de pensar a cultura, entre outras, que já foram mencionadas até aqui, representa uma sustentação discursiva, trazendo novas maneiras de interpretação de cultura. Frente a esse discurso, que amplia o conceito de cultura, a SMC de Uberlândia, dessa gestão, caso viesse adotá-lo evitaria a velha denominação, associada às Belas Artes, e mostraria um avanço do ponto de vista de política cultural.

O papel do Estado tem, nessa visão, como eixo fundamental, o direito do cidadão, que é o direito pela diferença cultural, contra uma visão de uma política pela homogeneização cultural. Assim, se o Estado quer ser democrático, não pode ser dirigista nem totalitário, permitindo aos grupos sociais diferenciados, que tenham acesso e direito à expressão de seus padrões culturais. Segundo MAGNANI:

[...]nessa área o Estado não intervém porque a cultura, nesse sentido, é a própria vida social em movimento, então, não compete ao Estado entrar, dirigir e induzir. O fato que compete ao Estado é um outro, quer dizer, é aquilo que a gente chama de suportes da cultura, ou seja, os elementos externos, que permitem que essa cultura se manifeste. Porque os padrões culturais que explicam o comportamento das pessoas, eles estão sujeitos à própria dinâmica social. Então, esses padrões nascem, se transformam e desaparecem de acordo com a dinâmica da sociedade. Agora, as formas concretas, através das quais esses padrões se manifestam, isso sim é o espaço que nós [enquanto

representante do Estado, como administrador cultural], o Estado pode intervir, é o espaço que lhe compete. (1986)

Na proposição foi apresentado o espaço de atuação do Estado, o seu papel e, o porque não lhe compete, entrar, dirigir e induzir a cultura, que está sujeita à própria dinâmica social. Mas, ao tentar definir o espaço de atuação do Estado, delimitou-se o papel do administrador cultural, numa Secretaria de Cultura.

O que antes – em função do conceito de cultura como sendo tudo que permeia a vida de uma comunidade – era abrangente, torna indefinido onde, como e quando atuar. Agora já se aponta para onde não cabe uma interferência e, quando é preciso que o Estado se faça presente.

É ainda o mesmo Autor que propõe que se pense num ‘Estado Tentacular’, que significa um Estado que se expandiu e se encontra presente em todos os momentos da vida de uma sociedade. Dessa forma, o governo, ao traçar uma política de recessão econômica, afeta não só o salário de cada um, mas à cultura de modo geral. Isso quer dizer que ele passa a influenciar a cultura alimentar, que serve para a manutenção da vida, a construção da casa que serve como moradia, e do vestuário que serve para abrigar o próprio corpo. Significa, também, estar intervindo nos elementos culturais expressivos, com inúmeras significações. Um exemplo se tem, na expectativa que se cria no outro, diante de um modo de vestir de uma determinada pessoa ou grupo conforme, o lugar e o acontecimento. Nesse sentido, a roupa traz traços culturais e diz muito para um bom observador e pesquisador.

Diz-se que o papel do administrador cultural, deve ir além, ou seja, deve ir até o “povo”, oferecendo instrumentos para que o mesmo inverta a relação Estado-Comunidade para Comunidade-Estado.

É uma forma de pensar que coincide com a leitura de FEIJÓ:

Existem como veremos, políticas culturais e políticas culturais. Não se pode confundir cultura a serviço da política com política a serviço da cultura. Da mesma forma que pode existir política para a proibição, o cerceamento, o direcionamento, a imposição, também pode existir a organização para o incentivo, para a criação, para o esclarecimento, enfim, para uma elaboração cultural que supera a própria política que lhe deu origem.
(1985:9)

O que foi proposto, então, é que se organizasse uma política cultural, que promovesse esclarecimentos e oferecesse espaços para que a própria comunidade pudesse se organizar e reivindicar o que ela definisse como elementos importantes, na sua vida cultural. Tornando-se independente. Dessa forma, está em jogo a relação Estado e Cultura. Porém, para ROCHA, ao invés de pensar cultura e poder, como foi proposto pelos organizadores dos encontros, que se pensasse que “cultura é poder”. E, segundo ele: *“Cultura não é poder neste país. Por quê? Porque a sua prática é determinada como um acessório [...] Ela está funcionando como aquilo que eu chamaria a sobremesa da sociedade [...]”* (Conferência, 1985).

Em sua linha de pensamento, vários dos problemas nacionais são colocados em função da cultura, por ela não estar junto ao poder de mando. Maiores detalhes serão apresentados nos relatos de experiências, quando fica apresentada a importância da cultura para a economia do país e, mesmo assim ela tem sido ignorada pelos representantes políticos, desse país.

O Poder no enfoque dado por PALEROZI (Conferência, 1985), sofre modificações dada as relações entre os órgãos de Estado e a comunidade. Isso, por causa da organização dos movimentos sócio-culturais, num momento da “volta” da democracia. Nesse sentido, diz acreditar na importância de os grupos se organizarem, pois já estão se organizando, servindo como pressões legítimas sobre o Estado. Embora os grupos ainda precisem avançar, se está caminhando para uma “democracia plena” e “dividindo o poder”. Uma postura que poderia ser demonstrada por um fragmento de sua fala, entretanto, isso não será feito porque o arranjo discursivo está um tanto confuso.

Esse é um discurso, que repete os ideais da esquerda, ao acreditar numa sociedade igualitária, que só se tornará realidade quando houver uma democracia plena. Uma democracia, que, historicamente nenhuma sociedade viveu apontando sua inviabilidade.

Contrariamente à visão de PALEROZI, MACEDO apresenta uma outra noção de poder, mais coerente com o processo de organização social por representações:

Não dá para imaginar uma condição social onde o poder não exista. O problema é como nós vamos pensar numa sociedade, com que tipo de poder, como é que nós podemos controlar, qual é o poder que vai ser exercido sobre o poder, quer dizer que tipo de sujeito que estamos pensando prá viver nesse tipo de sociedade. Imaginar uma sociedade sem poder é utópico. Quais são as formas de distribuição do poder de participação do poder. (Conferência, 1986)

Nesse caso, o que está em questão não é a disseminação do poder, mas a necessidade de se pensar que tipo de sujeito se quer para a sociedade que se deseja na "Nova República", e como ocorrerá sua participação e seu papel no processo de integração no poder.

Diante de tudo que foi apresentado, até então, fica estabelecido que o papel do administrador cultural é o de elaborar uma política cultural, que ofereça espaços para que as diferenças culturais se manifestem e, ao mesmo tempo, que os grupos estejam presentes nas decisões, que competem às pessoas investidas de poder para tal. Essa é a idéia passada nos encontros e que serve de fio condutor às outras discussões e conceitos em torno de política cultural.

B) Relatos de Experiência

Encontram-se nos, relatos de experiências, os momentos mais ricos dos encontros, pois eles propiciam uma melhor visualização do que está sendo conceituado e

efetivado. Nesse sentido, serão transcritos alguns relatos de administração cultural nos quais se pensa a cultura como potência econômica; no papel da “cultura de resistência”; no embate de organizações populares com o Estado; a busca de uma política cultural, o dilema de passado e presente de uma cidade histórica; a criação de Casas de Cultura e o seu papel conforme determinados posicionamentos; na importância de um trabalho conjunto.

1º relato : A Cultura como Potência Econômica (ROCHA (1985))

[...] Em 1976, quando surgiu o CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural – que deu origem à Fundação Nacional Pró-Memória e que poderia ter dado origem, se quisesse – só que assim não quis o professor Alúcio – ao Ministério da Cultura. A proposta era exatamente fazer uma releitura da administração cultural no Brasil. E ela partia do seguinte princípio: 1976, era a crise do milagre brasileiro, um país endividado, todo mundo e a classe política; a classe do poder de mando discutia quais seriam as alternativas da solução do impasse da nossa dívida externa, da nossa balança de pagamento. E foi numa rodada em Brasília, num final de tarde, num botequim, tomando alguns goles de uísque, que estava o Ministro Severo Gomes, ex-Ministro, hoje Senador – com um grupo de amigos e o Alúcio estava presente [...] E o Severo Gomes disse o seguinte: ‘Que interessante! O mundo inteiro consome uísque escocês e paga o preço que os escoceses pedem pelo seu uísque, pelo único fato do uísque ser escocês. Quer dizer, os caras compram uma marca – é escocês? Paga-se [...]’ Em qualquer lugar que eles [os produtos] chegam, eles vendem exatamente porque eles trazem uma marca. A marca da identidade da nação. É uísque escocês, é queijo suíço, é champagne francesa, e a pergunta dele é a seguinte: ‘qual seria o produto brasileiro que poderia ter acesso ao mercado externo, que não tivesse concorrente e que pudesse ser um fator para contribuir para o pagamento da nossa dívida externa [...]?’ Esse assunto poderia ter morrido ali na mesa do bar [...] mas acontece que não morreu [...] pela primeira vez, que eu saiba, que nós temos documento e que a história demonstra, surgiu uma possibilidade de se ver cultura de uma outra forma, que não fosse atrelada ao patrimônio, à história antiga, ao barroco, à pintura, à música, etc. Aí, surgiu esse Centro Nacional de Referência Cultural, cujo objetivo era levantar, tentar descobrir, mineirar formas que fossem culturais do nosso povo que tivesse isso [...]

Tendo em vista o objetivo do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), conforme ROCHA, encontraram-se diversos projetos em atividades e outros que desapareceram, apontando como problema nacional, a falta de a cultura ser poder. Entre os projetos exemplificados: Museu Vivo de Orleans; banana passa no Rio de Janeiro; história do caju no nordeste brasileiro.

No caso do museu, ele é tido como vivo pelo fato de, ao mesmo tempo, estar conservando peças antigas e ao mesmo tempo sendo utilizadas para a produção de farinha, cachaça etc. Um museu, lado a lado com um alambique em atividade:

A velha guarda do patrimônio morre de raiva: 'onde já se viu um museu produzir cachaça? É um absurdo, isso é degeneração do conceito museológico...' e toda essa visão academicista. Mas é um museu que conservava peças que estavam sendo abandonadas, da tecnologia valorizada, refuncionalizada e trabalhada. Exatamente numa época em que as pessoas estavam importando a alimentação, o retorno das máquinas de purgar, das casas de farinha, tudo isso voltou a ser utilizado na região de Orleans.

Uma visão de museu, diferente de uma visão academicista, pode gerar polêmica, por manter um processo de produção conservador, e negando uma evolução tecnológica. Mas, o que o exemplo traz é uma outra questão, a necessidade de se repensar o conceito de museu e seu papel cultural. Reutilizar as máquinas antigas, significou retomar uma cultura, cuja economia se baseava na produção e comercialização de farinha e cachaça. Uma economia que estava sendo substituída pela importação de alimentos.

No caso do projeto da banana passa, no Estado do Rio de Janeiro, não existiu uma política de incentivo. Ao invés de apoiar essa técnica antiga, em que o processo é artesanal, nele se dando o envolvimento de grande parte da comunidade, preferia a política de importação da banana passa industrializada, dos Estados Unidos.

A história do descaso se repete, no uso do caju, no nordeste brasileiro.

Pelo estudo do caju, nós fizemos a releitura da cultura nordestina. Do ponto de vista econômico, social e inclusive, agora, existencial.

Por volta de 1950, o PIB, na região do caju, no Ceará, era bastante equilibrado. Numa época em que se faziam doces, compotas, cachaças, refrigerantes, licor etc., o caju tinha aproveitamento total. Segundo o relator, existem documentos de empresas antigas, que revelam a existência de exportação de licor de caju, apreciadíssimo pela aristocracia européia, mas

A partir de 1950, houve mudanças no pensamento do modelo econômico no Brasil, ou seja, o trabalho foi transformado pelo capital. A pequena indústria foi transformada, pensando agora na grande indústria. Então, onde existia Fábrica, indústria caseira de caju, leia-se agora Fábrica de parafuso para avião, ou Fábrica de antena para rádio de pilha. Produtos para atender uma sociedade de consumo emergente, e que eram indústrias no Nordeste que subsidiavam as grandes indústrias paulistas (...) Por quê? Porque tinha o favorecimento da SUDENE, isenção fiscal, todas essas benesses. O resultado foi um choque muito grande. Primeiro o indivíduo saía de sua fabriquetta, onde ele dominava todos os processos, a técnica, o fazer, todos os procedimentos, quer dizer, a técnica é coletiva, e caía numa indústria onde ele não sabia para que era o produto final (...) Então esse processo de marginalização do indivíduo, do seu conhecimento, do processo de trabalho começou a haver mudança também.

Em função de uma política econômica que, por desconhecimento ou desrespeito em relação à cultura, acaba provocando a existência de uma outra cultura. A cultura que passa pela marginalidade e se distancia da identidade do indivíduo. Perdeu-se aí uma das oportunidades regionais, de fazer do caju o centro da economia do Estado, que deveria ser uma marca de qualidade para exportação.

2º relato : Cultura de Resistência – MAGNANI (1986)

Esse relato aponta para um caso de cultura e de resistência além do reconhecimento quanto ao seu valor cultural pela comunidade, tendo em vista, a

presença de administradores culturais, responsáveis pela preservação do patrimônio histórico nacional.

A cultura de resistência ocorre, aqui, para caracterizar a postura de uma comunidade polonesa, que procura conservar, embora sofrendo adaptações, os elementos da cultura trazidos pelos imigrantes, que, antes de descobrirem o seu valor no contexto da cultura nacional, estavam simplesmente correndo o risco de ser “dizimadas”. A situação da comunidade diante de uma decisão do Estado foi apresentada assim:

Numa comunidade de origem polonesa [...] a religião permeia o cotidiano da vida dos imigrantes poloneses, tanto na organização do espaço como na organização do seu cotidiano, como nos próprios laços de sociabilidade e parentesco [...] Em cima dessa área ocupada, culturalizada por esse grupo, o Estado [...] no tempo da ditadura, resolve fazer uma barragem, para a construção de uma hidrelétrica, o que significa a inundação daquelas terras [...] e [posteriormente] foi pedido a nós, enquanto órgão de preservação do patrimônio [...] fazer o famoso resgate cultural que consistia no seguinte: 1º) escolher uma daquelas casas mais significativas para tirar da área da inundação e colocar num outro lugar pra servir de Museu. 2º) fotografar, documentar, já que as casas iam ficar sob a água mesmo. 3º) fazer algumas entrevistas.

Com a chegada dos responsáveis pela documentação e preservação da memória daquela comunidade, teve início uma tomada de consciência. Foi assim que se descobriu a importância dessa cultura no contexto da cultura nacional. Com isso, a comunidade passou a cobrar mais caro, pelos objetos vendidos a colecionadores, além de descobrirem os seus direitos enquanto cidadãos. O direito à diferença cultural fez com que os poloneses lutassem pela preservação, resistindo ao processo de homogeneização da cultura e exigindo que se evitasse maiores danos à sua cultura, implicando a redução da área de barragem.

O que se torna relevante, nesse caso, para o administrador cultural, é a necessidade de não se fecharem os conceitos. Assim, o que poderia ser uma postura romântica, ao lutar pela preservação de uma “cultura conservadora”, remetendo à idéia de se evitar que ela fosse contaminada e conseqüentemente

sofresse um processo de aculturação, foi substituída pela postura de se preservar, no sentido de devolver ao cidadão o direito de cidadania, o direito à diferença cultural.

3º relato : Movimentos Populares x Administração Pública

PALEROZI (1986)

A autora parte da concepção de que cabe ao Estado garantir o direito do cidadão, quanto a oportunidades, espaços e condições, para que os movimentos populares possam florescer e se solidificar. Nesse sentido, a sua experiência em Campinas-SP, de descentralização dos equipamentos, cria "Pontos de Cultura", "Centros de Convivência Cultural", nos próprios bairros.

É assim que aborda os pontos de cultura:

[...] mas tendo uma preocupação muito grande, no sentido de que a comunidade local participe, trabalhe junto com a Secretaria, até o momento que ela possa absorver sozinha a condução desses próprios espaços. É evidente que a função do Poder público é de manter os equipamentos, mas que eles possam ser administrados, no sentido do que vai ser levado, e que possa chegar a nível da própria comunidade.

É uma idéia interessante mas que, normalmente, permanece no nível de discurso, pois na prática, observa-se que o que ocorre é a idéia de que, como ela mesmo cita e critica "nós temos que fazer o trabalho em que a comunidade aspire até aquele ponto onde nós podemos satisfazer, até onde podemos responder." Pois, do contrário, pode-se ilustrar com outro fato, relatado por ela, e que ocorreu em Várzea Paulista, por volta de 1978, quando a comunidade assumiu, verdadeiramente, o espaço de uma Igreja que lhes fora oferecido.

Nesse caso, aparece bem o conflito que existe entre a maneira do poder público ter querido conduzir, durante um período, esse trabalho com a comunidade. Embora ele... de uma forma mais democrática, aceitasse essa participação, não era ainda, da forma

que se esperava, da forma que se acreditava. Agora a comunidade, nesse caso específico de Várzea Paulista, a medida que se firmou, bateu o pé, buscou a sua própria identidade, ela foi capaz de se organizar novamente, sozinha, independente desse tipo de "ajuda" que lhe era dada.

O fato remete à conclusão de que essa relação, entre movimentos populares e administração pública, precisa ser dialética. O Estado, então, oferece condições para que a comunidade possa se manifestar e se organizar, mas a própria comunidade precisa aprender a ser autônoma, e assim, tornar-se capaz de sobreviver sem o auxílio público. Isso porque, na medida em que ela se tornar dependente, cria-se uma relação de paternalismo. Uma relação em que se doa mas em que também se cobra e daí, uma tendência ao dirigismo cultural.

Seria uma ingenuidade querer receber sem oferecer algo em troca. Diante disso, é importante que o administrador cultural auxilie a comunidade na tomada de consciência de suas raízes e da importância de alguns valores, para que possa ter mais força e saiba lutar por seus interesses, sem depender o tempo todo da ajuda do poder público. A comunidade trocaria, então, a ajuda pela cobrança de direitos. Assim, se teria, o que FEIJÓ, já expôs tão bem. A cultura superando a própria organização que lhe deu origem. O que se pode chamar de uma verdadeira política cultural.

4º relato : Passado e Presente em Ouro Preto-MG - ROCHA (1985)

O problema do administrador cultural, nesse caso, é que ele se encontra numa situação entre a responsabilidade de preservar a história, restaurar obras e arquitetura do barroco mineiro, do século XVIII e a responsabilidade com a cultura do ouropretense, dos dias atuais. Diante desse problema, ROCHA apresenta a sua análise como crítico, pesquisador e participante junto à comunidade. Assim, ele diz:

Eu trabalhava na Universidade. Nós tínhamos um trabalho junto com as comunidades e foi interessante: depois de um ano de trabalho, nós descobrimos o óbvio. Descobrimos que a cultura ouropretana não estava na praça Tiradentes, mas estava no morro, na periferia. E o que existia na praça Tiradentes era a cultura da intelectualidade mineira, carioca e paulista, que usava aquela cidade como cenário. Um grande cenário barroco, muito bonito, onde o indivíduo realizava o seu projeto, o seu espetáculo. Mas nunca tinha nenhum vínculo com a cidade.

Tudo isso faz sentido, só que para esse conferencista, o que se deve fazer é abandonar um projeto que passa pela preservação, de culto ao passado, e voltar o olhar exclusivamente para a contemporaneidade. Para isso, ele argumenta contra o projeto da administração cultural, de comemorar o bicentenário da Inconfidência Mineira.

Essa era a proposta administrativa. Mas qual era o objetivo? Qual era a política? A política era resgatar a Vila Rica. Aí eu dizia: – bom, para resgatar a Vila Rica, a primeira coisa que nós temos que fazer é tirar daqui uma fábrica de alumínio multinacional, que é a ALCAN do Brasil [...] e aí dá para pensarmos em resgatar a Vila Rica. Agora como ninguém vai tirar a ALCAN daqui, não pode, porque se tirar a cidade acaba – porque 75% da população depende do trabalho lá da fábrica – então é o seguinte: não dá pra resgatar a Vila Rica. Nós temos é que cuidar de Ouro Preto [...] Enquanto a política cultural neste país está pensando – e lá naquele momento pensava – em ciclo do ouro, nós estamos vivendo o ciclo do alumínio. Os escravos morreram. Os seus herdeiros são os operários da ALCAN. Então, temos que trabalhar é com essa realidade.

Esse discurso tem sentido na medida em que a preocupação é com uma política cultural voltada para os moradores de Ouro Preto. Porém, não se pode negar esse outro lado da cultura que está na praça Tiradentes, e que faz da cidade um ponto turístico e, portanto, também, uma referência cultural, que inclusive influencia o comércio de seus moradores, tanto de objetos, como de histórias, que são contadas pelos guias mirins.

A lição que se tira aqui, é que o administrador precisa estar atento, buscando o equilíbrio numa política cultural, que atenda às necessidades atuais dos vários

segmentos da população, sem, no entanto, esquecer-se da importância do passado cultural.

5º relato : A mania de Casa da Cultura – ROCHA (1985)

A preocupação aparece, não tanto com o surgimento de inúmeras casas da cultura, mas com o que vem a ser. Nesse sentido ele relata um diálogo.

Nós estamos hoje, vivendo a febre, a mania de casas da cultura. Eu, quase toda semana, recebo alguém, ou algum telefone, dizendo:

_ Você podia vir nos ajudar a montar aqui a Casa da Cultura de Turmalina, a Casa de Cultura de Pirapora...

Eu digo:

_ Tudo bem, como é que está o negócio, o que propõe?

_ Bom, nós temos lá uma casa (é literal a Casa de Cultura é uma casa) ali vamos ter a sala do folclore, da folia, aqui vai Ter do artesão [...] sabe como que é?

Quer dizer, você faz a divisão de dois metros quadrados para um, dois para outro e coloca a cultura dentro da Casa. Eu fui.

_ Bom, para isso vocês não precisam da minha participação de jeito nenhum [...] Para que a Sala de Congado? Eles vão ensaiar aqui dentro?

_ Ah, ensaiar não pode. É para Ter as fotografias aqui.

_ Ah, para Ter as coisas que congado faz e não os congadeiros.

E por aí vai. Então virou mania. Todo mundo tem que ter a sua Casa de Cultura. Eu acho isso muito perigoso, porque, primeiro, o discurso é o mesmo [exemplo], a cultura de Pirapora é tudo, mas na Casa da Cultura só entra aquela cultura que é aprovada, abonada pela elite dominante. O seu fulano, e aquele outro? 'aquele não. Além de artesanato, muito sem vergonha, é da oposição' [...] E aí começa todo o processo racial, preconceituoso, moral. Vem toda essa carga. O discurso é amplo, a prática é negativa. E fica um negócio meio acessório mesmo.

Esse diálogo aponta para uma situação em que a Casa da Cultura passa a existir como “área de fisiologismo”, ou seja, o local que estabelece uma relação mercantilista. Aí está o artesão pedindo matéria-prima para trabalhar e o

congadeiro reivindicando os ornamentos para sua festa. E, por aí se criam laços de dependência.

Na concepção de ROCHA, é esse o grande cuidado que o administrador cultural precisa ter ao organizar uma Casa de Cultura, para que ela não se torne um espaço museológico e mercantilista mas, uma área de convivência cultural. Só assim, ela se tornaria um espaço necessário e passaria a exercer uma função social, nos grupos culturais, deixando de servir como simples acessório, ou como espaço paternalista.

6º relato : Um Trabalho Conjunto:

O Caso do Tombamento da Serra do Mar – MAGNANI (1986)

O relato de MAGNANI apresenta a importância e a necessidade de um trabalho conjunto, para a efetivação de projetos e o rompimento de preconceitos. Os quais há o entendimento de que uma Secretaria de Cultura como um acessório administrativo. Exemplificando, o caso do tombamento da Serra do Mar.

[...] nós, dentro da Secretaria de Cultura, na curadoria do patrimônio, não tínhamos técnicos especializados a nível de geografia, de fauna, de flora, de morfologia, para produzir tecnicamente o processo. O que é que a gente faz? Contactamos os vários órgãos do Estado [...] descobrimos quais estavam interessados em produzir isso [o tombamento da Serra do Mar] e depois fizemos um protocolo de idéias [...] Então, em vez da Secretaria tentar fazer, sem recursos técnicos e humanos, a produção técnica, que é complicada, desse processo de tombamento, nós tentamos comprometer órgão de obras, de planejamento, etc. que ajudasse, na visão da cultura, a produzir o processo de tombamento.

A conscientização do projeto tornou-se viável na medida que, com uma equipe multidisciplinar, houve um trabalho interdisciplinar. O que permitiu o delineamento de uma política cultural, com inserção em espaços de maior envergadura, que não o de sempre, o de fazer festival etc. O mesmo passou influir, em questões de

movimentos de terra, assentamentos, provocando inclusive, como mostra, também, o relato, confronto com o Secretário de Transporte, que tinha um projeto de abertura de estradas na Serra do Mar.

Entendendo que as questões culturais, e portanto o trabalho de uma Secretaria de Cultura, devesse estar presentes em todos os órgãos do Estado e, por não fazer parte, ainda, de uma prática administrativa, cabe aos responsáveis por uma política cultural conquistar espaços. Que, para MAGNANI “permite dar à questão cultural uma visão mais consistente e muito mais política e, que permite, também, fazer com que se chegue a essa visão, que é tema de hoje, que é a democratização da cultura”.

Esse, como os outros relatos, são, fundamentais como referência reflexiva de uma prática, para a elaboração de novas propostas de “políticas culturais”. Assim, as situações, exemplificadas, permitem uma reorganização de idéias e aplicabilidade, com maior coerência. Desde que haja “vontade política” voltada para a defesa da cidadania.

C) Elementos que caracterizam a Política Cultural da “Nova República”

No contexto da “Nova República”, esboçam-se os primeiros traços de uma Política Cultural, cujo pensamento preliminar, veio sobrecarregado de indefinições, com uma única certeza: ser diferente das anteriores. Nesse contexto conferencistas fazem uma retrospectiva, situando nos anos trinta a oficialização da primeira política cultural no Brasil e, no período que vai de sessenta e quatro a oitenta e quatro, a instalação do segundo momento de explicitação de uma política para o setor. Aspectos históricos, dos quais encontram-se numa literatura extensa, não cabendo, aqui, uma síntese do que já foi apresentado. Portanto, só os elementos

que caracterizam a Política Cultural da Nova República, apresentados em conferência, pelo assessor do Ministro da Cultura, Aloísio Pimenta, é que serão apresentados.

Marcada, especialmente pela criação do Ministério da Cultura, a “Lei 7505 de incentivo à cultura”, mais conhecida como “Lei Sarney”, dá início a todo um processo de elaboração de uma política cultural, no contexto da “Reconstrução Democrática”. Sobre esse momento, o conferencista e assessor do Ministro Aluísio Pimenta, Fernando Dias, apresentou alguns elementos considerados por ele, como delineadores do Programa de Ação.

Esses elementos vêm confirmar a ausência de um programa de ação que foi enfatizada por COELHO: *“O democratismo não pode servir de escudo para a ausência de um programa de ação.”* (1986:10) Ausência, esta, presente nas entrelinhas, do discurso do assessor, ao caracterizar o Programa de Ação, do Ministério da Cultura.

Uma forma de respaldar essa descentralização, foi reforçada pela autonomia política da Federação, Estado e Município. Mesmo porque, antes de se criar um Ministério da Cultura, em 1982, iniciou-se o desencadeamento da Criação de Secretarias de Cultura, tanto em nível estadual como municipal. Nessa época os governadores já foram eleitos, pelo voto direto.

A descentralização da produção e amparo cultural, significava retomar o respeito aos aspectos regionais, peculiares, sem querer fazer do eixo Rio-São Paulo, o padrão cultural, que vinha servindo de referência para o restante do país. O que suscita a idéia de respeito à diversidade e, portanto, de cidadania, como explicita DIAS:

A questão cultural, hoje, neste momento de reconstrução democrática, tem que ser vista em dois ângulos que não foram muito contemplados nas fases anteriores. A cultura relacionada com o desenvolvimento e a cultura relacionada com ampliação da cidadania. (Conferência, 1985)

Do ponto de vista do desenvolvimento, a ação do Estado deve ser de coordenação e não de interferência. Nesse sentido, o estudo dos contextos da cultura brasileira, deveria tomar como ponto de partida, para pensar outras práticas e decisões políticas, que estarão influenciando, culturalmente, as formas de alimentar, de habitar, vestir etc.

Já a relação da cultura com ampliação da cidadania, consiste em proporcionar direitos que vão além dos direitos políticos. Tal forma de proceder pode contribuir para melhoria de qualidade de vida enquanto garante, por exemplo, melhores condições comunitárias de lazer.

O segundo objetivo apresentado, encontra-se na proposta de *democracia interna* do Ministério. Ou seja, "escutar os seus próprios funcionários, ouvir todos os segmentos, todos os seus órgãos, antes de tomar decisões". Sem dúvida, essa é uma forma de agir democraticamente. Entretanto, isso não justifica a falta de delineamentos básicos para o programa de ação. Para que haja o encaminhamento na elaboração de uma política cultural, mais consistentemente organizada, faz-se necessário ter clareza de que conceitos partirão e ainda, de um pré-documento, com algumas diretrizes, incluindo todo um procedimento metodológico de abordagem, levantamento de opiniões e sistematização de idéias para traçar, depois de uma ampla discussão, as diretrizes finais de uma política cultural. Pré-documento propiciaria uma organização e uma sistematização no encaminhamento de discussões, evitando o caos desencadeado pela falta das primeiras diretrizes.

O terceiro objetivo propõe *consultar a sociedade* e, como forma de viabilizar a consulta, estaria sendo feita através de conselhos. Assim o próprio DIAS coloca:

Para dar um exemplo, o Conselho Nacional de Direito Autoral, foi organizado com representantes legítimos das atividades artísticas brasileiras de forma a reconhecer os direitos, reconhecer a remuneração correta, o amparo legal dos direitos autorais de todos esses produtores de cultura. (1985)

Essa é uma forma de sistematização diante da “impossibilidade” de ouvir cada um dos habitantes do país, um caminho possível, para não se elaborar uma política cultural, de cima para baixo. As questões que permeiam esse processo encontram-se nas representações dos conselheiros e aceitação, dentre as diversidade culturais dos grupos que vão compor os conselhos. No aspecto político, a problemática aparece na deliberação de direitos aos conselheiros, como: o de manifestação apenas, ou com poder deliberativo.

Essas preocupações problematizam o que vem a ser, de fato, uma democracia, na medida em que há um distanciamento entre o discurso e prática. O que fica demonstrado em relatos de experiência, que a democracia só existe até quando não coloca em risco o poder de quem está no comando, seja ele político ou econômico.

No aspecto da Lei 7505 de incentivo à cultura, “Lei Sarney”, que concedia benefícios, através do imposto de renda, às empresas que fizessem aplicações de caráter cultural, existem alguns pontos que merecem uma reflexão. Essa lei, conforme a Secretária Municipal de Cultura de Uberlândia, FREITAS, foi

[...] sancionada em julho deste ano (1986), é originária do projeto de autoria do então Senador José Sarney, apresentado no congresso pela primeira vez em 1972, recebendo uma nova versão no ano passado e agora regulamentada. (Ofício: 03443-3/5)

O projeto da Lei, então, teve origem muito antes de José Sarney tornar-se presidente. Apesar desse tempo todo que ele teve para poder reestruturar uma política de incentivo econômico, não previu, na própria Lei, como superar alguns problemas. O primeiro deles, é de que o artista, de origem popular ou erudita e o agente cultural estariam, na verdade, diante de uma falsa política de apoio econômico, pois, para a efetivação deste, os mesmos dependeriam da “boa vontade” de empresários.

Mesmo havendo empresários dispostos a cumprirem suas obrigações, dificilmente os mesmos repassariam uma parcela de seus impostos de renda, às pequenas produções e às manifestações folclóricas. Sendo assim, só as grandes produções seriam contempladas dada a capacidade de divulgar a empresa e, conseqüentemente aumentar a lucratividade. A Lei de incentivo cultural, portanto, não contempla as necessidades gerais para o desenvolvimento da cultura.

Essa Lei, pode ser vista como uma das contradições de uma política cultural que se proponha caminhar para a democracia e descentralização cultural. Veio, pelo contrário, reforçar uma política de cultura elitista e ainda mais, a permanência do desenvolvimento cultural, centralizada nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, eixo de tradição cultural, onde se concentram os profissionais de destaque da área.

Um paralelo entre a política cultural da “Nova República”, e as políticas culturais do Estado, anteriores, no Brasil, permite afirmar que houve uma tentativa de rompimento, especialmente, do ponto de vista discursivo. Nesse sentido, buscaram-se a descentralização administrativa e a descentralização cultural, isto é, a valorização regional contrapondo à produção cultural dos grandes eixos culturais, mas que, a “Lei Sarney”, de incentivo à cultura, provoca um efeito contrário à política de descentralização cultural.

2.2.3 DOCUMENTO-PROPOSTA:

A elaboração de documento proposta, ao final de cada encontro, foi uma tentativa de resumir sistematicamente idéias e conceitos, para que se fizessem propostas, como forma de viabilizar o que antes foi visto como discurso. Além de trazer a preocupação de contribuir com o “desenvolvimento formativo e informativo dos produtores culturais”.

Tendo em vista a localização dos documentos apenas dos três primeiros encontros, só eles estarão sendo analisados. Neles encontram-se procedimentos diferentes, para a construção e apresentação das propostas. Assim, para primeiro documento foram organizadas duas comissões: uma formada por representantes da região, e outra encarregada de organizar o evento. À última coube esboçar um anteprojeto a ser discutido e fechado, posteriormente, com a primeira. Para o segundo documento, foram organizadas três comissões, responsáveis pela sintetização das idéias e a organização de propostas conforme uma divisão temática:

Comissão 1 – “O Estado e a Comunidade”

Comissão 2 – “Patrimônio Cultural e a Constituinte”

Comissão 3 – “Movimentos Populares”

O terceiro documento apresentou a preocupação de se posicionar, amarrando alguns conceitos. Nesse sentido foi adotada uma sistemática bem diferente da dos outros dois. Sem organizar comissões, as propostas foram “frutos das discussões” em plenária, momento em que havia participação tanto de administradores culturais como da comunidade em geral. Dessa forma foram acrescentadas, ainda, reivindicações, em torno das propostas apresentadas no “XV Encontro de Prefeitos das Cidades de Médio Porte de Minas Gerais”, que foram discutidas, ratificadas e aprovadas como linha de ação, pelos participantes desse “III Encontro de Política Cultural”.

PROPOSTAS DO I ENCONTRO – 1985

Como consenso da Comissão Pró-documento as propostas foram as seguintes:

1. *Reestruturar a política de atuação dos órgãos oficiais de cultura, a nível municipal, estadual e federal, através de discussões profundas (Congressos, Seminários, Encontros) a respeito da Administração da cultura no País, com diversos segmentos da comunidade.*

2. *Repensar a ação das Casas de Cultura, para que as mesmas possam traçar perspectivas de trabalho em favor da diversidade cultural de cada município agindo, democraticamente, através de conselhos de Cultura, compostos de representantes da comunidade.*
3. *Estabelecer concretamente uma diretriz de democratização das informações e do conhecimento, através de projetos que visem à implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios, com contratação de pessoal especializado; ampliação do quadro de funcionários e aquisição de acervo bibliográfico. Reestruturar, ainda, as bibliotecas escolares e as universitárias e solicitar das Prefeituras e do Estado a aplicação de mais verbas para as referidas bibliotecas.*
4. *Criar uma organização dos órgãos de Cultura de Minas Gerais, para fazer frente aos demais órgãos públicos e colaborarem na definição de metas e prioridades do Estado e do Ministério da Cultura.*

Essas propostas revelam a preocupação de fazer reformas administrativas no setor cultural, bem como refletir sobre o papel de uma Casa de Cultura. Para ambas, propõe-se buscar, na própria comunidade, a sua participação para implementar uma política de ação, seja através de congressos, seminários e encontros, ou através de organização de Conselhos Comunitários. Uma forma de conduzir um trabalho democraticamente, um trabalho de análise das ações da SMC, que poderá dizer o que realmente o foi, e até em que nível.

Agora, quanto, o pensar uma política cultural, a favor da diversidade e de democratização das informações e do conhecimento, o documento, deixa a desejar. Uma vez que faltou demonstrar o que se está entendendo que faz parte da diversidade cultural, e como organizar a democratização de informações. Sendo que, no encaminhamento a atenção esteve voltada para a organização, de bibliotecas comunitárias. Entende-se, que com isso, houve um considerável avanço, tendo em vista a carência de acesso ao conhecimento, pela maioria da população. Mas, isso não contempla, com um todo, a democratização de informações, necessária para que se possa agir e reivindicar direitos, enquanto cidadão.

A quarta e última proposta assume a responsabilidade dos municípios no processo de definição de metas e prioridades da Secretaria Estadual e do Ministério da Cultura. Para isso, fica afirmada a necessidade de organização das Secretarias Municipais de Cultura, como forma de adquirir forças políticas, perante os órgãos superiores. Para isso concluem:

Acreditamos que uma tomada de posição seja, necessariamente, importante para que a política cultural do Estado de Minas Gerais se delineie democraticamente e contribua para a valorização das várias manifestações culturais de cada Município.

PROPOSTAS DO II ENCONTRO – 1986

Se posicionando conceitualmente, cada comissão elaborou suas propostas. Assim, a comissão responsável pela temática “O Estado e a Comunidade”, diz:

Acreditamos que a ação do poder público deve-se permear pela visão antropológica da cultura, vista como um conjunto de diversas expressões humanas, posto ser a nossa sociedade uma estrutura complexa, onde se operam distinções várias e profundas.

Entendendo a cultura como o cotidiano, os costumes, as necessidades e prioridades das pessoas, concluem que o “eixo da ação do Estado deve passar pelas demandas das bases”. Nesse sentido, far-se-á aqui uma síntese do que eles propõem:

- a) que haja um trabalho “interdisciplinar”, embora o termo tenha sido usado indevidamente, a proposta é de um trabalho interativo entre as Secretarias existentes nas Prefeituras, passando a Secretaria de Cultura a participar da elaboração de projetos, que requerem a compreensão cultural da comunidade, a quem serão dirigidos.
- b) que se faça um fórum para discutir política cultural, as diretrizes de ação dos órgãos municipais, e que se proponham as diretrizes para uma Política Cultural do Estado.

Ao contrário dos Fóruns que reuniram só os administradores de Cultura de órgãos públicos, mais especificamente, Secretarias de Cultura, criticado pelo conferencista José Guilherme Magnani, nessa proposta, a participação é de que seja tanto das Secretarias Municipais de Cultura (Secretária, Chefias de Departamento e Seções de Cultura) quanto da comunidade (associações de bairros, grupos de arte e entidades de cultura).

A segunda comissão trabalhou o assunto “Patrimônio Cultural e a Constituinte”, que critica a postura do Estado em relação à preservação de patrimônio, como bens que encerram valores das classes dominantes e colocando-os como um dos principais problemas. “A instituição da propriedade privada, tal como hoje é tratada, acima de todos os valores, perdendo, até mesmo, a sua dimensão social, tem sido um entrave para preservação dos bens culturais do país.”

O sentido dessa colocação se torna mais significativo, quando se pensa esse problema no contexto da cidade de Uberlândia. Tendo em vista que, diferentemente de outras cidades – em que já existe uma tradição de preservar e fazer tombamento de patrimônios, considerados históricos, ou artísticos – as construções antigas têm sido demolidas – mesmo diante de manifestações contrárias, daqueles que vêem importância nas suas preservações, como forma de manter viva uma história, – e substituídas por prédios e construções modernas.

A arquitetura da cidade, então, com ares de modernidade, elimina as marcas de um passado em detrimento do livre comércio, da propriedade privada, e oferece respaldo ao ideário político de fazer dessa cidade, uma cidade moderna, no sentido amplo da palavra.

Diante dessa problemática, foi proposto no documento:

- 1o. Ampliação do conceito de patrimônio para patrimônio cultural, como suporte de produção cultural da sociedade, baseado no conceito antropológico de cultura.
- 2o. Preservação do patrimônio cultural, como elemento essencial para a definição de qualquer política de cultura.
- 3o. Recomendação às Secretarias Municipais de Cultura que devem participar da elaboração das leis referentes ao planejamento urbano.
- 4o. Compatibilização da dicotomia progresso/ preservação numa relação em que um não exclua o outro, mas coexistam dentro de uma realidade social.
- 5o. Responsabilização dos órgãos públicos e/ou entidades ligadas à cultura para que desenvolvam mecanismos de formação, informação e divulgação, no sentido de fornecer à população meios e formas de valorização, identificação e preservação consciente dos bens culturais, produtos de suas próprias atividades.
- 6o. Promoção de um fortalecimento político financeiro dos municípios, através de reformas tributárias que, em consequência, virão respaldar os órgãos de preservação do patrimônio cultural dos mesmos.
- 7o. Incentivação de uma política de Integração entre os órgãos de preservação do patrimônio cultural.
- 8o. Redefinição do conceito jurídico da propriedade privada, cuja função social prevalece em relação ao valor da troca que lhe é atribuído.

As propostas desse grupo contemplou, se não todos, quase todos os pontos importantes para as diretrizes de uma política cultural, em relação ao patrimônio histórico, que propusera uma redenominação para patrimônio cultural.

A comissão do grupo 3, que trabalhou com o tema "Movimentos Populares", embora tenha apresentado cinco propostas, estas trouxeram como fio condutor a forma política de canalização de verbas. Fato suscitado pela discussão sobre a Lei 7.505 de Incentivo à Cultura, tendo em vista a lógica do setor privado, que irá

beneficiar apenas produções que atingem um público, potencialmente consumidor, e ainda, sobre o “clientilismo político” na alocação dos recursos através de órgãos públicos. Assim, as propostas foram:

1o. Que o MinC abra as suas pontas para a urgente discussão e implementação efetivas da proposta de ‘apoio à cultura onde ela brota’.

2o. Que o MinC canalize recursos destinados a movimentos populares de cultura, diretamente às suas entidades representativas (federações, uniões ou similares) ou, na falta dessas, através das administrações municipais, supervisionando critérios de aplicação.

3o. Que seja eleita uma comissão de mobilização dos movimentos populares de cultura incumbida de:

- A – Cadastrar os movimentos populares de cultura conhecidos e suas federações.
- B – Cadastrar as sociedades amigas de bairros [...] estimulando-as a congregarem os movimentos e agentes culturais do bairro, através de um departamento sociocultural.
- C – Convocar um Deputado eleito para a constituinte para reunir com os movimentos cadastrados, a fim de discutir a bandeira cultural a ser definida na futura constituinte.
- D – Articular os movimentos na defesa da cultura popular nas esferas municipal, estadual e federal.

4o. Que o MinC reserve recursos adequados ao Fundo de Promoção Cultural para apoio aos movimentos populares de cultura, que serão fornecidos, respeitando a autonomia de criação dos movimentos.

5o. Que seja divulgada a realização do Encontro Nacional do Circo Cultural a se realizar, em Uberaba, no primeiro semestre de 1987, ocasião em que se deverá avaliar o resultado da mobilização ora encaminhada.

Não só o MinC, mas especialmente, os órgãos públicos municipais, do setor cultural, passaram a ser vistos como uma agência financeira, por diversos grupos. Os quais, antes davam continuidade a suas manifestações culturais, como forma de manter tradições, com a existência do Ministério da Cultura e Secretarias de Cultura, passaram a se preocupar em receberem financiamentos e terem acesso a determinados equipamentos.

Na última parte do documento, consta que , embora não tivessem entre os temas do encontro, a Cultura Negra, fez-se necessário incluir as reivindicações do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Uberlândia, de uma Divisão de Assuntos Culturais afro-brasileiras, bem como, a canalização de recursos materiais e humanos, e mais, que fossem garantidos espaços físicos e políticos. Vale ressaltar que nos documentos, essa foi, até então, a única manifestação explicitada, de iniciativa de um grupo da comunidade.

DOCUMENTO-PROPOSTA DO III ENCONTRO – 1987

Aqui, a análise não procederá somente sobre as propostas, como foi feito em relação aos outros dois documentos. O critério utilizado encontra-se no fato de que antes os grupos responsáveis pelos mesmos, se limitaram a apresentar apenas as sínteses de idéias dos conferencistas, enquanto nesse, procurou-se posicionar diante dos “aspectos polêmicos e renovadores da conceituação do processo cultura/ educação, educação/ cultura e poder/ cultura”.

Nesse sentido, as conclusões, a que chegaram é de que, para o exercício pleno da cidadania, faz-se necessário um Estado democrático, cuja ação encontra-se no

seguinte entendimento: "Democratizar significa restituir a condição de cidadão para todos nós, restituir, criar ou recriar a capacidade que o próprio cidadão tem de administrar aquilo que ele próprio produz."

Quanto a essa forma de ver o processo da relação Estado/Cultura, em que ficam questionandos os riscos do paternalismo cultural, e se propõe que, para evitá-lo é preciso investir e acreditar na autonomia, e na autodeterminação dos diversos segmentos. Para isso concluem:

Uma política cultural que queira ser participativa de fato deve: aprimorar a qualidade da participação da sociedade civil em relação ao Estado, aprimorar a presença do Estado na sociedade, garantir uma qualidade de vida, onde os homens, enquanto seres humanos, seres culturais sejam sujeitos e não objetos. Para isso faz-se necessário desestatizar a comunicação, tirar o monopólio da informação e permitir o acesso às condições de produção e circulação culturais. Uma política cultural deve estar aberta à diversidade da cultura, aberta às diferentes formas de participação e que não se limite a folclorizar e romantizar as diferenças [...]

Em torno dessas conclusões, apresentaram ainda a concepção de cultura, que em síntese: "A cultura não pode ser homogeneizadora e reducionista quanto às manifestações dos grupos sociais. Ela deve ser um caleidoscópio para ser participativa."

Definindo a cultura como um caleidoscópio – objeto representado por um conjunto de vidros coloridos no interior de um cilindro – que sob efeitos de espelhos, produzem um número infinito de combinações de imagens de cores, provocando uma "sucessão rápida e combinantes de impressões de sensações", como define o mestre Aurélio – a SMC chegou ao ponto máximo do que se tem encontrado em termos de definição para a mesma. E sem dúvida a associação a um caleidoscópio foi uma forma figurativa de projetar todo o entendimento sobre a concepção contemporânea de cultura, que traz a antropologia.

Entretanto, não basta o avanço conceitual para que haja mudanças, faz-se necessário sua assimilação pelo administrador cultural. Isto significa um entendimento empírico de como ocorre a dinâmica cultural, em sua diversidade.

Sem essa assimilação, os administradores de uma SMC não irão conseguir romper com a concepção tradicional de cultura, cujas raízes estão no Romantismo, ou seja, associada às Artes e ao Folclore, tidos como cânones. E, ainda, essa assimilação torna-se condição necessária para que uma SMC possa assumir outros papéis dentro da administração de uma prefeitura. Papéis que ultrapassam a organização de eventos e passam a ser de participação, junto às outras secretarias, na elaboração de projetos e planejamentos que dependem de uma visão sociocultural.

Quanto ao segundo aspecto, educação e cultura, o documento traz outros pontos conclusivos, como: a necessidade de existir um órgão autônomo dentro da administração pública, sem ser apenas um apêndice de um outro, como o da educação, por exemplo. Enquanto uma política cultural tem um papel libertador, a política educacional tem tido o papel de servir ao sistema, o que implica formação alienada do homem, tornando um ser passivo e submisso; a transformação do processo educativo na escola, depende da formação cultural de um povo que saiba exigir e tenha consciência de seus próprios valores, e isso depende do indivíduo, ao procurar as raízes de sua cultura; entre esses pontos, dois saltam aos olhos do pesquisador. Para um:

A Cultura é a consciência de transformação, é liberdade. Por isso o Estado antagoniza com a cultura, enquanto consciência e livre expressão de um povo.

E ainda

A Cultura é perigosa para a manutenção do poder, enquanto a educação é instrumento favorável a isto. (no original não existe grifo)

Tendo em vista que essas conclusões partem dos próprios administradores que fazem parte de um órgão público, portanto, com "poder" político, surgem algumas hipóteses:

Apesar da existência da SMC, ela foi discriminada, dentro da administração de prefeitura; a democracia não passou de discurso político, pois a condição de Estado continuou antagônico ao desenvolvimento e o uso pleno da cultura, como processo libertador.

E mais, o maior problema dessas conclusões, em se tratando do servidor público tornam-se um entrave na relação de hierarquia dentro do sistema administrativo. Dificilmente se ganha espaço, se de antemão a equipe se coloca contrária ao próprio sistema em que está inserida. Nesse sentido, entende-se que o que falta é uma visão política, para saber como conciliar uma postura crítica, mas que ao mesmo tempo, possa tirar proveito da condição em que está. Atitude que o bom político sabe ter, para alcançar seus objetivos. Isso se faz necessário para o sucesso dessa política cultural, que está sendo apresentada pela própria SMC.

A permanência desse pensamento, que se encontra na citação acima, implica impossibilidade da coexistência de interesses de Estado e Sociedade no aspecto da política cultural. Em outras palavras. Diante de interesses antagônicos significa que, não precisa esperar do Estado uma política cultura que vá ao encontro das aspirações de liberdade de expressão, como meio de preservar e desenvolver-se culturalmente. Nesse sentido, o papel de uma política cultural no Estado só pode ser dirigista, e portanto desnecessária.

A homogeneização, nesse caso, se sobrepõe ao respeito à diversidade. Sendo assim uma SMC estaria a serviço político e não da comunidade. E se se quer uma reversão desse quadro, não se deve continuar pensando que a própria secretaria de cultura seja um incômodo para quem a criou, ou para quem permite, a sua continuidade. É preciso então, se fazer aceita no meio, agindo politicamente.

Quanto as propostas de ação o documento traz:

1. *Que sejam criados, nos municípios, um órgão específico de administração da cultura com orçamento próprio.*

Tendo em vista que esse não é o caso de Uberlândia, fica subentendido que, embora o processo da criação de um órgão específico, de administração da cultura, com início em 1983, em diversas prefeituras da região, ainda existem outras que não as criaram. Assim, a proposta é que não só se efetive, mas que haja, também, orçamento próprio.

2. *Que haja uma interação das Entidades e/ou Agentes Culturais com as unidades escolares de modo a garantir o espaço da cultura, no interior da escola e de seu processo participativo.*

Enquanto existia um órgão responsável, tanto pela administração da cultura, quanto da educação, se quis e se quer, como se encontra na citação, que sejam separados em dois órgãos, para tratar das suas especificidades. Entretanto chegou-se à conclusão de que o espaço escolar se torna fundamental, para se desenvolver um trabalho na área cultural. Seja, com o objetivo de explorar as identidades de um determinado grupo, seja para informar e formar novos valores culturais.

O uso do espaço escolar pelo agente, de forma efetiva, implica mudanças no sistema escolar. O que significa acima de tudo, deixar de exercer um papel, o de formar um indivíduo para servir ao sistema capitalista, transformando-o em agente crítico e consciente. Assim estaria rompendo com um papel tradicional da educação brasileira.

Existem, ainda, outros pontos de entrave para que haja um trabalho em conjunto das duas secretarias, num mesmo espaço. Assim, a própria condição dos administradores culturais ou agentes, que ainda se encontram sem espaço delimitado. Enquanto o da educação já está consolidado. Um outro é que, enquanto os administradores culturais procuram estar abertos à dinâmica

sociocultural, os administradores da educação procuram se fechar em propostas educacionais a serem seguidas pelos educadores.

O outro item da proposta veio da solicitação da Associação dos Artesãos de Uberlândia, ficando:

3. *Que os órgãos públicos, quer a nível municipal, estadual e federal, recuperem espaços de trabalho bem como subvençionem a aquisição da matéria-prima para a formação de estoque que possa beneficiar seus artesãos associados e carentes, com fornecimento a preço de custo.*

A única proposta, que partiu claramente de um grupo da comunidade, revelando a existência de uma organização por parte do mesmo, com intuito de buscar apoio do órgão público, em questão, que favoreça a sobrevivência do artesanato e dos que dele fazem uso. Para isso propõem à prefeitura uma aquisição de matéria-prima para estoque e fornecimento a preço de custo, para seus associados.

Do penúltimo item constou:

4. *Que as entidades culturais de cada comunidade sejam ouvidas pelos candidatos [...] cargos públicos (prefeitos, vereadores etc.).*

Mais do que uma proposta, encontra-se aí uma reivindicação que remete à seguinte hipótese: A proposta de "Democracia Participativa" do prefeito, dessa gestão, não estaria atendendo aos anseios das comunidades, no sentido de que fossem ouvidas as suas reivindicações.

Ouvir aí, tem a conotação de atender às reivindicações, pois o indivíduo pode ouvir passivamente e em nada mudar a sua ação. E, é a ação coerente com as reivindicações das comunidade, que está sendo pedida.

O último item se refere às reivindicações do documento-proposta, elaborado em Ipatinga, que foram discutidas, ratificadas e aprovadas nesse III Encontro de Política Cultural ficando, então:

5. *Que as propostas apresentadas em Ipatinga, levantadas durante o Encontro de Cultura, ocorrido por ocasião do XV Encontro de Prefeitos das Cidades de Médio Porte de Minas Gerais, sejam rediscutidas nos próximos encontros de prefeitos destas cidades.*

Na realidade, não eram bem propostas, mas nove reivindicações que podem ser agrupadas em:

- a) que a administração dos prefeitos dêem condições para que haja, de fato, o exercício de cidadania;
- b) que a SMC tenha, no interior do sistema administrativo, maior autonomia, mais respeito e investimento na capacitação de recursos humanos;
- c) que os prefeitos das cidades da região escutem as reivindicações contidas nesse documento-proposta.

Assim todas as reivindicações foram direcionadas à administração pública, no nível macro.

Na conclusão, a própria SMC firma um dos pontos que vem caracterizar o perfil de sua política. Assim, escrevem:

A Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, através dos Encontros de Política Cultural, vem reforçando uma linha de trabalho que visa rediscutir e refletir o papel do poder público municipal na sua ação cultural.

Daí que os Encontros se tornaram ponto de referência de uma linha de trabalho, cuja preocupação foi discutir o papel do poder público na ação cultural. Da reflexão à prática fica dito, também:

Parece certo que há um consenso firmado quanto à questão conceitual de cultura. Portanto parece necessário que os interessados, os agentes culturais e, principalmente os governos consigam de fato e na prática, as novas dimensões e as novas leituras apuradas e registradas como reivindicação neste documento-proposta.

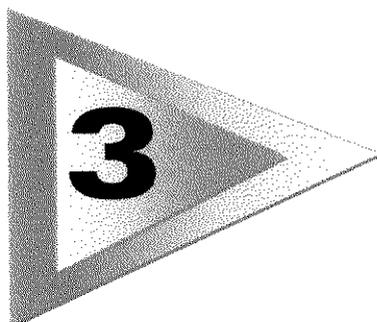
Nessa proposição, o “parece” antes do “certo” e do “necessário”, traz incertezas, se realmente existe um consenso conceitual, e se é necessário que sejam colocadas em prática as novas dimensões em torno da cultura. Entretanto,

para a Secretária de Cultura, Iolanda de Lima Freitas, nesse mesmo documento existe a certeza:

Para nós torna-se imperativo compatibilizar as idéias da comunidade com as condições reais da política cultural que vimos adotando.

A mesma assume a necessidade de conciliar as reivindicações da comunidade com as reais condições da administração. Suscitando, então, as limitações de uma Secretária de Cultura, perante uma administração, está submetida a uma hierarquia de poder, além de ter que saber lidar com os aspectos burocráticos, atribuídos ao seu papel.

Portanto, não basta ter clarezas conceituais, consultar as comunidades, elaborar uma política cultural coerente com uma linha de pensamento. Assumir o papel de Secretária de Cultura é ter que ir muito além, é ter que assumir a complexidade de uma relação entre um pensar como sujeito, ser representante político e que saiba administrar os dois pólos: o político e o cultural, o burocrata e o democrata.



POLÍTICA CULTURAL:
O perfil veiculado pela Imprensa
Gestão 1989 - 1993

3. POLÍTICA CULTURAL

O PERFIL VEICULADO PELA IMPRENSA –
GESTÃO 1989-1993

3.1 O PERFIL DA POLÍTICA CULTURAL VEICULADO PELA IMPRENSA GESTÃO 1989/ 1993

3.1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Utilizando-se dos mesmos princípios para a análise de dados, da gestão anterior, tem-se a fala da Secretária de Cultura sendo investigada como “efeito ideológico”, ou seja, como efeito de retórica e não do sujeito. Isso, sob o entendimento de que, conforme explicitação de CHAUI, *“fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que ‘ensinam’ a conhecer e agir”*. (1982:3)

Nesse sentido, o discurso da Secretária de Cultura, como efeito de retórica, significa que não estará sendo esboçado o perfil pessoal mas, a caracterização de uma política resultante de uma coerência, que dissimula diferenças e contradições entre o pensar, o dizer e o ser, universalizando o particular. É um estar representando uma política estabelecida por outrem, submetendo-se a normas.

Um estudo para identificar a linha política do prefeito em exercício que, pela terceira vez administra a prefeitura de Uberlândia, permitiu verificar a existência,

marcante, de uma diretriz de trabalho que prioriza obras faraônicas e grandes eventos. De forma que a cidade pudesse se projetar, em nível nacional, e conseqüentemente, valorizá-lo como político.

Ao contrário de uma política humanística, enfatiza-se uma política de “Ordem e Progresso”, centrada não só no desenvolvimento comercial e industrial, como também no aspecto urbanístico e arquitetônico. São aspectos importantes para entender e apresentar o perfil da política cultural dessa gestão.

Quanto às normas, que permitem chegar ao mesmo fim, ficou claro nas Leis e Decretos, uma exigência da postura a ser tomada pela Secretária de Cultura e seus assessores, a de administração cultural. Além do entendimento, de que o papel da SMC, é o de democratização cultural, ou seja, o de permitir, às camadas populares, o acesso ao saber e às artes, como espectadores e produtores.

Cabe aqui esclarecer, também, que o jornal “Primeira Hora” deixa de fazer parte do levantamento e análise de dados dessa gestão, porque o mesmo foi extinto, logo que terminou a gestão do Prefeito anterior, Zaire Rezende. Embora não se tenha um jornal que fez papel de oposição à atual administração, para manter um quadro comparativo, utilizou-se as matérias publicadas pelo jornal “O Triângulo”. O jornal o “Correio de Uberlândia” permanece, porém, com nova denominação: “O Correio do Triângulo”. Mudança ocorrida pela venda do jornal ao Grupo ABC, o qual já mantinha o monopólio de diversos setores do comércio e da indústria, na cidade.

A partir dessas considerações preliminares, propõe-se uma leitura, visando apontar coerências e contradições discursivas, conforme condições ideológicas da produção do texto, num sistema administrativo e, por fim, apresentar os aspectos que vêm definir o perfil dessa política cultural. A imprensa, como fonte, justifica-se por ser um meio usual da classe política propagar as suas ideologias.

3.1.2 UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

Essa análise, assim como a análise do item 3.1.1, tem como principal objetivo apontar os assuntos mais divulgados, que estarão agrupados, conforme categorias e subcategorias, e ainda, estabelecer critérios, e objetivos, que vêm justificar a seleção de artigos para análise.

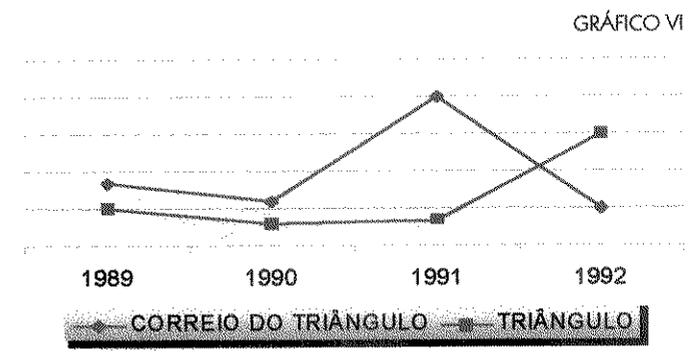
No levantamento de artigos para a análise, foram compilados não só os artigos que diziam respeito à política cultural do município, mas a todos os que se manifestavam em função da formação cultural da população uberlandense. E, ainda, os que traziam a política cultural do Estado e da Federação, uma vez que o Município, em termos estruturais, deve estar submetido a uma hierarquia de diretrizes políticas. Dessa forma:

ANO	Jornal O CORREIO DO TRIÂNGULO		Jornal O TRIÂNGULO	
	Número	%	Número	%
1989	17	21,52	10	18,87
1990	12	15,19	6	11,32
1991	40	50,63	7	13,21
1992*	10	12,66	30	56,60
TOTAL	79	100,00	53	100,00

QUADRO X : NÚMERO DE ARTIGOS POR ANO (1989/ 1993)

(*) ao n° de artigos do jornal "O Correio do Triângulo", dessa gestão, foi acrescentado um artigo de janeiro de 1993 no qual a Secretária de Cultura apresenta o Balanço de sua gestão.

Assim, como fica melhor explicitado no gráfico n° VI, abaixo, verifica-se uma liderança do jornal "O Correio do Triângulo", decaindo apenas no último ano quando, o Triângulo sobressai com um n° maior de matérias.



Nesses quatro anos, "O Correio do Triângulo" publicou vinte e seis artigos a mais que "O Triângulo". Porém, verifica-se que, mesmo assim, ele poderia ter dado uma cobertura maior, aos assuntos da área cultural. Como se pode constatar na folha 142, no ano de 1992 publicou apenas dez artigos, enquanto o outro publicou trinta.

Entendendo que era ano eleitoral, levantam-se duas hipóteses para esses dados: a de que essa área não foi vista como prioridade no processo eleitoral, privilegiando outras atitudes políticas. Enquanto que a outra parte do pressuposto de que esse jornal, que, historicamente, esteve a serviço da oligarquia, da qual esse prefeito faz parte, passou a ter outro perfil, na medida em que mudou de proprietário.

O próximo quadro, traz novas divisões:

Categorias	Subcategorias	Jornal O CORREIO DO TRIÂNGULO		Jornal O TRIÂNGULO	
		Númer	%	Númer	%
NACIONAL	Política Incentivo	03	3,79	01	1,89
	Críticas à Política Nacional	02	2,53	01	1,89
	Reflexão Conceito	03	3,79	01	1,89
	Subtotal	08	10,13	03	5,66
ESTADUAL	Relação Estado e Município	01	1,26	-	-
	Subtotal	01	1,26	-	-
MUNICIPAL	Políticas SMC	47	59,49	45	84,91
	Manifestações da Comunidade	08	10,13	03	5,66
	Manifestações da Imprensa	07	8,86	01	6,89
	Política Externa à SMC	08	10,13	01	6,89
	Subtotal	70	88,61	50	94,34
TOTAL		79	100,00	53	100,00

QUADRO XI : NÚMERO DE ARTIGOS POR CATEGORIA CONFORME DIVISÃO DE ESTADO (1989/1993)

Este quadro traz um mapeamento de todos os artigos relacionado à política cultural, do jornal "O Correio do Triângulo" e do jornal "O Triângulo". Com isso, fica apresentado o início dos recortes que seguirão, até ser apresentado o número final, dos artigos que irão compor o conjunto a ser analisado. Ainda, o mesmo quadro permite uma análise comparativa, entre assuntos num mesmo jornal e em relação ao outro.

Dos setenta e nove artigos do "Correio do Triângulo", 88,61%, representam assuntos culturais do Município, enquanto que "O Triângulo", tem uma porcentagem maior, 94,34%. Esse resultado se deve às especificidades desses jornais, pois o primeiro procura um aprimoramento na qualidade de imprensa, e o outro, sem grandes pretensões, não se preocupa com trazer informações externas.

Refere-se à política cultural do município, cento e vinte artigos, sendo 58,33% do jornal "O Correio do Triângulo" e 41,66% do jornal "O Triângulo", uma diferença de 16,67% do primeiro em relação ao outro mas, que, ainda sofrerá alterações, porque a subcategoria "Política Empresarial de Cultura" será eliminada por não haver um imbricamento com a política da SMC. Assim, tem-se o conjunto de sessenta e dois artigos, do jornal "O Correio do Triângulo" e quarenta e nove do jornal "O Triângulo", referente ao objeto de estudo. Portanto, são esses que serão utilizados diretamente para a análise de dados. Os mesmos se encontram, divididos, a princípio, pelas categorias abaixo:

Enunciador	Jornal O CORREIO DO TRIÂNGULO		Jornal O TRIÂNGULO	
	Número	%	Número	%
Secretaria Municipal de Cultura	47	75,81	45	91,84
Comunidade	08	12,90	03	6,12
Imprensa	07	11,29	01	2,04
TOTAL	62	100,00	49	100,00

QUADRO XII: NÚMERO DE ARTIGOS CONFORME ENUNCIADOR (1989/1993)

A seguir estão agrupados conforme as categorias e subcategorias, uma forma de sistematizar os assuntos por grupos, com traços em comum. O detalhamento, encontra-se explicitado no subcapítulo referente à análise quantitativa da gestão anterior.

Categorias	Subcategorias	Jornal O CORREIO DO TRIÂNGULO		Jornal O TRIÂNGULO	
		Número	%	Número	%
POLÍTICA CULTURAL	Princípios/ Diálogo com a comunidade	-	-	-	-
	Avaliações e Metas	04	8.51	-	-
	Encontros de Política Cultural	-	-	-	-
	Pólo Regional de Cultura	06	12.77	04	8.89
	Casa da Cultura	-	-	-	-
	Orcamento	01	2.13	02	4.44
	Organograma da SMC	-	-	-	-
	Subtotal	11	23.40	06	13.33
ESPACOS FÍSICOS	Sede SMC/ Casa da Cultura	-	-	-	-
	Espacos Exibidos (Teatro, Galerias ...)	12	25.53	11	24.44
	Espacos Populares (Circo, Itinerante ...)	1	2.13	02	4.44
	Ocupação Espacos Físicos	-	-	-	-
	Subtotal	13	27.66	13	28.89
POLÍTICA REGIONALISTA	Linha Criacionista	-	-	-	-
	Linha Patrimonialista	-	-	02	4.44
	Linha Preservação Cultura Popular	01	2.13	03	6.67
	Linha Eventos/ Congratulações	-	-	04	8.89
	Linha Sistemica	01	2.13	04	8.89
	Subtotal	02	4.26	13	28.89
POLÍTICA NACIONALISTA	Patriotismo (datas comemorativas nacionais)	-	-	03	6.67
	Identidade Nacional	-	-	-	-
POLÍTICA PLURALISTA	Intercâmbio Cultural (Festival de Danca)	19	40.43	09	20.00
	Eventos Profissionais "Arte Exibida"	-	-	01	2.22
	Eventos Profissionais "Arte Popular"	02	4.26	-	-
	Subtotal	21	-	10	-
POLÍTICA GLOBALIZANTE	Cinema	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-
TOTAL		47	100,0	45	100,0

QUADRO XII: CATEGORIAS ENUNCIADAS (1989/1993)

Verifica-se que as subcategorias Festival de Dança com 40,43% e 20,00% e o Centro Cultural com 25,53% e 24,44% correspondem ao primeiro e segundo lugares. Apenas o terceiro lugar se difere. Enquanto no jornal "O Correio do Triângulo", fica o Pólo Regional de Cultura com 12,77%, no "O Triângulo" a frequência da subcategoria equivale à mesma da linha política de eventos e sistêmica, com 8,89%.

Na totalidade de noventa e dois artigos publicados em ambos os jornais, existe um equilíbrio percentual. Confira a seguir:



GRÁFICO VII

Essa política cultural recebeu críticas incisivas, por parte da comunidade, cuja cobertura foi dada pelo jornal "O Correio do Triângulo", que não poupou a SMC do confronto. Nesse sentido, as manifestações da comunidade dividem-se:

Categorias	Subcategorias	Jornal O CORREIO DO TRIÂNGULO		Jornal O TRIÂNGULO	
		Número	%	Número	%
REIVINDICAÇÕES	Espacos	01	12,5	-	-
COMENTÁRIOS/ CRÍTICAS	Autoritarismo	07	87,5	01	33,3
HOMENAGENS	Desenvolvimento - Danca	-	-	02	66,7
TOTAL		08	100,0	03	100,0

QUADRO XIV: CATEGORIAS ENUNCIADAS (1989/1993)

A imprensa também fez a sua leitura dessa política cultural, conforme a seguir:

IMPRESA	Categorias		Jornal O CORREIO DO TRIÂNGULO		Jornal O TRIÂNGULO	
	Categorias	Subcategorias	Número	%	Número	%
			COMENTÁRIOS/ CRÍTICAS	Política de Eventos	07	100
TOTAL			07	100	01	100

QUADRO XV: CATEGORIAS ENUNCIADAS (1989/1993)

E ainda, enfatizou como manchete os assuntos que constam a seguir:

S M C	Categorias		Jornal O CORREIO DO TRIÂNGULO		Jornal O TRIÂNGULO	
	Categorias	Subcategorias	Número	%	Número	%
			ESPACO FÍSICO	Centro Cultural (Projetos/Idoações)	03	60
POLÍTICA PLURALISTA	Festival de Dança	02	40	-	-	
TOTAL			05	100	02	100

QUADRO XVI: POLÍTICA CULTURAL EM MANCHETE (1989/1993)

De todo o levantamento quantitativo, observou-se que houve uma redução de matérias publicadas sobre os assuntos relacionados à política cultural do Município, em comparação à gestão anterior. Tendo como exemplo o jornal Correio de Uberlândia (Correio do Triângulo), que publicou cento e onze artigos da primeira gestão e setenta e nove da segunda, em que se verifica uma redução percentual de 16,85%. Visualmente se tem (gráfico nº VIII):

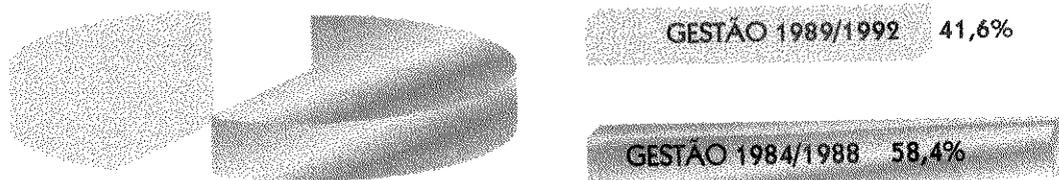


GRÁFICO VIII

Essa redução tem como justificativa algumas hipóteses: a) de que, enquanto a primeira gestão teve cinco anos de atuação, a segunda teve quatro; b) a primeira teria tido uma preocupação maior em divulgar seus trabalhos, e ainda, uma atuação maior; c) como o jornal foi vendido, a nova direção não teria tido a mesma preocupação em publicar os assuntos relativos à política cultural Municipal, como foi publicado na gestão anterior.

Essas hipóteses foram levantadas com o intuito de apontar para a necessidade de uma reflexão maior, pensando que os dados sobre os quais se propõe uma análise, não são o suficiente para averiguá-las. Entretanto, é possível verificar a queda de interesse em ambos os jornais, denotando que a SMC perdeu espaço de notícias.

3.1.3 CONCEITOS E ATIVIDADES QUE DELINEARAM O PERFIL DESSA POLÍTICA CULTURAL

Na categoria Política Cultural, a partir do balanço anual feito pela Secretária de Cultura, e publicado pelo jornal "O Correio do Triângulo", encontraram-se

diversos fragmentos que apontam conceitos, coerências e incoerências e atividades que ocupam uma relevância na política de atuação da mesma.

O primeiro aspecto que se procurou observar, foi sobre que concepção de política cultural, e, automaticamente, de cultura, trabalhou essa SMC. Nesse sentido, na entrevista feita pela repórter Rosângela Ribeiro (O Correio do Triângulo, 01/10/1989:15) logo que a Secretária de Cultura assumiu o cargo, a mesma quis saber em que consistiria a diferença entre a política cultural dessa gestão e a anterior. O perfil desta administração foi apresentado como sendo o da descentralização e valorização da cultura, baseado num conceito “antropológico” de cultura.

A resposta da Secretária de Cultura foi: *‘ao assumir a Secretaria... demos um cunho próprio por entender que cultura não é promoção de eventos. Cultura é a oportunidade de promover o fazer cultural.’*

A Secretária de Cultura, assume o papel de locutora de um grupo, ao anunciar no plural, “demos um cunho próprio” à política cultural. A singularidade, conforme sua fala se justifica no sentido de que cultura não pode ser entendida como promoção de eventos, deixando implícita uma crítica à administração anterior que, na sua concepção, foi uma política desse gênero. Logo em seguida, define: “cultura é a oportunidade de promover o fazer cultural”. Nesse sentido, fica exposto o papel da SMC como promotora de oportunidades, que caracterizam a democratização de acesso e participação do processo de criação, pela população, com fins artísticos.

No próximo balanço de sua atuação, em que a imprensa se faz ouvir como voz da mesma, ou seja, a pessoa que efetivamente produz o enunciado é a Secretária de Cultura. Veja a seguir:

(1) Entrando no seu segundo ano de atuação na administração atual, a Secretária de Cultura parece procurar suprir uma lacuna, que ficou do primeiro ano: estimular o debate de idéias e políticas culturais. (2) Em 1989, a Secretária atuou intensamente, mas pecou

por um certo ativismo, o que talvez explique a heterogeneidade de suas ações: dos bailes no Praia Clube aos forrós na praça. (3) Para 1990, apesar do fato de que o calendário mantém os principais eventos do ano passado alguns deles de fato importantes culturalmente, como o Festival de Dança e a Feira do Livro, a Secretária pretende promover um encontro de dirigentes culturais e um simpósio com especialistas em política cultural, incluindo a atual Secretária de Cultura da cidade de São Paulo, Marilena Chauí... (Correio do Triângulo, 21/01/1990:B1)

A proposição aponta, então, falhas em função de um "ativismo", o que traz a idéia de que a SMC promoveu inúmeros eventos e, conforme o discurso, heterogêneos, passando a caracterizar a linha dessa política cultural. Um perfil que também expressa uma concepção de cultura, que coloca em oposição "cultura erudita" e "cultura popular" ao promover eventos direcionados às classes. Para a elite, da sociedade uberlandense, os bailes no Praia Clube e para o povo, os forrós na praça. Isso marca uma política cultural divisionista, que reforça as diferenças culturais, que não significa respeitar a diversidade cultural.

Dos eventos, anuais, promovidos pela gestão anterior, esta SMC deu continuidade, especialmente, ao Festival de Dança, do qual utilizou como destaque de sua administração, justificando o privilégio à área pela "importância cultural" da Dança.

No mesmo fragmento em análise, verifica-se um discurso com propostas de se criar momentos de debates sobre política cultural, com encontros entre os administradores culturais, enriquecidos por simpósios com especialistas. Com essa proposta, a Secretária de Cultura estaria permitindo o retorno da atividade mais destacada na gestão anterior, os encontros sobre política cultural. Os motivos desse retorno podem ter origem em lei, que cobra uma definição de política cultural da SMC. Entretanto, os jornais não trouxeram notícias da efetivação dessa proposta.

Infelizmente é comum, no sistema político deste país, ao mudar o quadro de pessoal que está no poder, procurar-se destruir tudo aquilo que se tornou a marca

de uma administração anterior. Isso, sob o pretexto de que é preciso ser diferente para se fazer um trabalho melhor. Entende-se que mudanças são necessárias, na medida em que se faz uma reflexão dos pontos falhos anteriormente e não aos projetos que auxiliam no crescimento administrativo e de ação cultural.

Na avaliação do ano posterior ficou estabelecido: 'Fazer cultura'. Este é o eixo que vai nortear este ano toda a programação oficial da Secretaria Municipal de Cultura [...] a prioridade de investimento desse ano será para a defesa do patrimônio cultural. (O Correio do Triângulo, 02/02/1991:C1)

Se fazer cultura é a síntese da política de ação da SMC, como é que a Secretária de Cultura pretende efetivá-lo? E a afirmativa de que essa seria a postura da SMC naquele ano, subentende-se que em 1989 e 1990 não se fez cultura, o que se fez então e por quê? Já que ao assumir a Secretaria, foi o primeiro ponto que abordou, apontando um fazer cultural, através de oficinas.

Na realidade, houve o redirecionamento de prioridade política, em que o fazer cultural está na preservação de valores históricos, arquitetônicos e culturais, que fazem parte, no entendimento da SC, do patrimônio cultural. Contudo observa-se a falta de um planejamento político da linha de ação da SMC, pois no ano seguinte ela não fala do assunto:

Acredito que a Secretaria Municipal de Cultura cumpriu seu papel em 1991 como órgão fomentador da cultura no Município. Conseguimos abrir e ocupar todos os espaços. Hoje Uberlândia conta com um desenvolvimento cultural nos níveis institucional e particular que nos garante entender que cumprimos nossas metas.
(O Correio do Triângulo, 03/01/1992:11)

Diante de um discurso vago e de indefinições, quanto a sua política de fomento cultural, a SC não enumera que espaços foram abertos e agrupados, nem mesmo, apresenta os avanços institucionais e particulares, que ela afirma terem contribuído para o desenvolvimento cultural da cidade.

Nesse mesmo artigo, a Secretária de Cultura chega ao último ano de sua gestão, dizendo que vai fazer justamente o que ela havia dito, no início de sua administração, que não acreditava ser cultura: promoção de eventos. Confira para o ano de 1992, a política cultural, segundo a Secretária, será efetivada a partir de eventos isolados.

E no balanço sobre os quatro anos:

'[...] a Secretária afirmou ter procurado fazer com que a cultura ocupasse um espaço de realce frente à sociedade uberlandense, em todas as áreas e segmentos culturais. Terezinha afirmou ter trabalhado com a parte de teatro, literatura, artes plásticas, circo, patrimônio histórico, museu de ofício, banda musical e o coro municipal que foi criado. Para ela, o carnaval de Uberlândia cresceu, e hoje os presidentes das escolas têm uma associação, o que significou um avanço muito grande, porque representou união entre as escolas de samba'. (Correio do Triângulo, 03/01/1993:19)

Embora tenha tentado passar a imagem de uma política cultural que contemplou e realçou todas as áreas de atuação, a SC destacou as áreas, as quais deu uma atenção especial. Assim, ficou contemplado em sua fala o apoio ao crescimento do carnaval na cidade, a criação do coro municipal – “uma associação livre e independente do poder público porque recebe subvenção e programa suas atividades” – o significativo trabalho pelo festival de dança do Triângulo.

Sobre o papel do poder público em relação à cultura, a SC afirmou nesse mesmo artigo, que ele

DEVE

“interferir na produção cultural apenas apoiando, nada mais [...] quem recebe o apoio tem que ter autonomia em tudo o que faz.”

“viabilizar produções sem ser paternalista”

NÃO DEVE

“interferir na produção do artista”

Na primeira colocação, existe uma orientação quanto à lógica da oferta, por parte do poder público, que deve apoiar o artista para que ele possa desenvolver seu potencial criador, materializando-o em obras artísticas. Isso atende aos anseios do artista que precisa de liberdade de criação pois, do contrário, implica em um resultado de produção com tendência medíocre.

Agora, ao dizer que deve apenas apoiar a produção cultural, e nada mais, dá a entender que esse apoio tem algumas restrições, podendo significar aprovação e incentivo moral a uma produção artística, pessoal ou coletiva, ou, no máximo favorecê-las, oferecendo algum equipamento técnico ou espaço público.

Com isso, a SMC se isenta da “obrigação” de servir como um balcão, que oferece financiamento a produções condenadas a ficarem retidas, por falta de mercado e, ainda, da função de promover a democracia cultural como direito do cidadão.

Essa leitura ganha um certo sentido, na medida em que ela entende que se devem viabilizar produções sem ser paternalista. Isso significa, conforme COELHO, que não deve haver *“Proteção excessiva, oferecida pelo Estado, à produção cultural de maneira indiferenciada ou a um ou alguns modos culturais escolhidos”*. Dessa forma, a política cultural passa a ser elaborada e sustentada pelo seguinte pensamento, como coloca o mesmo Autor:

As teses neoliberais, defensoras de uma ‘política de mercado’ (a aceitação pelo mercado comercial é o juiz máximo do que deve ou não ser produzido), insistem em que, com esse apoio estatal (em suas diversas formas: antecipação de receita, incentivos fiscais, contribuições a fundo perdido), os produtores culturais não se preocupam com as exigências do mercado, daí resultando um estiolamento da criatividade e uma inibição das potencialidades individuais e dos grupos, com eventual distanciamento entre os próprios produtores e seu público possível. (1997:285-286)

Ao se fazer uma política cultural orientada pela lógica do mercado cria-se uma polêmica, em relação à produção artística. A lei do mercado não passa pelo crivo da qualidade do produto por seus valores estéticos e criativos mas, sim, pelo seu valor de mercado, que atende diretamente ao consumo da população, em seu

estágio cultural. E o que se precisa, nesse caso, é de uma política cultural orientada pela lógica da demanda, ou seja, que propicie uma nova formação cultural, para que haja um público maior envolvido na produção e no consumo, um alargamento da demanda que hoje está apta, apenas, a adquirir produtos com fins comerciais.

Com esse balanço final da Secretária de Cultura, constata-se uma postura de política cultural orientada pela concepção de cultura como arte e, que em sua função se encontra subordinada, principalmente, à lei do mercado. Em termos contextuais, isso se torna bastante compreensivo, uma vez que existe uma preocupação por parte da macro administração, em dotar a cidade, cada vez mais, de uma potência comercial. Assim, o Festival de Dança torna-se a representação máxima de uma política cultural voltada para o desenvolvimento do turismo e conseqüentemente econômico, da cidade.

PÓLO REGIONAL DE CULTURA

Na categoria que está sendo analisada, a subcategoria, Pólo Regional de Cultura, ocupa o terceiro lugar em divulgação em ambos os jornais. O Pólo foi uma proposta feita pela Secretária de Cultura de Uberlândia, em meados do ano de 1991. Que se tornou responsável pela articulação de uma reunião entre os Secretários de Cultura do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, cujos objetivos foram:

O Pólo pretende ser uma estância oficial, através da qual os secretários de cultura deverão se aglutinar para executar a política cultural em seus municípios e ainda para obter recursos dos governos estadual e federal.

Além do intercâmbio cultural, o Pólo Regional pretende funcionar também como uma referência de apoio entre os municípios. (O Correio do Triângulo, 13/04/1991:01)

Fazer do Pólo uma estância oficial como fica claro na citação, aponta uma estratégia para a obtenção de recursos dos governos estadual e federal para as SMC(s) envolvidas. Com isso contaram com um fortalecimento das mesmas, para a realização de alguns projetos, pelos quais todas as cidades pudessem ser beneficiadas.

Por esse ângulo, o pólo pode ser visto como uma proposta de descentralização cultural, em que Uberlândia e Uberaba, em termos regionais, têm sido referência, no cenário de “grandes” eventos culturais.

Por outro lado, nessa intenção política, existe ainda, o objetivo de centralização, que começa a ser explicitado, ao ser colocado que uma das metas da criação do pólo é fazê-lo como “referência” de apoio aos municípios. Portanto, verifica-se uma proposta de descentralização concomitantemente a uma de centralização.

A Secretária de Cultura de Uberlândia ao ser coordenadora geral do mesmo, se coloca à frente como condutora de um processo de definição de política cultural para a região. Enquanto isso a SMC de Uberlândia mantém um conceito de política cultural com oscilação, como foi apresentado anteriormente.

Na proposta de intercâmbio, entre outros artigos, constam as sugestões e interesses dos integrantes do Pólo Regional de Cultura:

[...] a principal sugestão das cidades da região foi com relação à memória do município e à organização de um arquivo público. Além desta proposta, foram apresentadas ainda a realização de um encontro de bibliotecas, uma mostra de dança dos vencedores do Festival de Dança de Uberlândia, a realização de cursos e restauro em madeira e ferro e a apresentação do Grupo Galpão de Teatro, de Belo Horizonte nas cidades pólos. (O Correio do Triângulo, 01/08/1991:11)

Embora, não se tenha mostrado de onde originaram-se as sugestões, a partir das ações da SMC de Uberlândia, torna-se possível a observação de que, enquanto nos municípios menores, a preocupação existente é com a preservação, a memória, o restauro, a organização de bibliotecas e com aspectos regionais e de

identidade, em Uberlândia deve-se um acesso a produções artísticas profissionais, como através de grupos de Dança, ou com a presença de grupos de teatro reconhecidos. Uma forma de mostrar que a cidade está à frente, em termos de política cultural.

No primeiro ano de sua gestão, a SC já dizia '[...] o privilégio que Uberlândia tem. Enquanto as cidades estão preocupadas com o folclore, Uberlândia está preocupada com a restauração, com o tombamento e a preservação'. (Correio do Triângulo, 01/10/1989:15)

Uma visão ingênua e pretenciosa, da SC, na medida em que se quer colocar a restauração como uma medida de avanço em relação à necessidade de preservação do folclore, por parte das SC da região. Ambas partem do princípio da preservação.

Entende-se que houve aí, um equívoco. Embora o significado do folclore, como coloca BRANDÃO (1982), na origem anglosaxônica *Folk-lore*, sendo "Folk" saber tradicional e "Lore" povo, o que ela propõe também é uma forma de preservar a história de uma tradição. Portanto, não há avanço em relação às outras Secretárias de Cultura

Ainda, dentre as propostas do Pólo Regional de Cultura, intencionalmente ou não, as SMC(s) ao proporcionarem apresentações, em suas cidades, pelo grupo teatral Galpão, de Belo Horizonte, passaram a contribuir para a formação de um novo público apreciador de teatro, dadas as características desse grupo. Tal grupo usa normalmente praças públicas como palco. Em grande estilo, faz adaptações de peças clássicas, como de *Romeu e Julieta*, apresentando-as numa linguagem circense. Mostra assim, uma capacidade de interação comunicativa, entre dois pólos culturais, o erudito e o popular.

No caso de Uberlândia, mais apresentações nesse estilo, poderiam proporcionar um sucesso maior ao projeto "vamos todos ao teatro" com entrada gratuita. Ao invés de poltronas vazias poder-se-ia ter um teatro lotado, entendendo-se que,

para se conquistar um público, primeiro faz-se necessário, "ir aonde o povo está". E, além de falar a sua linguagem, trazer a comunidade aos espaços fechados, onde tradicionalmente são celebradas as obras de arte, poderia, então, se tornar uma conseqüência natural, de um trabalho de base no espaço da mesma. Incisivamente, não basta apenas propor uma entrada franca às classes populares que, por uma questão de estrutura sócio-econômica o cultural não adquiriu o hábito de freqüentar o teatro.

Com essas características apresentadas em relação à organização política, verifica-se um discurso de descentralização que escamoteia os princípios sobre os quais emergiu a proposta do Pólo, conforme fala da Secretária de Cultura, no fim de seu primeiro ano frente à SMC: *'Estamos preocupados também que Uberlândia seja um centro polarizador de cultura. Uberlândia está sendo esse centro polarizador de cultura.'* (Correio do Triângulo 01/10/1989:15)

Com a dinâmica da proposta, verificou-se ainda, uma preocupação em democratizar a cultura e em manter um "intercâmbio cultural". Mas, a "troca" maior, parece ter acontecido no campo da administração cultural, que entre pensamentos divergentes e interesses comuns, se propôs elaborar o perfil de uma política cultural para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

ESPAÇO FÍSICO: "A OBRA DO SÉCULO"

O segundo assunto mais freqüente sobre a atuação da SMC, foi referente à construção de um Centro Cultural, com trinta mil metros quadrados, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Falou-se sobre o projeto; doações de empresas privadas; o início da obra; dotação orçamentária da prefeitura e prestação de contas, diante da não efetivação da obra. Alguns fragmentos ilustram essa situação, como o anúncio do Prefeito:

A construção de um Centro Cultural para Uberlândia com um teatro para mil pessoas, uma biblioteca para quinhentos leitores, um teatro de arena e um museu com galeria de arte.

.....
A implantação deste centro deverá ser iniciada nos próximos meses, uma vez que a doação do projeto já está confirmada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que atendeu uma solicitação do Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira.

.....
Segundo ele 'nós vamos viabilizar esta construção de duas formas: com os recursos da comunidade e com a liberação de verbas da Lei Sarney'(que garante recursos para incentivos culturais. (O Correio do Triângulo, 24/01/1989:03)

Bem ao seu estilo, o Prefeito promete então, realizar uma grande obra arquitetônica, na área cultural. Além de sua proporção, um gosto por uma arquitetura moderna, que imprime uma idéia de progresso. Projetos que prevêm um crescimento populacional. Foi dessa forma que levantou o estádio de futebol João Havelange, em uma de suas administrações como Prefeito, com capacidade para 75.000 espectadores (CTBC, Guia Sei:92/90:477), 60,05% da população uberlandense na época. A capacidade do Centro Cultural, com um teatro para mil pessoas, entre as demais divisões, demonstra acreditar no crescimento cultural da cidade.

Na segunda parte da proposição, fica demonstrada a capacidade política, local, de inserção no cenário político nacional. Assim, através do contato com o Ministro da Cultura, diz ter conseguido um projeto para o Centro Cultural, realizado pelo arquiteto de renome, Oscar Niemeyer. O que reforça a fala da Secretária de Cultura:

"Quando trouxemos a proposta do professor Oscar Niemeyer, nos sentimos o quanto Uberlândia tem um espaço a nível nacional, o quanto o Ministro da Cultura está investindo para que Uberlândia seja dotado de um espaço cultural à altura. É o projeto do Centro Cultural. "(O Correio do Triângulo, 01/10/1989:15)

Ter Niemeyer, como mentor do projeto arquitetônico, representa mais uma característica política, desse Prefeito, que procura sempre estar em evidência e,

para isso, procura, também, contar com nomes, que em si, lhe oferecerem promoção política.

A construção de um Centro Cultural é um projeto do executivo, através do qual a Secretária de Cultura assume a responsabilidade de assessorá-lo, no que for preciso, a fim de concretizá-lo. Nesse sentido, em diversos artigos, procurou mostrar o seu trabalho, junto a empresários e instituições bancárias, com intuito de “sensibilizá-los”, para obter verba para a execução do projeto. Para sua manutenção, espera dividir responsabilidade com a Universidade Federal de Uberlândia.

No início de seu terceiro ano de mandato foi publicado:

“Prometido para a população de Uberlândia como sendo a obra do século, quando foi anunciada pelo Prefeito Virgílio Galassi, há cerca de dois anos, o Centro Cultural da cidade, de acordo com a Secretária de Cultura deverá ter suas obras iniciadas [...]”
(jornal O Correio do Triângulo, 02/02/1991:C1)

A “obra do século”, um cartão postal para a cidade, é assim que querem promovê-la, como um centro turístico. Seria mais uma possibilidade, diante da difícil tarefa política, de fazer, de Uberlândia, um ponto turístico, se tivesse havido sua edificação.

Ao falar do assunto, no balanço que fez de sua gestão, passou a responsabilidade para o seu sucessor que obteve apoio do prefeito em exercício, com a ressalva de que o país estava passando por sérias dificuldades sociais, que poderiam interferir nesse processo. Na ocasião, afirma :

‘Não consta no programa do novo prefeito, por isso só posso dizer que Virgílio Galassi, no orçamento para 1993, dotou para o Centro Cultural 40% do seu valor e estamos ainda com a esperança de que o Ministério da Cultura possa dotar Uberlândia do valor restante para viabilizar a obra.’ (O Correio do Triângulo, 03/01/1993:19)

Quanto à prestação de contas das doações que disse ter recebido, em outras reportagens, explica:

'O que foi arrecadado através de nossas visitas a empresas e instituições bancárias, nós aplicamos na elaboração desses projetos. Claro que não foram suficientes, mas a prefeitura complementou. Fizemos prestação de contas ao Ministério da Cultura e foi aprovado.'

Os projetos, a que faz referência, conforme está na matéria, são os "projetos arquitetônico, estrutural, cênico, iluminotécnico, elétrico, hidráulico e contra-incêndio", sob alegação de que ganhou, apenas, um pré-projeto do arquiteto Oscar Niemeyer.

Por fim, diz da importância de sua edificação, nessa mesma matéria, por acreditar que

'À medida que o homem se torna culto, sabe apreciar a música, a dança e o teatro, ele se torna mais ameno no seu interior.' [...] *O meio mais eficiente de minimizar os problemas sociais seria a intensificação dos programas culturais, opinou a Secretária.*

Com isso, mais uma vez, a secretária assumiu uma concepção de cultura elitista, em que o homem culto se opõe ao inculto. Em nenhum momento houve o entendimento da cultura como modo de vida.

Sobre o Centro Cultural, embora não tenha sido construído, o prefeito não deixou de comentar mais uma de suas obras de cimento armado, cuja conclusão se deu no ano subsequente, já na gestão seguinte e que foi considerado como uma *"Obra singular, do ponto de vista urbanístico, arquitetônico e circunstancialmente de capacidade econômica e política, são poucas as cidades no Brasil com poder de investimento para empreender um conjunto arquitetônico com cerca de 26.000m² de área construída num terreno de quase 38.000m² sem aportes financeiros externos."* (Prospecto – Centro Administrativo, 1993:04)

Diante desse discurso, conclui-se que a não construção do Centro Cultural não aconteceu, não por falta de verba, já que o município comporta, economicamente, obras de tal porte, mas por uma questão de prioridade, o prefeito investiu na

Construção do Centro Administrativo, no qual se encontra,, em anexo uma galeria de arte e um anfiteatro.

PROJETOS E ATIVIDADES DE CUNHO PLURALISTA: FESTIVAIS DE DANÇA

Ao proporcionar efetivamente o III, IV, V e VI Festival de Dança do Triângulo Mineiro, a SMC de Uberlândia investiu no crescimento do evento, envolveu todos os funcionários do órgão e procurou, por fim, contagiar a população com uma ação educativa. A divulgação aponta, como auge desse trabalho o V Festival de Dança, que (O Triângulo, 10/07/1992:03) foi considerado pela crítica especializada, o segundo mais expressivo do país. E ainda, coloca o Festival em primeiro lugar na porcentagem dos assuntos relacionados à SMC.

O interesse, não só em apoiar mas também em organizar os festivais, se sobressai, desde o primeiro ano de atuação da Secretária de Cultura:

"[...] precisamos destacar o Festival de Dança. Nossas academias foram premiadas em Joinville [...] Queremos destacar a dança como algo muito importante, e é a nossa meta termos nosso corpo de dança, nosso grupo teatral, e um coro municipal, adulto e infantil." (O Correio do Triângulo, 01/10/1989:15)

Como hipótese, uma das causas de se eleger a área da dança, e não outra no setor artístico, para promovê-la, encontra-se, na autonomia, em termos de custo, para a produção dos espetáculos. Produções estas, assumidas pelas academias de dança que são subsidiadas pela camada social de elite, que investe para proporcionar a seus filhos essa modalidade de arte. Enquanto isso, artistas de outras áreas como do teatro, por exemplo, sem público formado, são obrigados a recorrer ao subsídio público para a produção dos seus espetáculos, sem perspectiva de um retorno econômico.

Na mesma proposição supracitada, encontra-se o delineamento, implícito, de um perfil, pautado pelo desejo de dirigismo cultural. Na medida em que a SMC venha ter o seu corpo de dança, seu grupo teatral, entre outros grupos artísticos, dificilmente os mesmos teriam total liberdade de expressão e, principalmente, na escolha do assunto a ser trabalhado. Faz parte, da prática do poder político em relação às pessoas que a eles estão submetidas e os representam, cobrar produções, cujas temáticas já se encontram predefinidas. Assim os casos mais comuns, encontram-se atrelados a datas comemorativas.

Esse adendo, sobre a intenção da SC ter na SMC de Uberlândia, a posse sobre grupos artísticos foi inevitável, embora o assunto central, seja em relação às promoções dos Festivais de Dança. Nesse, a SMC não mediu esforços, e a “crise do país” não o atingiu, como no caso da justificativa em relação à produção teatral, em que a SC afirmou: *“Queremos apoiar com efetividade os grupos teatrais locais, mas não é fácil, a crise que permeia o país é difícil.”* (O Correio do Triângulo, 01/10/1989:15)

Quando não há um real interesse, qualquer dificuldade serve para justificar e, até mesmo lamentar a falta de um apoio efetivo. Veja como se estabelece a diferença entre o setor não privilegiado e o que foi eleito pela SMC:

IV Mostra de Teatro do Triângulo [...] organizada pelo Pólo Teatral e apoiada integralmente pela Secretária

.....
O Festival de Dança do Triângulo [...] deverá este ano ser melhor estruturado de acordo com Terezinha Magalhães. A Secretária terá mais tempo para organizá-lo [...] é ainda intenção da Secretária envolver mais a cidade com o Festival através de apresentações em praças e fábricas. (O Correio do Triângulo, 21/01/1990:B1)

Enquanto a IV Mostra de Teatro, organizada pelo Pólo Teatral da região, recebe “apoio integral” conforme a divulgação, o Festival de Dança conta com a “organização” feita pela SMC. Portanto, é no Festival de Dança que existe um apoio integral, que a SMC assume o evento para si, procurando fazer o melhor

sem medir esforços, tentando envolver mais a população da cidade, com apresentações em praças e fábricas.

Nos dois festivais, posteriores, deu-se continuidade a esse trabalho, o de levar apresentações a locais públicos. Com pretensões maiores:

"[...] além de sua equipe, a Secretária tem contado com a participação de profissionais de renome nacional e internacional como Helena Katz, Ruth Rachou, Luiz Egnoa, Euzébio Lobo, [...] Maria Pia Finochio (Embaixatriz da Dança no Brasil) [...] entre outros."
(O Triângulo, 10/07/1992:03)

A marca do V Festival de Dança do Triângulo encontra-se no convite e aceitação de Luiz Egnoa da Fundação Clóvis Salgado de BH, como técnico da organização do mesmo. Entre as novidades, Egnoa comandou a estruturação de uma grande palco de madeira para atuação dos grupos. 'Não se pode dançar em piso de concreto. O piso faz mal aos bailarinos porquê não absorve os impactos do corpo com o chão.' E ainda, ficou sob sua responsabilidade coordenar o júri, além de discutir com todas as equipes do Festival, o arcabouço do evento.

Evento que eliminou a participação de crianças, entendendo que, pedagogicamente, a competição só traria malefício. Ao mesmo tempo, atraiu um maior número de participantes não só de outras cidades do país, mas também de outros países. Conforme fala da SC:

'Os grupos terão oportunidade de se apresentar num festival que já está entre os melhores do Brasil' [...] Segundo ela o festival representa para Uberlândia a 'valorização da dança em todas as suas formas e, além disso, a possibilidade de uma integração com as maiores expressões da dança a nível nacional.' (O Correio do Triângulo, 07/06/1991:03)

Daí o entendimento de que, nesse caso, foi adotada uma política pluralista, opondo-se a uma política regionalista. Assim, se buscou uma interação na base de troca de experiências e apreciação da dança, que trouxe as mais diferentes formações culturais, em suas coreografias, nos seus figurinos, nas cenografias etc.

Já no VI Festival de Dança, a SC destacou como ponto importante do mesmo, as atividades pedagógicas, cujo sentido foi:

'Ao promovermos o intercâmbio artístico e uma relação entre os participantes, nós pretendemos através do Festival preconizar a melhoria pedagógica de quem trabalha com a dança, através de profissionais competentes', ressalta a secretária. (O Triângulo, 10/07/1992:03)

Diante desse panorama dos festivais, verificou-se a existência, primeiro de uma vontade política, em estar promovendo os mesmos, anualmente; depois, uma preocupação em formar um público apreciador de dança, e por fim, uma estruturação de organização técnica, com o oferecimento de condições para que, não só os grupos amadores locais, como os demais, pudessem se tornar profissionais.

As apresentações em praças públicas têm a função, não só de socialização da dança, num processo de desenvolvimento do gosto pela mesma e, portanto, de formação cultural mas, principalmente, de formar um público, maior, para os espaços fechados. Um trabalho de que carece as outras áreas.

Apesar de todo esforço da SMC, a imprensa mostra ainda um trabalho que precisa ir além, para envolver mais a comunidade. Uma consulta à população confirmou não só a notabilidade, mas também revelou desconhecimento e indiferença em relação ao evento, provocando até mesmo cenas de desrespeito aos bailarinos. Fato que na leitura da repórter RIBEIRO significa que:

"[...] algumas pessoas ainda se deixam levar por uma mentalidade extremamente provinciana e atrasada. De nada adianta os bailarinos defenderem Uberlândia como uma futura metrópole, se as cabeças continuam habitando o cerrado." (O Correio do Triângulo, 18/07/91)

Essa crítica repete-se, em diferentes momentos, para mostrar a existência de uma cultura impregnada por uma mentalidade interiorana, que não acompanha o crescimento populacional e o progresso econômico da cidade. Uma consequência do próprio desenvolvimento do progresso, com distribuição de renda da

diferenciada e péssimas condições de sobrevivência, que impede que a menor parte da população tenha acesso à uma cultura artística. Mas, se de um lado o desenvolvimento cultural artístico não corresponde às expectativas e aos anseios de um grupo, por outro lado, embora as raízes culturais de um povo sertanejo ainda estejam, presentes, aos poucos, com a dimensão do progresso da cidade, novas maneiras de viver e de ser da população vão se impondo.

E mais, mesmo sendo o setor o mais privilegiado pela SMC, na avaliação de grupos de dança da cidade, diante do fato de nenhum grupo ter conquistado o primeiro lugar, no V Festival, concluem que:

Com algumas exceções, o nível técnico dos grupos de Uberlândia precisa ser discutido e as alternativas de incentivo à arte carecem de urgência no município.

Para isso a sugestão da diretora de um grupo foi:

[...] que os recursos conseguidos com o festival deveriam ser reinvestido no aprimoramento dos grupos locais. 'Precisamos de professores aqui durante o ano todo para reciclagem e troca de informações.' (O Correio do Triângulo, 18/07/1991)

Cobram-se alternativas de incentivo, e que, os recursos gerados pelos festivais sejam reinvestidos na capacitação dos profissionais de dança da cidade. Com razão, ou não, essa postura, tanto dos representantes da dança quanto da SMC precisa ser refletida. O que implica ter claro, qual o papel da SMC e que tipo de ação ela deve assumir.

Fomento ou paternalismo cultural, essa é a questão. Se, de um lado, se entende que houve um trabalho de fomento cultural, tendo em vista o panorama apresentado pela imprensa, por outro, a mesma fonte aponta uma dependência econômica dos grupos de dança da cidade. Dadas as proporções a que chegaram os eventos, entendia-se que estes poderiam vir a ter "vida própria", ou seja, num futuro bem próximo, já haveria condições de formar equipes para organizá-los independentemente de subsídios da SMC. Mas, a postura de representantes da dança ainda foi a de apontar para uma necessidade que se caracteriza pelo paternalismo cultural.

“COMUNIDADE”: DEMOCRACIA X AUTORITARISMO

A comunidade artística, em especial da área de teatro, fez-se presente na imprensa, quando lamentou a realidade dos agentes culturais, e cobrou uma política cultural com um perfil mais democrático e menos autoritário, acusando a SMC de beneficiar, com subsídio público, entidades inativas. Apenas, dos grupos de dança, a SC recebeu homenagens pelo trabalho realizado.

Renato MISMETTI, um dos manifestantes, fez comentários e teceu críticas numa retrospectiva resgatando “Memórias de uma Década”:

Os anos 80 começaram bem. Fomos palco do projeto Minerva e pudemos assistir a apresentações de Dona Ivone Lara, Belchior, Boca Livre, Elimar. O Teatro, na época não negou sua contribuição. Em precárias condições, na época das cadeiras alaranjadas, aconteceu no Teatro Galeria Rondon Pacheco, o Festiminas. O Coral da UFU fazia constantes apresentações na cidade e o clima nos Campi da Universidade era de efervescência. Aliás, por que será que o Rondon anda tão fechado e lá quase não acontece mais nada e não ser uns poucos trabalhos trazidos de fora?

(O Correio do Triângulo, 01/10/1989:08)

Apresentou uma imagem cultural da cidade, nos anos 80, refletida por efervescência de atividades, de iniciativas tanto individuais como institucionais. Diversos nomes de artistas da cidade foram citados, como prova de que, na cidade existem produções de qualidade citando artistas locais que foram obrigados a migrar para grandes centros. Como exemplo, apontou o caso dos teatrólogos, Zeca Ligiéro, Abílio Tavares, Guilherme Abrahão, Wagner Salazar. No caso de artistas plásticos, citou Babinsky e Lucimar Bello, e na música Camargo Guarnieri. Enfim, apontou fatos ilustrativos, de um passado recente, quando havia um ativismo cultural, do ponto de vista artístico. Na sua opinião, ainda,

O momento na cidade é novamente de estagnação, mesmo com tanta propaganda e tantas letras grandes para nomear coisas ‘pequenas’. O constante nascer e morrer das manifestações artísticas já pode ser chamado de a principal característica cultural da cidade [...] uma fênix que sempre resurge enquanto seus agentes não vão embora.

Diante dessa realidade, tece críticas e coloca o que espera de uma política cultural.

A cidade não precisa somente de promoção de eventos nem somente de monumentos à cultura. Como será o destino do futuro Centro Cultural, se nada mudar. Aliás é bom lembrar o cômico caso, de Odorico Paraguaçu em "O Bem Amado" que fez um tremendo cemitério e depois não tinha defunto para por nele.

Manifesta-se aí, que há necessidade de uma política cultural mais intensa, de promoção do fazer artístico, que ofereça apoio à sua continuidade. Do contrário, segundo ele: “[...] não será um Centro Cultural, mas um mausoléu da cultura, que justifique inscrições ‘edificantes’ e ‘imortalizantes’ em grandes chapas de bronze.”

Essa crítica à proposta imediata da SMC em construir um extraordinário Centro Cultural, pode ser estendida ao perfil administrativo do Prefeito da época. Para muitos, ele faz obras não para atender as necessidades do momento, mas com projeção futura, de uma cidade em desenvolvimento.

O problema, porém, não está na necessidade prevista, de obras grandiosas, em função do aumento populacional. Mas, na falta de investimento para o crescimento cultural da população, para que ela possa vir a ocupar, de fato, tamanho espaço. O Estádio de Futebol, construído nos anos 70, foi tomado como referência para projetos anteriores e torna-se um bom exemplo de monumento mal utilizado. Isso porque, não se investiu, até os dias de hoje, num time à altura do mesmo, tornando-o palco para outras atividades, menos para lotação de uma torcida de futebol.

Com o tipo de leitura que fez da vida cultural na cidade, o projeto da construção do Centro Cultural, o artista diz:

Afirmo que é necessário antes de tudo, uma política que permita que as características culturais da cidade apareçam e se definam obviamente com o devido apoio e respeito ao artista. Caso contrário Uberlândia continuará a ser, culturalmente por muito tempo ainda apenas uma referência biográfica na vida de Grande Otelo.

A cobrança se repete em outros artigos, se completa com pedidos de democratização de espaços. O que significa tratamento igualitário, interno e externo aos produtores de arte. Nesse sentido, o embate entre o diretor de teatro municipal, com a Secretária de Cultura, voltou à tona, mais uma vez.

Na entrevista com Wagner Salazar, ao falar da divulgação e da falta de apoio ao Festival de Teatro, ele coloca esses elementos.:

Os próprios cartazes, que vinham sendo confeccionados pela Proex-Pró-reitoria da UFU, agora eu mesmo vou fazer, porque fica mais interessante colocar 'Wagner Salazar apresenta', do que 'Secretaria Municipal de Cultura apresenta' – por conta de tão pouco apoio. Eu precisaria do mesmo apoio que tem o Festival de Dança do Triângulo. [...] quem ajudou muito a gente foi o Correio, e a TV Triângulo, que nos deram apoio total, além da Rádio Universitária. Se não fossem esses órgãos, a gente não teria tido divulgação nenhuma [...] (O Correio do Triângulo, 17/06/1990:C1)

Enquanto privilegia o Festival de Dança do Triângulo com apoio efetivo, a SMC, procura usar outros eventos – com um apoio mínimo, oferecendo, muitas vezes, apenas o espaço físico e equipamentos técnicos – para sua promoção. Uma atitude repudiada por produtores de arte, que se vêem obrigados a ceder, diante das dificuldades, frente a um sistema capitalista. Uma realidade que, embora a SC tente dizer o contrário, trai-se na própria fala:

Negando ter faltado com apoio ao Festival [de Teatro] e enquadrando-o com uma das partes de três projetos concebidos pela Oficina da Casa da Cultura, a Secretária Municipal Terezinha Magalhães declarou ao Correio que o Diretor Wagner Salazar atuou no projeto como agenciador – enquanto a Secretaria apoiou com espaço e infraestrutura. Ela afirma, por isso mesmo, desconhecer vários aspectos e resultados do Festival. (O Correio do Triângulo, 17/06/1990:C1)

A imprensa deu cobertura total ao caso e procurou apontar a existência de problemas administrativos, procurando caracterizar o perfil de política cultural. Verifique nos fragmentos a seguir:

Na versão da Secretária [...] o impasse surgiu porque Salazar espera que a Secretária assumira despesas provenientes do Festival do Teatro Vera Cruz, embora, segundo ela, ele tenha levado adiante o Festival 'sem' autorização da Secretária. A versão é contraditória,

pois na época da realização do Festival, (maio) que trouxe grupos e espetáculos de São Paulo, quando a imprensa estava divulgando amplamente o evento e dando como uma promoção da Secretaria, a Secretária não veio nenhuma vez a público para esclarecer como faz agora que a Secretaria não tinha nada a ver com a promoção. (O Correio do Triângulo, 19/06/1990:08)

Além da crítica à postura da SC, que fez uso do evento para promoção pública e depois, se isentou de responsabilidades, a imprensa, ainda ressaltou:

Toda essa polêmica remete a discussão dos critérios de utilização dos teatros da cidade, adotados pela atual direção da Secretaria de Cultura, que os administra. Desde que assumiu, esta administração extinguiu os editais para inscrição e seleção de grupos de artistas, o que fez com que a política cultural ficasse concentrada em poucas mãos, que acabam decidindo de forma administrativa questões que exigem mais do que isto. Segundo a Secretária de Cultura, a substituição de editais por uma programação, que pode ser modificada ao longo do ano, se dá em favor de preservar espaços para grupos de fora, de forma quase sempre inusitada. (O Correio do Triângulo, 17/06/1990:C1)

As mudanças nos critérios para ocupação dos teatros, foram motivos de questionamentos e críticas, a uma gestão considerada autoritária. Embora tenha a SC tentado dizer que não, em diversos fragmentos, contraditoriamente, deixou claro que faria remanejamento, sempre que necessário, dos grupos locais, em função de "grandes espetáculos", trazidos pela SMC.

Uma política cultural, com perfil regionalista, foi substituída por uma política cultural pluralista, cujo objetivo implícito foi colocar a SMC em evidência. Com isso, as cobranças da comunidade foram tomadas, no sentido de promover a existência de um potencial artístico na cidade, que carecia de uma atenção maior, tendo em vista o descaso para com a mesma. E ainda, para com a própria produção artística, de um modo geral. Nesse caso, o problema apontado foi, não o fato de trazer grandes produções, mas o de propiciar a vinda de espetáculos com tendência comercial. Para tanto, reivindicou-se um compromisso da SMC com a produção artística, como meio de promover a cultura na cidade.

IMPRENSA: COBRANÇAS E ELOGIOS

A imprensa enquanto espaço de divulgação, construiu o perfil dessa SMC de Uberlândia como apresentado até aqui. O de uma gestão autoritária, que se mostrou omissa, em relação à política cultural mais abrangente. Entretanto, em 1991, a Redação assinou a enunciação das matérias, fez cobranças e, no balanço final, exaltou um ativismo cultural.

Indignados com a ausência de uma programação cultural, O Correio do Triângulo em "Cultura tira férias na cidade no mês de janeiro" apresenta:

Uma corrida às instituições culturais da cidade, na esfera pública e privada, em busca de uma programação a ser oferecida à cidade, da última quinzena de dezembro até o final de janeiro, pode resultar em decepção. Com cerca de 450 mil habitantes, Uberlândia não se organiza para este período [...] os teatros estão fechados, as galerias não expõem. Entre o Natal e o Carnaval, culturalmente, a cidade fica na estaca zero, o que não é comum em cidades que já atingiram o tamanho de Uberlândia. (22/01/1991:C1)

O discurso traz o descompasso entre expansão populacional e programações culturais, que ficam aquém. Ponto de inconformidade, um anseio da elite intelectual e uma cobrança de uma linha de política cultural, que contemple as produções intelectual e artística.

Analisando por esse ângulo, percebe-se a complexidade ao se tentar definir a cultura de uma cidade e o papel de uma SMC, frente à existência de diferentes grupos que compõem a população, com necessidades distintas e formas de ver o meio.

A apatia cultural na cidade se estende, conforme essa matéria, até mesmo à manifestação mais popular: o Carnaval. Enquanto nas outras cidades, com igual

perfil de crescimento e até menores, as semanas que antecedem aos desfiles, os sons dos tambores e o gingado do povo fazem-se ouvir.

Na avaliação do repórter DECONTO, conforme retrospectiva feita; ele coloca:

Analisando, assim, de um modo geral, posso afirmar que no ano de 1991, que está indo embora, marcou o ingresso de Uberlândia no circuito nacional de eventos artísticos. Por aqui passaram grandes nomes da música nacional e internacional, do teatro, das artes plásticas, da dança. Houve boas mostras de cinema e vídeo, leilões de obras de arte e gente pensante em conferências, cursos e seminários.

.....
De repente, nós, na província, nos deparamos com eventos de uma vida cultural ativa, típica de grandes centros. Convém ressaltar que, além dos eventos importados das capitais, a produção cultural da cidade também foi significativa. (O Correio do Triângulo, 31/12/1991:31)

Vê-se aí, uma fala cercada de cuidados, que não se sustentam. Grandes eventos aconteceram, a SMC teve o que quis, em destaque. Entretanto, a produção artística local não apareceu, com exceção da dança que ganhou notoriedade.

Nesse mesmo artigo, DECONTO demonstra que manteve-se a importação de produções artísticas como: o Rock de "Os Paralamas"; a arte de Amilcar de Castro, show de "Nerso da Capitinga"; show de Jimmy Cliff e do A-Há; o teatro de Fernanda Montenegro em "Dona Doida" e do elenco consagrado de "Meno Male". Apenas o nome de um artista da cidade com uma produção tímida ainda, foi citado.

Um outro elemento que chama a atenção é a ambivalência da imagem da cidade, divulgada. Ao mesmo tempo que o conjunto de matérias trazem uma cidade onde o progresso encontra-se presente e a faz moderna, aponta-se a permanência de uma vida cultural provinciana. Contudo, essa imagem não deixa de ter como fim o de engrandecer as "atividades culturais" da cidade, promovidas pela instituição pública (SMC) e por entidades privadas. Além de procurar atrair atenções, em função de um "futuro promissor", no contexto nacional, como no discurso de

MARTINS : *"Nossa região (principalmente Uberlândia), no entanto, viveu um período de crescimento [inclusive cultural, como fica posto no restante da matéria] que embora problemático (sem reflexos sociais positivos, por exemplo) constitui exceção ao quadro nacional."* (O Correio do Triângulo, 31/12/1991:31)

Quadro este, indicado por uma crise, que atingiu fortemente o setor cultural, pela extinção de diversos órgãos públicos, responsáveis por uma política de implementação, ao desenvolvimento cultural artístico. Entretanto, conforme JUSTINO: *"Os poderes estabelecidos e reconhecidos responsáveis pela cultura ativaram a arte para a elite [...] foi uma promoção cultural sofisticada."* (O Correio do Triângulo, 31/12/1991:30)

Foi um ano de ativismo e ascensão da SMC, entre os quatro anos dessa gestão, cujo calendário mostrou-se carente de atividades. Depois dessa efervescência de eventos o mesmo autor aponta a previsão para o último ano dessa administração.

A expectativa é de que o Rock na rua, o Samba mais alegre e promoções deste tipo voltem a acontecer num programa que deverá ser desenvolvido na esfera da Secretaria de Cultura porque não está fácil de alguém bancar esse jogo todo de promoções culturais no cenário recessivo em que vive o país.

Usando como argumento a recessão econômica que "antes não assolava a realidade de Uberlândia", mostrou-se que a SMC não pretende manter o mesmo nível de promoções de eventos, com ápice no ano de 1991. De qualquer forma, caracterizou-se uma política cultural de eventos.

POLÍTICA CULTURAL EM QUESTÃO:

Secretária de Cultura acha que sua gestão agradou

Os esclarecimentos da Secretária de Cultura foram em respostas às críticas recebidas, ao mesmo tempo, em que procurou fazer um balanço, sem a pretensão

de ter acertado em tudo. Com isso lamentou a não concretização de alguns projetos.

Nesse sentido, o jornal O Correio do Triângulo, colocou:

A Secretária de Cultura do governo Virgílio Galassi, Terezinha Magalhães, deixa o cargo sob críticas de artistas e entidades culturais de que, durante os quatro anos à frente do órgão, não teria dado apoio necessário ao setor, além de ter realizado uma administração pouco democrática. Terezinha Magalhães disse que seu trabalho será avaliado pela história, mas enumerou as atividades que realizou, em respostas às críticas. (03/01/1993:19)

Entre as atividades, quais foram citadas: o Carnaval; a criação do Coro Municipal; Festival de Danças; a democratização das galerias. Porém, não mostrou no seu modo de proceder como contradizer a crítica recebida. No mais se defendeu e lamentou, como forma de captar benevolência do leitor que ao ter, dirá, sim, “coitada mas, fez outras coisas”. Nesses termos:

Seria muita pretensão de sua parte acreditar que acertou em tudo. Apontou como uma das não conquistas da Secretaria de Cultura foi com relação ao teatro amador ‘[...] Outra foi não ter conseguido a construção do teatro que compõe o Centro Cultural um projeto de Oscar Niemeyer. Lamentamos não conseguir uma biblioteca que seja a resposta para Uberlândia’[...] A Secretária de Cultura confessou que não ter conseguido dotar a cidade de uma biblioteca a altura do que merece a deixa muito triste.

Enumerando ainda as não conquistas, apontou para a não concretização do Museu Municipal, e o fato de não ter conseguido um ônibus para a SMC, e nem ter colocado em vigor a lei municipal de incentivo à cultura.

O sucesso do Festival de Dança, para ela, seu deu porque é uma “vocação da cidade”. Uma forma de escamotear o privilégio oferecido pela SMC, ao setor, e que nenhum outro recebeu nas mesmas proporções. Portanto, essa realidade não condiz com sua afirmativa, de ter: “procurado fazer com que a cultura ocupasse um espaço de realce frente a sociedade uberlandense, em todas as áreas e segmentos culturais”.

Uma contradição não surpreende na medida em que, o posicionamento da SC com relação às críticas recebidas, apresentado pela imprensa, nesse mesmo artigo é: *“A crítica de muitos artistas de que a administração de Terezinha Magalhães tenha sido pouco democrática, é vista por ela como algo normal”*.

Nesse sentido, a SC endossa a continuidade da prática política, autoritária, exercida no regime militar, e ser SC para a mesma justifica-se porque “[...] só quem tem sensibilidade pode entender o que é cultura” (O Correio do Triângulo – 01/10/1989:15).

É a posição ocupada que torna sua sensibilidade peculiar, não o fato de “ser sensível”. Este adjetivo, aplicável a qualquer um, não a torna especial. Na verdade, estar-se Secretária de Cultura, como se poderia estar sendo advogada. É uma função, um apêndice, uma fantasia que se adota mas que não se incorpora. Esta pessoa poderia ser uma Secretária de Cultura se realmente incorporasse os valores que preconiza para a política cultural proposta.

Inquirida sobre suas referências culturais e preferências artísticas a SC responde:

“a música é minha inspiração”, a repórter insiste em mais detalhes:

“mas do que a senhora gosta?” Desta vez complementa: “Da música em todas as facetas [...] mas a música sertaneja me fala muito alto, talvez por causa de minhas origens humildes, filha de fazendeiro”. A repórter, ainda, o gosto pela literatura, cuja resposta foi: “Claro que a literatura, para quem é educador [...] Mas minha preferência é a música”. “_ E o autor de sua preferência? “ “Jorge Amado”.

Esses depoimentos reforçam e assinalam mais uma vez, que os critérios de escolha de um Secretário de Cultura não passam pela sua formação e capacidade no exercício de seu papel mas, a sua posição política partidária e os conchaves. A função de um cargo, e quem a assume, têm mais relevância que a efetivação de uma política cultural proposta.

3.2. FESTIVAL DE DANÇA: A ATIVIDADE DESTACADA PELA IMPRENSA

Tendo em vista o destaque dado ao festival, em relação às outras atividades dessa gestão, procurou-se outros materiais, em especial, os projetos dos Festivais, para que pudessem ser analisados, no sentido de fornecer subsídio para a análise proposta. Assim, como foi feito em relação aos projetos dos “Encontros de Política Cultural”, da gestão anterior.

No Setor de documentação, da SMC, foram encontradas inúmeras caixas, referentes a documentos arquivados do Festival. Eram fichas dos participantes, bem como, as propostas dos grupos e seus currículos; fichas de avaliação com a finalidade de selecionar os participantes; quadro de avaliação dos jurados para premiação; panfletos para divulgação; ata do V festival; recortes de jornais, desse festival (entre os quais um jornal cuja denominação é “Jornal da Cidade”- ano II – no. VIII – 1991 – criado pela administração do Prefeito em exercício, com intuito de divulgar atividades de sua gestão. Entre elas a do Festival de Dança – e um caderno especial, um encarte do “Correio do Triângulo” artigo “Correio de Uberlândia”). Enquanto isso, nenhum projeto foi encontrado.

Diante do fato, limita-se aqui, a alguns dados históricos. O primeiro Festival de Dança do Triângulo foi idealizado por Lisete R Freitas, Diretora da Academia Skema, com promoção das próprias academias da cidade. O segundo contou com apoio da SMC, da gestão anterior, que se uniu com às academias, para a promoção desse evento. A Secretária de Cultura dessa gestão, 1989/1993, encampou a idéia promovendo o crescimento do Festival de Dança, em quantidade e qualidade, conforme depoimentos publicados e, encontros registrados em ata com o técnico convidado para estruturar o V Festival, Luiz Egnoa, Assessor da Superintendência da Fundação Clóvis Salgado (Palácio das Artes), de Belo Horizonte.

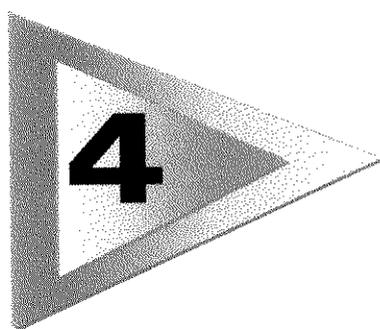
Dos Festivais de Dança, cabe ressaltar que houve um comprometimento político que, foi além da SMC, como publicou o “Jornal da Cidade”:

“A Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Secretaria Municipal de Cultura deram-se as mãos, com o objetivo de promover um evento, do mais alto nível: um espetáculo de ARTE E CULTURA. O V Festival de Danças do Triângulo [...]” (nº VIII, 1991)

Esse comprometimento teve outro objetivo que não o de promover a dança em si, mas projetar a cidade em outras regiões, além de atrair turistas. Como o objetivo era aumentar as vendas, favorecendo o comércio uberlandense, ficou posto na fala da Secretária de Cultura:

‘Você confirmou, 1500 bailarinos com os acompanhantes, logo temos aqui na cidade 2.000 visitantes. Isso muda o panorama da cidade. Há um colorido novo. Há pessoas novas, que visitam os bares, lojas, restaurantes. Então, o turismo será beneficiado. Essa é a realidade, Uberlândia está com uma visão nova.’

Fazer da cidade uma referência turística, é um desejo político executivo, que foi explicitado, diversas vezes pela imprensa. O problema estava em descobrir como Uberlândia poderia tornar-se referência de atração turística. E o Festival de Dança, passou a ser um investimento com este objetivo.



QUADRO COMPARATIVO

4. QUADRO COMPARATIVO

4.1. PONTOS COMUNS

- Apesar de a primeira gestão ter apresentado um esforço, superior, para compreender os conceitos contemporâneos de cultura e o papel do órgão, assim como a segunda, acabou por desenvolver um trabalho tradicional.

O trabalho tradicional, aqui colocado, é aquele que se pauta por um conceito de cultura, atrelado às belas artes e à produção intelectual. O caso da cultura popular, às festas folclóricas e os artesanatos regionais. O papel da SMC é voltado, especialmente, para a preservação patrimonial e documental.

- Pouco se referiu a orçamento e, quando este apareceu (por mais que as Secretárias de Cultura procurassem ter cuidado em não apontar a

carência econômica do setor, para não comprometer a aqueles que lhes atribuíram o cargo de confiança), deixaram transparecer a necessidade de subsídios externos. Para isso, um rastreamento junto às empresas foi realizado com intuito de obter incentivos à cultura, respaldados pela Lei Sarney, substituída posteriormente, pela Lei Rovanet.

- Afirmaram que “uma cidade se mede culturalmente pela sua biblioteca”. Como se este fosse o eixo da formação cultural desconsiderando que a cultura permeia o cotidiano de qualquer indivíduo, conforme havia sido explicitado nas conferências e como diziam fazer parte de suas políticas culturais. Para se ter cultura, no sentido exposto, faz-se necessário acumular conhecimentos. O tipo de cultura dependeria do que se lê, numa biblioteca.
- As duas Secretárias de Cultura entendem que o Estado não deve interferir na criatividade e que seu papel é apoiar, sem ser paternalista, os produtores culturais (de arte).

4.2. PONTOS DIFERENTES

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	GESTÃO 1984/1989	GESTÃO 1989/1993
SECRETARIA DE CULTURA	CURRICULUM VITAE	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Licenciatura em Letras e Pedagogia ➤ Experiência no Magistério, 1º, 2º e 3º grau ➤ Integrou a equipe de supervisão especializada da 26ª Delegacia Regional de Ensino ➤ Fundou e coordenou o Centro franco-brasileiro de Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Experiência no Magistério ➤ Advogada ➤ Assistente Judiciária na Universidade Federal de Uberlândia
POLÍTICA CULTURAL X FUNDAMENTAÇÃO IDEOLÓGICA	DIRIGISMO CULTURAL LIBERALISMO CULTURAL DEMOCRACIA CULTURAL	<p>Mantém uma coerência com o princípio de que uma política cultural possa ser construída num processo reflexivo</p> <p>Apresenta uma proposta de trabalho sobre as bases da democracia cultural, quando propõe em diversos momentos, diferentes tipos de atividades proporcionando um intercâmbio cultural entre grupos distintos.</p>	<p>Apresenta incoerências que ferem a idéia sobre política cultural, entre uma política de eventos e uma política de programas</p> <p>Está implícito o interesse de fazer uma política cultural de caráter dirigista, quando apontou, como uma de suas metas, ter o seu corpo de dança, grupo teatral, coro municipal.</p> <p>Por outro ângulo, o tipo de apoio e atividades propostas em torno do Festival de Dança, tende a um dirigismo cultural, na medida em que a SC elege uma área fazendo com que ela possa se tornar parte integrante da população uberlandense e procura afirmar que a Dança é um "dom" da cidade.</p>

CATEGORIA

PRINCÍPIO
POLÍTICO

SUBCATEGORIA

CIDADANIA
PROMOÇÃO POLÍTICA

GESTÃO 1984/1989

Faz questão de explicitar que adota a filosofia partidária, do Prefeito em exercício, que coloca o homem, como centro de seus projetos. Assim nunca se falou tanto em direito à cidadania e se procurou efetivar um poder através de um contato constante com a comunidade. Para tanto, criou-se um Conselho Municipal de Cultura além de se fazer diversas consultas à comunidade, em especial, para montar a programação do Centro Cultural Itinerante (o Circo)

GESTÃO 1989/1993

Embora não tenha se empenhado em mostrar que sua linha de trabalho esteja fundamentada pela do executivo, verifica-se que, conforme um estudo do perfil administrativo desse prefeito que, pela terceira vez está à frente da prefeitura, suas ações coincidem em relação a: Construção de grandes obras (como a proposta de um arrojado Centro Cultural, projetado por Oscar Niemeyer) Promoção de eventos que atingem participação em massa (shows como do grupo A-Ha) Projeção nacional da cidade (o investimento nos Festivais de Dança, uma testemunha desse perfil). Caracterizando assim, um trabalho com funções claras: da promoção política

FORMAÇÃO DA
EQUIPE DE
TRABALHO

HOUVE PREOCUPAÇÃO
NÃO HOUVE

Durante todo o período houve uma preocupação em preparar a equipe da SMC. Para isso, viabilizaram viagens com intuito não só de fazer contatos mas para conhecer o funcionamento de outros órgãos públicos, responsáveis por estabelecer uma política cultural, em especial de Curitiba, PR.

Proporcionou, anualmente, encontros para troca de experiências e reflexões sobre o conceito de Cultura e o papel do poder público.

Cortam-se os encontros que vinham acontecendo anteriormente e o assunto, referente ao conceito de cultura e o perfil de uma política cultural, só foi retomado após a última lei, sobre os organogramas e as funções da Secretaria de Cultura e seus assessores. Nesse sentido a SC menciona que vai promover seminários, mas o único divulgado pela imprensa foi o de Teixeira Coelho, dando a entender então, que não houve uma preocupação suficiente diante das necessidades, de retomar as reflexões sobre política cultural.

PROCEDIMENTOS
NA ELABORAÇÃO
DA POLÍTICA
CULTURAL

PARTICIPATIVO

AUTORITÁRIO

REFLEXIVO

IRREFLETIDO

Sobre diversos encontros, de diferentes dimensões, com a equipe de trabalho e comunidade, procurou-se extensivamente adotar um procedimento participativo. Permitindo até críticas de que o trabalho da SMC se resumia em reunir-se, enquanto deveria estar agindo. Mas a reflexão de um trabalho incipiente, fazia-se necessário. Mesmo porque, chegaram a concepções mais avançadas, mas longe de se concretizar na prática.

Um ponto intrigante. Uma gestão em que a reflexão é posta como procedimento essencial, seus resultados das mesmas não aparecem publicados. Por que não houve a publicação dos balanços feitos internamente? Por que nem mesmo aparecem no último encontro, quando a SC como conferencista, se limitou a apresentar a estrutura da SMC?

Constata-se a utilização de um procedimento autoritário, de uma política cultural com tendência puramente administrativa, sem se preocupar em avançar sobre pontos polêmicos sobre o assunto. Ao eleger o Festival de Dança como um projeto da SMC, simplesmente impôs um envolvimento de toda a equipe, impedindo o encaminhamento dos projetos das outras divisões.

Demonstra um ativismo, irrefletido, apesar de o jornal ter divulgado, anualmente, um balanço de sua política e suas propostas para o ano seguinte. É o que fica demonstrado em seu discurso.

CONCEITO DE
CULTURA

"AMPLO"

"RESTRITO"

Na teoria, houve um entendimento amplo sobre cultura como "modo de vida" mas, na prática, s efetivou-se uma concepção restrita associada às belas artes e as manifestações folclóricas, mantendo-se a concepção tida como clássico-romântica de cultura.

Embora não tenha explicitado sobre qual concepção de cultura se construiu a política cultural, observa-se que foi adotada uma concepção restrita, mais ou menos elaborada no senso comum, sem grandes preocupações pela busca de novas definições.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	GESTÃO 1984/1989	GESTÃO 1989/1993
CULTURA "ERUDITA" E "CULTURA POPULAR"	SEGREGACIONISMO SEGMENTAÇÃO	Elabora proposta visando à integração dos que compartilham as manifestações simbólicas, dos campos da cultura.	Com raras exceções os projetos são direcionados a um público específico, ora para uma elite econômica e/ou intelectual ora para a classe popular, caracterizando uma segmentação cultural.
PAPEL DO PODER PÚBLICO	PRODUTOR CULTURAL PEDAGÓGICO MÍNIMO CIDADANIA CULTURAL	Apresenta-se preocupada em exercer um papel pedagógico e de cidadania cultural. Nesse sentido criou-se o Conselho Municipal de Cultura e ouvirem-se as reivindicações da comunidade periférica para se organizar as programações para a mesma e, por fim, propuseram-se democratizar os equipamentos e os bens culturais. Mas também, embora em menor escala, não deixou de contemplar o papel de produtor cultural.	Privilegia o papel em que o órgão se coloca a serviço de padrões definidos pela indústria cultural, assim como o de produtor cultural, assumindo o controle público e minimamente, volta-se também para o pedagógico.
TIPO DE POLÍTICA	EVENTO PROGRAMA	Coloca em primeiro plano a política de programas, em segundo plano de eventos, trabalhando assim nos dois níveis.	Embora tenha dito, no primeiro ano de gestão que sua política se diferenciaria por privilegiar uma política de programas, na prática o que prevalece é uma política de eventos.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	GESTÃO 1984/1989	GESTÃO 1989/1993
<p>PAPEL DO PODER PÚBLICO</p>	<p>AGENTE CULTURAL ADMINISTRADOR CULTURAL</p>	<p>Tendência em se tornar um agente cultural, ou seja, que se propõe criar condições para que outros criem, difundindo e organizando exposições, palestras, etc. Fazendo pesquisa e colocando-se como mediador entre a produção cultural e o público</p>	<p>Adota, preferencialmente, o papel de administrador cultural, um provável reflexo de uma cobrança do executivo mas, também apresenta alguns projetos como agente cultural, em especial, do Festival de Dança.</p>
<p>VALORIZAÇÃO DE CULTURA</p>	<p>REGIONALISTA NACIONALISTA PLURALISTA GLOBALIZANTE</p>	<p>Privilegia a cultura regionalista a ponto de não oferecer um intercâmbio maior com produções de mais alto nível, fazendo assim, uma política introspectiva.</p>	<p>Volta-se para a valorização da cultura globalizante com eventos grandiosos para a massa. Assim como, para a elite, proporciona, na linha pluralista, a apreciação das mais sofisticadas produções artístico-culturais. Apresenta ainda um envolvimento com projetos de valorização nacionalista, como o de prestigiar e comemorar o dia da Inconfidência Mineira. Se antes, a cultura regionalista teve um apoio intenso, nessa gestão, ficou à margem desta política cultural.</p>
<p>FINS DO INTERCÂMBIO CULTURAL</p>	<p>TROCA DE EXPERIÊNCIA DOMÍNIO POLÍTICO</p>	<p>Coloca-se no papel de proporcionar a troca de experiência, com encontros anuais, a fim de avançar em termos de política cultural.</p>	<p>Procura ter um domínio político, em nível regional, através do Pólo Cultural, em que a SC de Uberlândia propõe e assume a sua direção. Nesse caso, ora diz ter por objetivo um intercâmbio cultural, ora contradiz-se apontando o papel dessa SMC como um centro de polarização cultural</p>

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	GESTÃO 1984/1989	GESTÃO 1989/1993
<p>ATIVIDADE DESTACADA</p> <p>CONTRUÇÃO ESPAÇOS FÍSICOS</p>	<p>VIÁVEIS</p> <p>INVIÁVEIS</p>	<p>Encontros anuais sobre política cultural.</p> <p>Na medida que se percebeu, logo de início, a inviabilidade da construção de um bom Teatro Municipal, prometido no período de campanha eleitoral, pelo prefeito em exercício, procuraram-se elaborar projetos, cuja execução tornavam-se inviáveis. A própria carência da cidade, de espaços culturais, propiciou a abertura de inúmeros destes, que vão do erudito ao popular.</p>	<p>Festival de Dança</p> <p>Propôs-se construir um Centro Cultural, chegando a investir no processo de elaboração do projeto, idealizado por Oscar Niemeyer. A construção amplamente divulgada, embora ousada, não se efetivou. Mas tomou-se uma idéia fixa, mesmo quando inviabilizada, não a dispôs em investir em pequenas obras, que viessem oferecer mais opções para a população.</p>
<p>Ocupação Espaço Físico</p>	<p>DEMANDA</p>	<p>Procura atender à demanda local, cuja programação fica previamente fixada.</p>	<p>A demanda local fica sujeita a alterações conforme o agendamento de apresentações de profissionais, especialmente, do eixo Rio-São Paulo.</p>
<p>COMUNIDADE</p>	<p>COBRANÇAS</p> <p>ELOGIOS</p>	<p>Dentre as cobranças, destaca-se a do grupo de Teatro de Bolso, que acusa a SC por falta de apoio à manutenção do mesmo.</p> <p>Os elogios apareceram, em momentos convenientes, em que a SMC, faz uso de falas de membros da comunidade, como forma de reforçar a importância do projeto Circo.</p>	<p>Existem diversas cobranças, em função da democratização de espaços, sendo acusada de uma administração autoritária.</p> <p>Recebe elogio, sendo inclusive homenageada pelo trabalho em relação à dança.</p>

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	GESTÃO 1984/1989	GESTÃO 1989/1993
IMPrensa		<p>Manteve-se "neutra" nas publicações sobre a política cultural implementada, fato bastante compreensível, na medida em que os artigos normalmente foram escritos por alguém da equipe da SMC. Mesmo porque, não havia repórter para a área cultural.</p>	<p>Tece críticas à falta de programação, assunto que também serve, em outro momento, para elogios.</p> <p>Com o aparecimento de um repórter cultural — um reflexo das necessidades criadas pela gestão anterior, devido os eventos de discussão, sobre política cultural — justifica, em partes, um maior número de matérias de caráter avaliativo, que apontam aspectos positivos e negativos, desta segunda gestão.</p>

CONCLUSÃO

Na estruturação da SMC, faz-se presente o pensamento tradicional de cultura associada às Belas Artes e ao folclore. Porém, é no aspecto da ação política que se evidenciam diversidade entre as duas gestões. Na primeira (1984/1989) os dados levantados, na imprensa, apontam um perfil predominantemente progressista e, na segunda (1989/1993) um perfil tradicional e neoliberal.

O perfil progressista é o reflexo do contexto político, nacional e municipal, da “Nova República” e da ascensão do PMDB, à prefeitura de Uberlândia. Uma “transição” do regime autoritário para o regime democrático. Suas características se encontram atuação voltada para a democracia cultural, mesmo com os percalços, de sua implementação; o respeito aos direitos de cidadania, em que se prioriza a participação coletiva, na elaboração e implementação da política cultural; enfim o interesse na formação de quadros capacitados ao exercício do papel de agentes culturais. Mesmo com todos esses aspectos, a busca pela implementação da política de programas, que venha superar a política predominantemente de eventos; mantendo uma prática tradicional do Estado, de pensar a política cultural a partir de programas.

Contribui para a divulgação dessa imagem progressista o fato de não haver, na época, jornalistas capacitados para a abordagem de assuntos culturais. Sendo a SMC responsável, na maioria dos casos, pela redação das matérias publicadas. A mesma, não iria divulgar suas incoerências e os entraves burocráticos à

democracia. Com isso, os jornais tornam-se coniventes com os discursos ali divulgados.

O perfil tradicional, da segunda gestão, significa um retrocesso das conquistas alcançadas anteriormente, sua caracterização tem origem na ação autoritária, da SC, criticada em diversos momentos, pela comunidade.

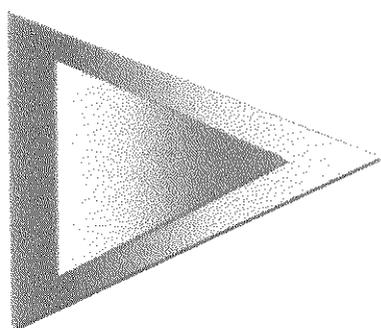
Ao ter uma atitude autoritária, a SC, demonstra aceitar o papel de burocrata, cuja lógica é de garantir o controle e a fiscalização. Por consequência assume a hierarquia, do mando e da obediência, o segredo do cargo e da função, na rotina do hábito administrativo (CHAUÍ, 1992). O que mais interessa, nessas condições, é a relação de favor, de clientelismo etc, não a política cultural propriamente. Então, velhas práticas políticas perpetuam. São exemplos: o dirigismo cultural; ações com intuito de promoção política e sem reflexões; a promoção de grandes eventos; o papel de administrador da cultura etc.

O perfil neoliberal, se caracteriza, pelo privilégio dado à padrões culturais, definidos pela indústria cultural e seu mercado. Os festivais de dança, os megashows são exemplos dessa natureza. E ainda, a propaganda da construção do Centro Cultural que, não saiu do projeto, reflete a concepção neoliberal em que, segundo CHAUÍ “[...] essa tradição acredita na capacidade quase mágica da iniciativa privada, não só como parceria principal das atividades culturais, mas sobretudo como modelo de gestão, isto é, como dinâmica da cultura administrativa.” Nesse sentido, a SC, depositou toda a confiança na iniciativa privada, como facilitadora da construção do Centro Cultural, e não teve resultado.

As matérias, permitem ainda, verificar a existência de um discurso contraditório, que permeia equívocos quanto a leitura, da SC, quanto ao entendimento de cultura e o tipo de política cultural, implementada por ela. Esses equívocos tornaram-se explícitos, na medida que, o jornal “O Correio do Triângulo”, já contava com um repórter responsável pela área cultural, um reflexo das

necessidades criadas pela primeira gestão, através dos eventos que colocaram política cultural em discussão.

Faz-se necessário, ainda, ressaltar que a caracterização do perfil da política cultural dessas duas gestões, correspondem, apenas à uma análise descritiva dos discursos publicados pela imprensa, portanto, estritamente, parcial.



ANEXOS

FICHAMENTO DE ARTIGOS

POLÍTICA CULTURAL
ASSUNTO

1984 a 1989
GESTÃO

JORNAIS
"O CORREIO DE UBERLÂNDIA"
"PRIMEIRA HORA"
FONTES

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
ARQUIVO PRIVADO - JORNAL "O CORREIO DE UBERLÂNDIA"
ÓRGÃOS

(*) O levantamento de artigos sobre política cultural no ano de 1983 encontra-se inserido tendo em vista a sua importância no mapeamento do contexto político que antecede à existência da Secretaria Municipal de Uberlândia.

Jornal

"O CORREIO DE UBERLÂNDIA"

1983 a 1989

		AUTOR	Sérgio Martinelli
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CASA DA CULTURA DE UBERLÂNDIA
18/05/84	10		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA DE CULTURA
13/06/84	03		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	MAESTRO BENTINHO É HOMENAGEADO PELA SECRETARIA DE CULTURA
19/07/84	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	IOLANDA FALA SOBRE PROJETO FÉRIAS NOS DISTRITOS E ANIVERSÁRIO DA CIDADE
19/07/84	12		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA TRAZ DERCY GONÇALVES
25/07/84	07		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	MUITA ALEGRIA EM TAPUIRAMA NO ENCERRAMENTO DO PROJETO "FÉRIAS NOS DISTRITOS"
28/07/84	02		
		AUTOR	Ana Maria
DATA	PÁGINA	TÍTULO	POR FALAR EM TEATRO, CADÊ O NOSSO TEATRO MUNICIPAL?
07/08/84	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	FUNARTE PROMOVE PESQUISA SOBRE CORTE E INDÚSTRIA CULTURAL
15/08/84	10		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA TRAZ À UBERLÂNDIA PROJETO CULTURAL
04/09/84	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PROMOVE CURSO
05/09/84	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ABRE INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO LITERÁRIO
11/09/84	12		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA DE CULTURA APOIA GRUPOS DE CONGADOS
11/09/84	12		

		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA CONVOCA ESCRITORES
28/09/84	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA ADJUNTA DE CULTURA ESTEVE EM UBERLÂNDIA
24/10/84	04		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA DE CULTURA DIVULGA RESULTADO DO CONCURSO DE LITERATURA
11/12/84	02		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA DE CULTURA ENTREGA PRÊMIOS DE CONCURSO
19/12/84	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA DESMENTE BOATOS E CONFIRMA MINISTRO DA CULTURA
12/01/85	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	I ENCONTRO DE FOLIA DE REIS AMANHÃ NA PRAÇA DO ROSÁRIO
19/01/85	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	IOLANDA FALA DOS RESULTADOS DE SUA VIAGEM A BELO HORIZONTE E SÃO PAULO
16/02/85	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	POLÍTICA CULTURAL E O MUNICÍPIO É O TEMA DA PALESTRA DE HOJE
06/03/85	12		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	POLÍTICA CULTURAL FOI DISCUTIDA EM PALESTRA NO PROJETO
08/03/85	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	A EDUCAÇÃO E A CULTURA NA NOVA REPÚBLICA
16/03/85	10		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CULTURA PROMOVE 'CONHEÇA O ESCRITOR DE SUA CIDADE'
04/06/85	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETÁRIA IOLANDA: "SEM O HOMEM NÃO PODE HAVER VIDA CULTURAL"
25/06/85	01		

		AUTOR	Fátima Lopes
DATA	PÁGINA	TÍTULO	O QUADRO DESOLADOR DA ÁREA CULTURAL
09/07/85	09		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	IOLANDA COMENTA ENCONTRO DE CULTURA EM CURITIBA
11/07/85	01		
		AUTOR	Sérgio Martinelli
DATA	PÁGINA	TÍTULO	IOLANDA DISCUTE POLÍTICA CULTURAL NO CONSELHO DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS
18/07/85	01		
		AUTOR	Sérgio Martinelli
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CASA DA CULTURA SURGE PARA ASSEGURAR A LEGITIMIDADE DOS PRINCÍPIOS DO HOMEM
21/08/85	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	COM A CASA DA CULTURA UBERLÂNDIA ATINGE ALTO ESTÁGIO INTELECTUAL
21/08/85	02		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA DE CULTURA PROMOVE ENCONTRO ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS
23/10/85	09		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETARIA DE CULTURA PARTICIPA DE ENCONTROS E CONSEGUE VERBA PARA O MUNICÍPIO
02/11/85	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	UMA SEMANA PARA INTEGRAR ADMINISTRADORES DA CULTURA DE NOSSA REGIÃO
07/11/85	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	"CULTURA E PODER NO BRASIL" É TEMA DE ENCONTRO EM UBERLÂNDIA
07/11/85	12		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	POLÍTICA CULTURAL
20/11/85	03		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	NA ABERTURA DO ENCONTRO, SECRETÁRIO DELFIM RIBEIRO FEZ UM APANHADO SOBRE A CULTURA DO PAÍS
22/11/85	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	MINISTRO ENCERRA ENCONTRO DE CULTURA
23/1/85	01		

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
26/11/85	06	-	REPRESENTANTE DO MINISTRO ENCERROU ENCONTRO EM UBERLÂNDIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
11/12/85	01	-	SECRETARIA DE CULTURA ENTREGARÁ PRÊMIO NESTA SEXTA-FEIRA (Literatura)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/12/85	06	-	SECRETARIA DA CULTURA ENTREGARÁ PRÊMIOS DE CONCURSO LITERÁRIO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
11/01/86	01	-	SECRETARIA DE CULTURA ABRE NESTA SEGUNDA-FEIRA O PROJETO ARTE NA ESCOLA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
16/01/86	09	-	MAIOR APOIO PARA A CULTURA DE MINAS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
05/04/86	01	-	SECRETARIA DE CULTURA INFORMA LEGISLATIVO SOBRE ASSINATURA DE CONVÊNIO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
11/04/86	01	-	IOLANDA E NIZA CONSEGUIRAM APOIO PARA PROJETOS EM BRASÍLIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
11/04/86	12	-	CULTURA COMO ATO POLÍTICO (ESEBA)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/04/86	10	-	TOMBAMENTO EM FAVOR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA CIDADE - PROJETO VEREADORA OLGA HELENA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/05/86	01	-	PROJETO CIRCO INAUGURADO COM FESTA NO BAIRRO SANTA MÔNICA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/05/86	02	-	ZIRALDO TAMBÉM DECEPCIONADO COM A NOVA REPÚBLICA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/05/86	12	-	PATRIMÔNIO HISTÓRICO SERÁ DISCUTIDO EM SEMINÁRIO AQUI EM UBERLÂNDIA

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/06/86	12	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PROMOVE SEMANA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
07/06/86	01	-	SEMANA DO PATRIMÔNIO CULTURAL TERÁ INÍCIO NESTA SEGUNDA-FEIRA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/06/86	12	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PROMOVE "SEMANA DE PATRIMÔNIO CULTURAL"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
30/08/86	01	-	UDITOCA NA PRAÇA TUBAL VILELA HOJE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
18/09/86	01	-	OFICINA DE TEATRO NO DAGEMP PROMOÇÃO SECRETARIA DE CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
03/10/86	06	-	CULTURA LANÇA PROJETO NA ZONA RURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/11/86	01	Mari Toledo	LIBERLÂNDIA RECONHECE O VALOR DE LOURDES SARAIVA QUEIROZ
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
13/11/86	12	-	GALERIA DE ARTE NO TEATRO RONDON PACHECO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
21/11/86	04	-	II ENCONTRO DE CULTURA E PODER
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
27/11/86	01	-	II ENCONTRO DE CULTURA E PODER
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
27/11/86	12	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/12/86	01	-	ENCONTRO CULTURA E PODER TEVE RESULTADOS POSITIVOS

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/01/87	04	-	MINISTÉRIO DA CULTURA ATUAÇÃO 86 E PERSPECTIVA PARA 1987
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/08/87	02	-	PROJETO CIRCO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
30/05/87	08	-	FIM DE SEMANA MOVIMENTADO NA CULTURA UBERLANDENSE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/07/87	04	-	BEATHEMANIA NA CASA DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/07/87	04	-	PATRIMÔNIO CULTURAL NOS BAIRROS, UM PROJETO QUE ESTÁ DANDO CERTO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/08/87	01	-	ABERTA II SEMANA DE PATRIMÔNIO CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/08/87	02	-	PROJETO CIRCO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
29/08/87	04	Maria Madalena Bernadeli	CULTURA, HOJE NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
29/08/87	04	-	PROJETO CIRCO - É PRECISO GARANTIR O DIREITO À CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
29/08/87	04	-	CONCURSO LITERÁRIO SERÁ LANÇADO NO UDI TOCA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
29/08/87	04	REZENDE	FESTIVAL DE PIPAS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
05/04/87	04	-	SHOW NO BAIRRO SANTA MÔNICA

		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	PROJETO DE PUBLICAÇÃO PROMOVE ESCRITORES LIBERLANDENSES
12/09/87	04		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	ENCONTRO DE POLÍTICA CULTURAL SERÁ EM UBERLÂNDIA
29/10/87	02		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CONGADO: FESTA E TRADIÇÃO CULTURAL NA PRAÇA DO ROSÁRIO
06/11/87	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	LEI SARNEY: MAIOR AMPARO PARA CULTURA BRASILEIRA
14/11/87	04		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	INSCRIÇÕES PARA OCUPAÇÃO DOS TEATROS
28/11/87	02		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	DANÇA, TEATRO E PAGODE SÃO AS OPÇÕES DESTE FIM DE SEMANA
28/11/87	02		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	TEATRO EM TAPUIRAMA PROJETO TEATRO E CRIANÇA DA SECRETARIA DA CULTURA
05/12/87	02		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CIRCO ENCERRA ATIVIDADES NO BAIRRO TIBERY
05/12/87	04		
		AUTOR	Maria da Glória Lopes
DATA	PÁGINA	TÍTULO	AOS 50 ANOS SNT VIRA FUNDAÇÃO COMO QUERIA A CLASSE TEATRAL
12/01/88	10		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	LEI SARNEY ESTÁ SENDO DEBATIDA EM BELO HORIZONTE
15/01/88	12		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	ENTREGA DE PRÊMIOS PELA SECRETARIA DA CULTURA ACONTECE HOJE
16/01/88	04		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	ACERVO DA SECRETARIA DA CULTURA CONTINUA SENDO EXPOSTO E ESTÁ SENDO MUITO VISITADO
16/01/88	04X		

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
23/01/88	01	-	ARTISTA COMENTA EXPOSIÇÃO DO ACERVO DE ARTES
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
13/02/88	01	-	LEI SARNEY AGORA SOFRERÁ INVESTIGAÇÕES
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/03/88	09	-	NOTAS DO MINISTRO DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/03/88	07	-	O PASSADO DO PRÉDIO DA BIBLIOTECA EM PAINEL DE SÉRGIO EVANGELISTA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
07/04/88	09	-	NOTÍCIAS DO MINISTRO DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
09/04/88	01	-	ENCONTRO POPULAR CULTURAL SERÁ EM BELO HORIZONTE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/04/88	09	-	FUNARTE APRESENTA: PROJETO LÚCIO RANGEL CONCURSO DE 1988
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/04/88	13	-	UBERLÂNDIA VALORIZANDO A CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
16/04/88	01	-	"O CIRCO CHEGOU", MAS DEIXA SAUDADES NO JARDIM BRASÍLIA - COMUNIDADE DÁ DEPOIMENTO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
30/04/88	12	-	NOTAS DO MINISTRO DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/05/88	08	-	NOTAS DO MINISTRO DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
18/05/88	09	-	NOTAS DO MINISTRO DA CULTURA

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
18/05/88	11		INCENTIVO À CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
01/06/88	09	-	SECRETARIA DE CULTURA PROMOVE PRAÇA DA ARTE 2 DE 3 A 12 DE JUNHO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/06/88	07	-	OFICINA DE TEATRO INFANTO-JUVENIL TEM CONTINUIDADE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/06/88	11	-	FESTIVAL DE DANÇA DO TRIÂNGULO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
05/07/88	02	-	CULTURA MERECE DESTAQUE NAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
16/07/88	02	-	CULTURA ESTÁ SENDO DISCUTIDA EM UBERLÂNDIA (IV ENCONTRO DE POLÍTICA CULTURAL)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
20/07/88	02	-	FESTIVAL DE FILMES NO TEATRO RONDON
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/08/88	12	-	LEI SARNEY É TEMA DE PALESTRA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
-/08/88	10	(Caderno do Centenário)	PR'DIOS TOMBADOS: MEMÓRIA PRESERVADA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
11/08/88	03	-	POPULAÇÃO APONTA 3 PONTOS PRIORITÁRIOS: URBANIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
13/08/88	02	-	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E COMUNIDADE DISCLITEM O ORÇAMENTO DE 1989
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/08/88	12	Oliver Udry	LEI SARNEY

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
13/09/88	02	-	TOMBAMENTO DO PRÉDIO DA CASA DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/09/88	12	-	A CULTURA NA NOVA CONSTITUINTE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
13/12/88	05	-	CENTRO CULTURAL ITINERANTE FOI INAUGURADO

Jornal

"O PRIMEIRA HORA"

1983 a 1989

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
24/03/83	03	-	UBERLÂNDIA, ENFIM TERÁ O SEU TEATRO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
24/03/83	07	-	MOVIMENTO CULTURAL DE UBERLÂNDIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/03/83	07	-	CRIAÇÃO DO TEATRO GERA MUITA POLÊMICA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
07/04/83	07	-	TEATRO SERÁ CONSTRUÍDO NO PRÓXIMO ANO, ANUNCIA ZAIRE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/05/83	07	-	CULTURA SE MANIFESTA NOS 100 DIAS DE GOVERNO ZAIRE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
08/11/83	08	-	TEATRO DE BOLSO LOTADO PARA VER "THAFUTUL"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/11/83	07	-	AS ÚLTIMAS E PENÚLTIMAS JOGADAS CULTURAIS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
09/11/83	07	Antônio de Pádua e Silva	ANFITEATRO GALERIA GRANDE OTELO SERÁ MESMO REALIDADE?
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/11/83	01	-	CASA DA CULTURA TEM LOCAL DEFINIDO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/11/83	05	-	ZAIRE ANUNCIA A CASA DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
16/11/83	07	-	ENCONTRO DE SECRETÁRIOS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/11/83	07	-	POLÍTICOS NO TEATRO E ARTISTAS DA POLÍTICA

DATA	PÁGINA	AUTOR	-
23/11/83	07	TÍTULO	NA CASA DO PREFEITO
DATA	PÁGINA	AUTOR	Antônio de Pádua e Silva
01/12/83	07	TÍTULO	ZECA LIGIÉRO AINDA NÃO DORMIU COM JUDAS
DATA	PÁGINA	AUTOR	Antônio de Pádua e Silva
02/12/83	07	TÍTULO	QUEREMOS ZECA PARA A SECRETARIA DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
14/12/83	07	TÍTULO	UMA CASA DE CULTURA GRANDE OTELO, VALE?
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
23/12/83	07	TÍTULO	SECRETARIA DA CULTURA: UMA VITÓRIA FEMININA

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
27/01/84	07	-	ARTISTAS AGUARDAM REFORMA DO RONDON PACHECO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/02/84	07	-	CULTURA SE ORGANIZA, E AS ATIVIDADES DO TB
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/02/84	07	-	TB PRECISA DE MAIOR APOIO PARA CONTINUAR
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/02/84	07	-	"SECRETÁRIA TAMBÉM TEM OUTRAS DESPESAS"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
24/02/84	07	-	SECRETÁRIA DA CULTURA MUITOS CONTATOS EM BH
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
01/03/84	03	-	JOSÉ ANTÔNIO QUER TEATRO MUNICIPAL GRANDE OTELO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
03/04/84	07	-	CINE VERA CRUZ SERÁ O MAIS NOVO TEATRO DE UBERLÂNDIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
24/04/84	07	-	ASSOCIAÇÃO DE TEATRO DE UBERLÂNDIA (TEATRO E POLÍTICA CULTURAL)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
02/05/84	07	-	FEIRA DO ARTESÃO ENCERROU COM SUCESSO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
03/05/84	07	-	REPRESENTANTE DO INACEN MANTEVE CONTATOS LOCAIS (TEATRO E POLÍTICA)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/05/84	01	-	CASA DA CULTURA JÁ TEM PRÉDIO PARA SER INSTALADA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/05/84	03	-	UBERLÂNDIA JÁ TEM A SUA CASA DA CULTURA

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
11/05/84	07	-	CASA DA CULTURA TEM ESPAÇO EM DEFINITIVO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
16/05/84	07	-	VERA CRUZ: OBRAS TERÃO INÍCIO NOS PRÓXIMOS DIAS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
09/06/84	-	-	ZAIRE INAUGURA SEDE DA SECRETARIA DE CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
13/06/84	07	-	SEDE DA SECRETARIA DE CULTURA SERÁ INAUGURADA HOJE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/06/84	01	-	SECRETARIA DA CULTURA INSTALADA OFICIALMENTE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/06/84	05	-	INSTALADA OFICIALMENTE A SECRETARIA DE CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
03/07/84	07	-	IOLANDA ANUNCIA O INÍCIO DA REFORMA DA BIBLIOTECA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
05/07/84	07	-	UBERLÂNDIA TERÁ O SEU CENTRO CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
01/08/84	07	-	REFORMA DO CINE VERA CRUZ EM ANDAMENTO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
03/08/84	07	-	POSIÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
01/09/84	07	-	DESCENTRALIZAÇÃO DA ARTE EM UBERLÂNDIA PROJETO PUBLICITÁRIO E VEREADOR
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/09/84	07	-	SECRETARIA DE CULTURA TROUXE À UBERLÂNDIA O BALETEATRO MINAS

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
07/09/84	07	-	SECRETARIA DE CULTURA APOIA CONGADEROS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/10/84	07	-	85 DEVERÁ SER O "ANO NACIONAL DA CULTURA"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/11/84	07	-	TEATRO DE BOLSO VAI FECHAR POR FALTA DE VERBA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
23/11/84	05	-	TEATRO VERA CRUZ ENTRARÁ EM FASE DE DETALHAMENTO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/05/85	07	-	ARTES CÊNICAS GANHAM TEATRO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
11/05/85	09	-	CARROÇA DE MAMULENGO VAI ESTAR NA "TUBAL VILELA"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
21/05/85	02	Pafulcio Felisberto	DETERMINISMO NA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
28/05/85	07	-	ALUÍSIO PIMENTA NO MINISTÉRIO DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
28/05/85	09	-	"A BUSCA DA AFIRMAÇÃO CULTURAL DO BRASIL"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/05/85	09	-	"CULTURA": INTEGRAÇÃO DE ESCRITORES LOCAIS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
01/06/85	09	-	BANDA DE MÚSICA ESTARÁ AMANHÃ EM MIRAPORANGA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
07/06/85	07	-	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA PROMOVE MOSTRA

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
18/06/85	05	-	SECRETARIA FAZ PROTESTOS CONTRA DERRUBADA DE CASA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
20/06/85	07	-	TEATRO CINE VERA CRUZ SERÁ INAUGURADO AMANHÃ
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
27/06/85	09	-	ALUÍSIO PIMENTA DECLARA A "META" DE SEU MINISTÉRIO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
18/04/86	07	-	CULTURA: MINISTRO DÁ ENTREVISTA À IMPRENSA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
18/03/86	04	-	NASCE A GALERIA DE ARTE GERALDO QUEIROZ
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
19/03/86	11	-	GALERIA GERALDO QUEIROZ TERÁ MOSTRA ATÉ O DIA 07
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
02/04/86	11	-	"TEATRO NA PRAÇA" REUNIU GRANDE PÚBLICO ONTEM (TEATRO E POLÍTICA CULTURAL)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
01/05/86	13	-	"PROJETO CRICO" VAI SER INAUGURADO NESTE SÁBADO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/05/86	04	-	FESTIVIDADES MARCARAM ESTRÉIA DO CIRCO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
21/05/86	11	-	ZIRALDO ESCLARECE MOTIVOS DA SUA SAÍDA DA FUNARTE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
23/05/86	12	-	IOLANDA FOI À IV CONFERÊNCIA DE MUSEUS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
30/05/86	03	-	SECRETÁRIAS PARTICIPAM DO I BASE NO RIO

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/06/86	06	-	CULTURA TEM UM NOVO PROJETO BOLSA (BOLSA PUBLICAÇÕES LITERÁRIAS)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/06/86	06	-	SEMANA DE PATRIMÔNIO CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/07/86	09	-	POETA ENFATIZA IMPORTÂNCIA CULTURAL DO PROJETO CIRCO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/07/86	10	-	SECRETARIA PROMOVE CURSO DE TEATRO DE BONECOS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/08/86	09	-	SECRETARIA IRÁ PROMOVER CURSO DE DANÇA E TEATRO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/08/86	08	-	PROJETO CIRCO: UMA INICIATIVA VITORIOSA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/08/86	10	-	CIRCO SERÁ TRANSFERIDO PARA O BAIRRO ALVORADA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
30-31/08/86	17	-	ZECA DAS PIPAS PRESENTE AO FESTIVAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/09/86	08	-	SECRETARIA DE CULTURA OBTVE BONS RESULTADOS EM BRASÍLIA (VERBAS)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
09/09/86	10	-	SECRETARIA LANÇA CONCURSO DE PEÇAS TEATRAIS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
09/10/86	01	-	TEATRO RONDON PACHECO SERÁ REINAUGURADO SEXTA-FEIRA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
09/10/86	08	-	TEATRO RONDON PACHECO SERÁ REINAUGURADO AMANHÃ, ÀS 20HS

		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	IOLANDA DE FREITAS FALA SOBRE A RECONSTRUÇÃO DO TEATRO
10/10/86	12		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	TEATRO RONDON PACHECO TEM A SUA GALERIA DE ARTE
12/11/86	12		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	"ENCONTRO DE CULTURA E PODER SERÁ INICIADO NO DIA 26
21/11/86	05		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	"ENCONTRO DE CULTURA E PODER" COMEÇA HOJE
26/11/86	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	O PROCESSO CULTURAL ESTÁ EM DISCUSSÃO EM UBERLÂNDIA
27/11/86	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	ANTROPÓLOGA FALA SOBRE "DEMOCRATIZAÇÃO DE CULTURA"
27/11/86	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	ENCONTRO DE CULTURA FOI ABERTO ONTEM
27/11/86	04		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	O PROCESSO CULTURAL ESTÁ EM DISCUSSÃO EM UBERLÂNDIA
27/11/86	01		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	MAGNANI QUESTIONA ASPECTOS DA LEI SARNEY
28/11/86	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	LEI SARNEY NÃO ENTUSIASMA JOSÉ MAGNANI
28/11/86	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	"LEI SARNEY SÓ FAVORECE GRANDES CENTROS"
29/11/86	06		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	IOLANDA FALA SOBRE O "ENCONTRO DE CULTURA"
29/11/86	06		

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
29/11/86	01	-	ENCERRADO O ENCONTRO DE CULTURA E PODER
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
-	-	-	-
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
29/11/86	-	-	PARA IOLANDA DE LIMA O ENCONTRO ATINGIU TODOS OS OBJETIVOS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/12/86	01	-	"CULTURA" MOSTRA OS RESULTADOS DO "ENCONTRO"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/12/86	05	-	DOCUMENTO LEVA PROPOSTA AO MINISTÉRIO DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
28/01/87	02	-	CULTURA E ESTADO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
14/03/87	09	-	"CULTURA" ESTÁ DINAMIZANDO O PROJETO CINEMA E VÍDEO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
23/07/87	05	-	RONAN FALA SOBRE CULTURA NA CONSTITUINTE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
23/07/87	06	-	CAPOEIRAS BUSCAM APOIO DA SECRETARIA DE CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
25/07/87	01	-	SECRETÁRIA DA CULTURA LEVA "PROJETO CIRCO" A CURITIBA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
25/07/87	07	-	SECRETÁRIA DA CULTURA LEVA "PROJETO CIRCO" A CURITIBA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/07/87	03	-	RONAN FALA SOBRE "POLÍTICA CULTURAL"

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/09/87	07	-	ARTISTAS MOSTRAM QUEM FAZ ARTES NA REGIÃO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
16/10/87	01	-	"CULTURA E CONSTITUINTE" SERÁ TEMA DE PALESTRA NA FUNDAÇÃO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
20/11/87	04	-	CIRCO: INTEGRAÇÃO EM QUASE DOIS ANOS DE EXISTÊNCIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
21/11/87	01	-	III ENCONTRO DE POLÍTICA CULTURAL TERMINA AMANHÃ
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
03/02/88	04	-	SECRETARIA VIA DOCUMENTAR ATIVIDADES DO CONGADO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/03/88	09/10 2o.caderno	-	A NOVA "ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA: XI SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/04/88	13 Cad. Esp	-	UBERLÂNDIA VALORIZANDO A CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
07/09/88	04	-	SECRETÁRIA DE CULTURA: CIDADÃ UBERLANDENSE

FICHAMENTO DE ARTIGOS

POLÍTICA CULTURAL
ASSUNTO

1989 a 1993
GESTÃO

JORNAIS
"O CORREIO DO TRIÂNGULO"
"O TRIÂNGULO"
FONTES

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
ÓRGÃOS

Jornal

"O CORREIO DO TRIÂNGULO"

1989 a 1993

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
24/01/89	03	-	NIEMEYER VAI PROJETAR NOVO CENTRO CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
11/02/89	05	-	VIRGÍLIO TEM PRESSA EM LEVANTAR CENTRO CULTURAL DA CIDADE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/02/89	01	-	CENTRO CULTURAL PODERÁ RECEBER RECURSOS BANCÁRIOS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
19/03/89	03	-	SAULO LARANJEIRA E SEU JEITO SONHADOR ..PORCENTAGEM UTILIZAÇÃO TEATRO E Nº.INGRESSO P/SEC.
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
23/04/89	05	-	TEREZINHA: CENTRO CULTURAL VAI INCENTIVAR AS ARTES
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
09/07/89	10	Lucimar Bello	ARTE, CULTURA, AÇÃO CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
28/07/89	09	-	SECRETARIA PROMOVE EVENTOS CULTURAIS: PROJETO INTRODUÇÃO AO TEATRO/ DANÇA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/08/89	01	-	CENTRO CULTURAL SERÁ DISCUTIDO AINDA ESTE MÊS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
03/09/89	04	-	DANÇA: UMA ARTE LEVADA A SÉRIO EM UBERABA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
19/09/89	08	-	III FESTIVAL DE DANÇA DO TRIÂNGULO E REGIÃO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
29/09/89	05	-	CENTRO CULTURAL TEM SEU PROJETO ELABORADO POR OSCAR NIEMEYER
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
01/10/89	08	Renato Mismetti	CULTURA: MEMÓRIAS DE UMA DÉCADA

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
01/10/89	15	-	CULTURA: SECRETÁRIA QUER AJUDA DAS EMBAIXADAS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
08/10/89	17	-	ESTADO VAI DISCUTIR "PLANO DE CULTURA" COM OS MUNICÍPIOS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
21/11/89	01	-	CENTRO CULTURAL É APRESENTADO AOS EMPRESÁRIOS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
21/11/89	11	-	"CULTURA" MOSTRA A MAQUETE DO "CENTRO"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
03/12/89	A4/A5	Joaquim Borges (escritor e cineasta)	"UBERLÂNDIA PODE SER CAPITAL DA CULTURA"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
21/01/90	BL	-	SECRETARIA DE CULTURA QUER ESTIMULAR DEBATE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/06/90	C1	-	SECRETÁRIA NEGA FALTA DE APOIO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/06/90	C1	-	"UBERLÂNDIA SÓ DÁ VACA, GADO, MAS NÃO DÁ CULTURA"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
13/06/90	08	-	INSCRIÇÕES PARA IV FESTIVAL DE DANÇA DO TRIÂNGULO ENCERRADO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/06/90	12	-	PARTICIPANTES DO FESTIVAL DE DANÇA JÁ SÃO O DOBRO DE 1989
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
05/07/90	01	-	IV FESTIVAL DE DANÇA TRAZ 1500 BAILARINOS À CIDADE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/07/90	01	-	FESTIVAL DE DANÇA VAI ATÉ DOMINGO

		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	FESTIVAL DE DANÇA É PROGRAMA OBRIGATÓRIO PARA FIM DE SEMANA
06/07/90	07		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SECRETÁRIO DIZ QUE FESTIVAL FOI ACIMA DAS EXPECTATIVAS
07/07/90	04		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	PARTICIPANTES CRITICAM O IV FESTIVAL DE DANÇA
08/07/90	B4		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CENTRO CULTURAL É APRESENTADO AO GRUPO ABC
08/11/90	A1		
		AUTOR	Darlene Dalto
DATA	PÁGINA	TÍTULO	LUCÉLIA SANTOS VOLTA AO PALCO, CANSADA DO PAÍS...
12/12/90	B3		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	SUBSTITUTA DA LEI SARNEY ESTÁ EM VIGOR DESDE 11 JANEIRO
29/01/91	C1		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CULTURA: CIDADE GANHA MAIS UMA GALERIA NO MÊS DE MARÇO
30/01/91	C1		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	ARTISTAS REIVINDICAM A DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS CULTURAIS
30/01/91	C1		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CULTURA TIRA FÉRIAS NA CIDADE NO MÊS DE JANEIRO
22/01/91	C1		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CULTURA PRIORIZA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
05/02/91	C1		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CENTRO CULTURAL ENTRARÁ EM LICITAÇÃO DENTRO DE 60 DIAS
06/02/91	C4		
		AUTOR	-
DATA	PÁGINA	TÍTULO	CIRCO VAI PARA ZONA RURAL EM 91
16/02/91	C1		

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
03/03/91	B1	-	MAIS CULTURA, MENOS CAPIM NA PROGRAMAÇÃO DESTE ANO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
07/03/91	D1	-	PROJETO QUER LEVAR POVO ÀS GALERIAS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
13/04/91	D1	-	SECRETÁRIOS CRIAM POLO REGIONAL DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
21/05/91	05	Joelmir Beting	O RESGATE CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
29/05/91	13	-	ESTADO FORJA IDENTIDADE NACIONAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
25/06/91	13	-	POLO CULTURAL PROMOVERÁ NA REGIÃO ENCONTROS FOLCLÓRICOS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
07/07/91	08	-	FESTIVAL DE DANÇA DO TRIÂNGULO: O SEGUNDO MELHOR DO PAÍS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
13/07/91	13	-	COMEÇA HOJE O V FESTIVAL DE DANÇA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
14/07/91	14	-	O TÉCNICO QUE PÔS ORDEM NO V FESTIVAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
16/07/91	13	-	ABERTURA DO FESTIVAL DE DANÇA LOTA UTC
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
-	-	-	-
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
14/07/91	14	-	O TÉCNICO QUE PÔS ORDEM NO V FESTIVAL

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/07/91	13	-	PARA TEREZINHA, V FESTIVAL É "SUPERIOR"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
21/07/91	08	Agrimedes O Albino (ASCOM-PMU)	VI FESTIVAL DE DANÇA DO TRIÂNGULO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
24/07/91	13	-	TEREZINHA QUER ABRIR FESTIVAL À CIDADE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
01/08/91	11	-	PÓLO CULTURAL SE REÚNE EM PATROCÍNIO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/08/91	D1	-	CULTURA TEVE PROGRESSO NOS ÚLTIMOS TEMPOS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/08/91	D1	-	FALTAM PATROCINADORS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/09/91	11	William Marques	SECRETÁRIOS DE CULTURA SE REÚNEM OUTRA VEZ
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/09/91	17	-	SECRETARIA DE CULTURA AGRADECE APOIO À ÓPERA "DIDO E ENÉIAS"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/09/91	11	Luiz Fernando Quirino (da Redação)	CRISE NA CULTURA NACIONAL COMPLETA 18 MESES
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
25/09/91	11	Jaime Deconto	CÂMARA VOTA LEI DE INCENTIVO À CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
26/09/91	-	Gleides Pamplona - Uberlândia	O TEATRO POÉTICO DE MARIA FERNANDA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
02/10/91	11	-	CULTURA QUER SUGESTÕES NO PLANO DIRETOR

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
05/10/91	13	Patos de Minas (da Correspondente)	PÓLO CONSEGUE MANR PRÉDIO DA CASA DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/10/91	11	Uberlândia (da Redação)	INCENTIVO À CULTURA SERÁ DISCUTIDO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/11/91	02	Joaquim Borges (escritor e cineasta residente em Uberlândia)	PONTO DE VISTA: QUANDO A CULTURA É MASSACRADA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
13/11/91	13	Humberto de Paula Martins	SARAU: O ASSUNTO É CULTURA "QUE O CÉU NOS PROTEJA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
20/12/91	11	Elza Pires - Brasília - Agência Estado	COLLOR VAI ESTIPULAR PERCENTUAL DA CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/12/91	30	Roberto Justino (da Redação)	ANO CULTURAL DESTACA TEATRO E ROCK
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/12/91	30	-	UBERLÂNDIA MANTEVE NÍVEL DE CIDADE GRANDE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/12/91	31	Jaime Deconto (da Redação)	FESTIVAL DE DANÇA GANHOU NOTORIEDADE
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/12/91	31	Humberto de Paula Martins	FELIZ ANO VELHO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
03/01/92	11	Jaime Deconto (da Redação)	ORÇAMENTO PARA CULTURA É DE Cr\$4,8 bi
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
08/01/92	11	Jaime Deconto (da Redação)	ARTISTAS TÊM LOBBY PARA APOIAR PROJETO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
09/01/92	11	Uberlândia (da Redação)	SECRETARIA ENDOSSA O VETO

DATA	PÁGINA	AUTOR	Jaime Deconto (da Redação)
24/01/92	11	TÍTULO	BANDAS DE MÚSICA NO ESTADO TERÃO INCENTIVO
DATA	PÁGINA	AUTOR	Uberlândia (reportagem local)
06/02/92	11	TÍTULO	PROJETO ESTA REVIGORANDO A CULTURA EM UBERLÂNDIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	Uberlândia (Imprensa)
15/02/92	11	TÍTULO	PÓLO CULTURAL ELEGE NOVA COMISSÃO EXECUTIVA
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
05/05/92	09	TÍTULO	CULTURA ALTERNATIVA GANHA ESPAÇO
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
-	-	TÍTULO	-
DATA	PÁGINA	AUTOR	Uberlândia (Imprensa e Ascom)
17/05/92	15	TÍTULO	CRISE CULTURAL GERA "MAL ESTAR SOCIAL", DIZ ESCRITOR
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
19/05/92	08	TÍTULO	CENTRAL CULTURAL PODE TER VERBAS DO GOVERNO
DATA	PÁGINA	AUTOR	Uberlândia (reportagem local)
03/01/93	19	TÍTULO	TEREZINHA ACHA QUE SUA GESTÃO AGRADOU

Jornal

"O TRIÂNGULO"

1989 a 1993

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/01/89	05	-	COM DIFICULDADES ACONTECERÁ O CARNAVAL DA JOÃO NAVES
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
14/01/89	04	-	LEI SARNEY MUDARÁ PARA ESTIMULAR APLICAÇÕES
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
24/01/89	04	-	NIEMAYER FARÁ O PROJETO DO NOVO CENTRO CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/05/89	04	-	ENCONTRO DE DIRETORES APOIO DA SECRETARIA DE CULTURA (RESUME NISTO)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
31/05/89	05	-	CENTRO CULTURAL (UFU LIBEROU ÁREA PARA CONSTRUÇÃO) TEREZINHA MAGALHÃES VAI AO RIO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
04/07/89	04	-	QUARENTA GRUPOS E SETENTA E QUATRO COREOGRAFIAS NO III FESTIVAL DE DANÇA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
14/09/89	05	-	REGIONALIZAÇÃO DE EVENTOS (CURSO RESTAURAÇÃO)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
29/09/89	07	-	PROJETO DO CENTRO CULTURAL SERÁ EXECUTADO EM ETAPAS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
25/11/89	07	-	CENTRO CULTURAL TERÁ APOIO FINANCEIRO DO REAL EXPRESSO E CARGILL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
09/12/89	01	-	TEREZINHA ENCONTRA-SE COM OSCAR NIEMAYER
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/02/90	01	-	CENTRO CULTURAL RECEBE MAIS DUAS DOAÇÕES
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
23/05/90	05	Sérgio Martinelli	VIAGEM PROVEITOSA (VIAGEM DE TEREZINHA MAGALHÃES EM BELO HORIZONTE - SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA)

DATA	PÁGINA	AUTOR	Sérgio Martinelli
07/06/90	05	TÍTULO	CENTRO CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	Sérgio Martinelli
29/06/90	05	TÍTULO	CENTRO CULTURAL (MILTON LEITE - ARQUITETO IDEALIZADOR DO FUTURO CENTRO CULTURAL)
DATA	PÁGINA	AUTOR	Sérgio Martinelli
15/09/90	05	TÍTULO	DUAS HOMENAGENS (HOMENAGEM EM FUNÇÃO DO TRABALHO PELA DANÇA)
DATA	PÁGINA	AUTOR	Sérgio Martinelli
18/09/90	05	TÍTULO	TROFÉU PARA TEREZINHA
DATA	PÁGINA	AUTOR	Sérgio Martinelli
19/04/91	05	TÍTULO	PÓLO CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	Sérgio Martinelli
15/05/91	05	TÍTULO	FESTIVAL DE DANÇA
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
12/06/91	04	TÍTULO	TEREZINHA ASSUME PÓLO CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
13/07/91	07	TÍTULO	FESTIVAL DE DANÇA COMEÇA NESTE FINAL DE SEMANA
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
18/09/91	04	TÍTULO	CRIANÇAS APRESENTAM NO TEATRO VERA CRUZ SOMENTE HOJE
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
15/11/91	12	TÍTULO	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA INAUGURA SEGUNDA GALERIA ANEXA AO TEATRO VERA CRUZ
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
20/11/91	05	TÍTULO	SECRETARIA INAUGURA UMA NOVA GALERIA DE ARTE
DATA	PÁGINA	AUTOR	-
10/01/92	03	TÍTULO	VEREADORES DERRUBAM VETO DE GALASSI A INCENTIVO CULTURAL

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
14/01/92	07	-	TEATRÓLOGO FAZ CRÍTICAS SOBRE SUBVENÇÕES/92
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
14/02/92	04	-	SECRETÁRIO DE LIBERABA ASSUME PÓLO CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/03/92	03	-	UBERLÂNDIA COMEMORA O BICENTENÁRIO DE TIRADENTES
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
12/04/92	03	-	ELBA RAMALHO CONFIRMADA EM SHOW DURANTE A PRIMEIRA FEMTAP
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
14/04/92	09	-	MERCADO CULTURAL TEVE BOM PÚBLICO NA PRAÇA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
23/04/92	03	-	SECRETARIA DE CULTURA COMEMORA COM A POPULAÇÃO OS 200 ANOS DE INCONFIDÊNCIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
28/04/92	08	-	SECRETARIA DE CULTURA COMEMORA COM A POPULAÇÃO OS 200 ANOS DE INCONFIDÊNCIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
26/04/92	03	-	ASA BRANCA FOI A ATRAÇÃO DE FEMTAP
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
02/05/92	03	-	SECRETARIA CONFIRMA O FESTIVAL DE DANÇA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/05/92	04	-	FESTIVAL DE DANÇA DO TRIÂNGULO: JURADOS SELECIONAM COREOGRAFIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/05/92	03	-	BANDA SERÁ TRANSFORMADA EM "SINFÔNICA"
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/05/92	03	-	PROJETOS DESENVOLVIDOS NA ÁREA CULTURAL

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/05/92	03	-	GALERIAS MOSTRAM OS TRABALHOS DE ARTISTAS LOCAIS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/05/92	03	-	ARTISTAS SE CONFRATERNIZAM NO ARTENCONTRO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/05/92	03	-	CURSOS E OFICINAS DE ARTES PLÁSTICAS
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/05/92	03	-	CENTRO CULTURAL ITINERANTE - PROJETO CIRCO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/05/92	03	-	"VAMOS TODOS AO TEATRO" MINIMIZA CARÊNCIA DO SETOR
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
28/06/92	04	-	FESTIVAL DE DANÇA JÁ MOVIMENTA UBERLÂNDIA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
10/07/92	03	-	SECRETÁRIA DESTACA ATIVIDADE PEDAGÓGICA DO VI FESTIVAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
11/07/92	02	-	DANÇA, UM RESGATE CULTURAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/07/92	05	-	CRÍTICOS E JURADOS DESTACAM A IMPORTÂNCIA DO ENCONTRO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
30/07/92	05	-	SECRETÁRIA DE CULTURA SERÁ HOMENAGEADA EM SÃO PAULO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
15/09/92	02	-	CULTURA, A BASE DE TUDO (JUCA CHAVES COMENTA A FALTA DE CULTURA JUSTIFICADA POR UMA SOCIEDADE FUNDADA NA COLONIZAÇÃO)
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
22/10/92	07	Rogério Cunha (in Society)	"SECRETÁRIA TEREZINHA MAGALHÃES DE LIMA SEMPRE INCENTIVANDO OS EVENTOS CULTURAIS DE UBERLÂNDIA

DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/11/92	02	-	CULTURA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
01/12/92	05	-	SECRETARIA DE CULTURA COMPRA 2500 LIVROS PARA A BIBLIOTECA
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
06/12/92	14	-	SECRETARIA DE CULTURA LEVA MÚSICA AOS BAIROS BANDA - COMEMORAÇÃO DE NATAL
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
09/12/92	15	-	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO - 4 ANOS SERÁ FEITO
DATA	PÁGINA	AUTOR	TÍTULO
17/12/92	04	-	CIRCO ITINERANTE CONTINUA INSTALADO NO CUSTÓDIO PEREIRA

FONTES PESQUISADAS

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

(POLÍTICA CULTURAL)

Arquivo Privado - Arquivo Público Municipal

LEIS/ DECRETOS/ PORTARIAS

(ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE

INCENTIVO À CULTURA)

Procuradoria do Município

DOCUMENTOS INTERNOS - SMC

Setor de Documentação da SMC

ENTREVISTAS

Membros: - SMC - Conselho Municipal de Cultura

RÉSUMÉ

Étant donné le rôle assumé devant la ville en tant qu'éducatrice, il y a eu une préoccupation: comprendre le processus de formation culturelle de la population d'Uberlândia, située au Triângulo Mineiro, Minas Gerais.

Comprenant que la politique culturelle pourrait être, dans l'avenir, l'une des voies déterminantes dans ce processus, on a essayé d'accompagner, surtout, par l'intermédiaire de la presse, le travail du Secrétariat Municipal de la Culture d'Uberlândia, installé en janvier 1984. Depuis là, on a proposé une analyse comparative du profil de la politique culturelle des deux premières gestions: 1984/1989 à 1989/1992. Une étude de cas, dans le contexte de la Politique Culturelle de la "Nouvelle République".

La presse, en tant que source documentaire, a été utilisée comme le moyen le plus facile d'accès mais pas le moins dur. On a fait un prélèvement systématique des sujets publiés, constituant ainsi, le corpus discursif pour l'analyse, selon l'annexe. D'autres documents ont servi de support à la lecture critique contextuelle.

Bien qu'on ait fait d'autres recherches, celles-ci n'ont pas été suffisantes pour définir la ligne de travail des secrétaires étudiées. Cela veut dire que le profil qui sera présenté dans cette étude est partiel. Il correspond au discours publié par la

presse, et pourra être augmenté, et voire même, contredit, par d'autres sources. On croit cependant que cette deuxième possibilité soit difficile de se concrétiser.

On a accepté des suggestions pour rompre avec la structure traditionnelle de monographie où l'on prévoyait un chapitre de méthodologie et un autre de théorie. Ayant fait cela, ces référentiels s'intègrent à la dissertation, résultante d'une recherche de champ. La structure se trouve divisée en quatre chapitres.

Dans le premier, on prend le moment politique qui a précédé le déploiement du Secrétariat Municipal d'Éducation qui a donné origine au Secrétariat Municipal de Culture. Par la première fois dans l'histoire de la ville, la culture n'est plus un appendice des autres secrétariats.

Dans le deuxième chapitre, on fait l'analyse des documents complémentaires, tels que les projets des Rencontres de Politique Culturelle, activité la plus distinguée par la presse. Ensuite, par l'intermédiaire de l'analyse du discours publié dans la presse, on cherche de montrer les éléments qui constituent le profil de la politique culturelle de la gestion 1984/ 1989.

Dans le troisième, qui constitue le profil de la politique culturelle, gestion 1989/1993, on a suivi les procédés adoptés dans le deuxième chapitre, en remplaçant les Rencontres par les Festivals de Danse. On a essayé de suivre les projets de ces festivals pour en faire une analyse; toutefois, ils n'ont pas été trouvés.

Au quatrième on présente un tableau comparatif relevant des ressemblances et des différences entre les politiques culturelles, selon l'analyse, de deux gestions.

Malgré les limitations de ce travail, on croit qu'il puisse contribuer aux prochaines études sur politique culturelle ainsi qu'à la réflexion sur les procédés de recherche, puisque seulement la concrétisation de l'analyse des données permet une révision d'idées.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALEM, J.M. Representações Coletivas e História Política em Uberlândia. *História e Perspectiva*. (04):79-102. Jan/jun. 1991.

ALTHUSSER, L. – *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 127p.

ALVARENGA, N.M. – Movimento Popular, Democracia Participativa e Poder Político Local: Uberlândia 1983/1988. *História e Perspectiva*. (04):103-139. Jan/jun. 1991.

ANDRADE, Mário de. *O Movimento Modernista*. Rio de Janeiro: Edição Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____ *Aspectos da Música Brasileira*. São Paulo: Martins, s/d

AVRITZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e democratização: uma crítica às teorias de transição para a democracia. *Revista de Ciências Sociais – ANPOCS*. 10(28):109 a 122 jun 95.

BOSI, Alfredo () *Cultura Brasileira*. In. D. Trigueiro Mendes (org) *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987

- BRANDÃO, C.R. *O que é folclore*. 10^o ed., São Paulo: Brasiliense, 1982. 110 p.
- BRANDÃO, C.A. *Triângulo: Capital Comercial, Geográfica e Agroindústria*.
(Dissertação Mestrado – UFMG). 1989. fl.189.
- BRASIL - *Constituição da República Federal do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1974.
p.487
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: O Discurso Competente e outras Falas*.
3^o ed. São Paulo: Moderna, 1982. 220 p.
- _____ *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 4^o ed.
São Paulo: Brasiliense, 1986. 179 p.
- _____ *Uma opção Radical e Moderna: Democracia Cultural. Cidadania
Cultural em Ação – 1989-1992: Prestação de Contas da Secretaria Municipal de
Cultura – São Paulo*. s/n.
- COELHO NETO, J. Teixeira. *O que é Indústria Cultural*. 7^o ed., São Paulo:
Brasiliense, 1980. 109 p.
- _____ *Usos da Cultura: Políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
1986. 122 p.
- _____ *O Que é Ação Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 94 p.
- _____ *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
383 p.
- COELHO, Edmundo Campos. *Teatro: mercado e intervenção do Estado*. In.
MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. 145 a 172p.

- COHN, Gabriel. A Concepção Oficial da Política Cultural nos anos 70. In. MICELI, Sérgio (org.) *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. 85 a 96 p.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DUARTE JR., J.F. *Por que arte-educação?*. Campinas: Papyrus, 1986. 83 p.
- DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1984. 222 p.
- FALCÃO, Joaquim A. Política Cultural e Democracia: A Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In. MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. 21 a 40 p
- FAVARETTO, Celso F. *Tropicália: Alegria Alegria*. São Paulo: Kairós, 1979.
- FEIJÓ, Martins Cezar. *O que é Política Cultural*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 158 p.
- FIORIN, J.L. *O Regime de 1964: Discurso e Ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 79 p.
- GADET, f & Hak, T. (org) - *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à Obra de Micuel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.
- GRAJEW, O. PSDB: Recuperar as Raízes. Manifesto dez. 1993, um evento público. *FOLHA DE SÃO PAULO*. 29/07/1997. Opinião 1 – 3 P.
- GRAMSCI, Antônio. *Literatura e Vida Nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 273 p.

_____ *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 3^o ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 244 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MACHADO, M.C. *A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês: Assistência Social Institucionalizada. Uberlândia. 1965-1980*. (Dissertação de Mestrado). USP, 1990. Fl.316.

_____ *Muito aquém do Paraíso: Ordem, Progresso e Disciplina em Uberlândia. História e Perspectiva*. (04):37-77. Jan./jun. 1991.

MAINGUENEAU, D. – *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989. 198 p.

MICELI, Sérgio (org). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. 240 p.

NISBET, Robert. *História da Idéia do Progresso*. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 1985, 362 p.

O CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Caderno do Centenário*. Ago./1988.

OLIVEN, Ruben George. *A Relação Estado e Cultura no Brasil: Cortes ou Continuidades*. In. MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. 41 a 52 p.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 3^o ed., São Paulo: Brasiliense, 1985. 142 p.

- _____ *A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1988. 222 p.
- _____ *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991. 282 p.
- PEIXOTO, Fernando (org.). *Vianinha: Teatro-Televisão-Política*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 223 p.
- POSSENTI, S. *Apresentação da Análise do Discurso*. IEL/Unicamp. fl. 10 (mimeog.).
- RODRIGUES, J.F. *Trabalho, Ordem e Progresso: Uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense. O Setor de Serviço. 1924-1964* (Dissert. De Mestrado). USP. 1989. 214 p.
- SAID, A. M. *O Projeto Político Pedagógico do Teatro de Arena*. Fac. Educação – UNICAMP (dissert. Mest.) 1989. 104 fl.
- SCHELLING, Vivian. *A Presença do Povo na Cultura Brasileira: Ensaio sobre o Pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire*. Campinas: UNICAMP, 1990. 421 p.
- SILVA, T.E. *Território da utopia/ área de risco: Política Cultural – venturas e desventuras da experiência de Uberlândia*. João Pessoa: UFPB (dissertação de mestrado), 1992.
- SODRÉ, N.W. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 136 p.
- SUBIRATS, E. *A Cultura como Espetáculo*. São Paulo: Nobel, 1989. 155 p.